



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARLI GUEDES DA COSTA

**INTERAÇÃO ENTRE DOCUMENTO,
ARQUIVO E HISTORIADOR:
um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no
Arquivo Nacional, em Brasília.**

**Brasília
2010**

MARLI GUEDES DA COSTA

**INTERAÇÃO ENTRE DOCUMENTO,
ARQUIVO E HISTORIADOR:
um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no
Arquivo Nacional, em Brasília.**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência da Informação e Documentação da
Universidade de Brasília como exigência
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Ciência da Informação.

ORIENTADOR: Prof. Dr. RENATO
TARCISO BARBOSA DE SOUSA

CID – FACE / UnB

Brasília

2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília
Número de acervo 979438

C837 i Costa, Marli Guedes da
Interação entre documento, arquivo e historiador :
um estudo sobre a (não) presença de historiadores
da UnB no Arquivo Nacional, em Brasília / Marli Guedes
da Costa. - - 2010.
185 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Departamento de Ciência da Informação e Documentação,
2010.

Inclui bibliografia

1. Arquivologia. 2. Documentos públicos. 3. Arquivos
- Brasília (DF). 4. Serviços de informação - Estudo
de usuários. 5. Pesquisa histórica. I. Sousa, Renato
Tarciso Barbosa de. II. Título.

CDU 930. 25(81)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "Interação entre documento, arquivo e historiador: um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no Arquivo Nacional, em Brasília".

Autor (a): Marli Guedes da Costa

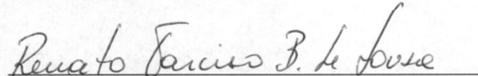
Área de concentração: Transferência da Informação

Linha de pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento

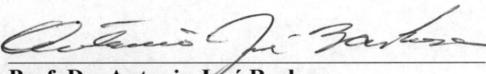
Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 03 de fevereiro de 2010.

Aprovado por:


Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Presidente – (UnB/PPGCINF)


Prof. Dr. José Maria Jardim
Membro Externo – (UFF)


Prof. Dr. Antonio José Barbosa
Membro Externo – (UnB/História)

Prof. Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior
Suplente – (UnB/PPGCINF)

Aos meus pais, que me deram as estrelas do céu.

Ao Ângelo, escultor da minha felicidade.

À Clara, minha obra-prima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, não por mera formalidade, mas por afeto, a todos que me acompanharam nessa jornada.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Renato Tarciso Barbosa de Sousa, a quem posso chamar de amigo, que de pronto aceitou o convite para me acompanhar nessa jornada.

Um agradecimento especial aos professores José Maria Jardim e Antonio José Barbosa que analisaram o projeto desta pesquisa e aceitaram o convite para participar da banca de defesa.

Ao diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, e à coordenadora da COREG/AN, Maria Esperança de Resende, por permitirem o acesso aos documentos necessários à pesquisa. Agradeço a atenção da equipe de Serviço de Atendimento: Vera, Daisy e Vilani.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, pelas portas abertas e convidativas e aos professores André Porto, pelas discussões na disciplina de Metodologia e pelo empréstimo dos livros de historiografia brasileira; Georgete Medleg Rodrigues, pelo empréstimo de alguns artigos; Murilo Cunha e Sueli Amaral, pelas orientações valiosas sobre estudos de usuários. Agradeço, também, às secretárias do Programa: Jucilene e Martha.

Aos amigos que compartilharam os prazeres dessa etapa: Vera Duarte, Tereza Eleutério, Marco Aurélio Santos, Marta Célia Vale, Vanderlei Santos e tantos outros.

Aos companheiros de mestrado e doutorado, pelas horas de convívio e estudo.

Enfim, muitas foram as fontes de inspiração, a elas também dedico esta pesquisa: Palmira Bonolo, minha querida cunhada e “orientadora” nas suas poucas horas vagas; Beatriz Bonolo, pela inserção de dados dos pesquisadores na planilha e conferência dos números nas tabelas; David Raposo, estudante de História, amigo de trabalho, pelo empréstimo dos livros e informações valiosas sobre o curso de História da UnB; Pablo Endrigo, por ter aceitado o convite para testar o questionário aplicado aos pesquisadores do PPGHIS/UnB e por ter me indicado o caminho de acesso ao catálogo de teses e dissertações; Larissa Costa, pelos debates arquivísticos; Sallya Pereira, pelas dicas de ABNT; Susana Maleane, que me ajudou na aplicação do questionário; a todos que responderam ao

questionário; à secretária Janaina, do Departamento de História e aos mestres e doutores do PPGHIS/UnB; à querida sobrinha Natalia Guedes de Souza pela revisão do texto.

Tenho motivos de sobra para agradecer ao meu companheiro de toda a vida, Ângelo, e à minha pré-adolescente, Clara, pelas presenças constantes e que tanto me fazem bem. À minha família, que sempre me pediu pausa nos estudos para me divertir um pouco, especialmente minhas irmãs, Jucilene e Marta.

*É importante ver com os dois olhos, os dois lados,
para mudar uma única realidade, a que temos.*

(Herbert de Sousa – Betinho)

RESUMO

O historiador considera o documento uma fonte essencial para o desenvolvimento de suas pesquisas. Boa parte dessas fontes é preservada em arquivos públicos ou privados em razão de valores informativo ou de prova. A Universidade de Brasília conta com um Departamento de História que oferece cursos de graduação e pós-graduação, cujos professores e alunos formam um grupo potencial de usuário dos arquivos existentes na cidade. Contudo, desde 1975 funciona na capital federal a Coordenação Regional do Arquivo Nacional (COREG/AN) e são raros os registros de consultas realizadas por tais pesquisadores. Esta dissertação percorre o caminho trilhado pelo documento, pelo arquivo público e pelo historiador para compreender as bases em que foi construída a inter-relação entre eles. Em seguida, a pesquisa transporta-se para o tempo presente e investiga nos ambientes acadêmico e arquivístico as razões da alteração da trajetória historicamente estabelecida. No Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UnB) foram empregados questionários para estabelecimento do perfil do pesquisador e foi explorada a produção acadêmica defendida entre 1994 e 2006 com o objetivo de encontrar aproximações entre necessidade de informação e a oferta promovida pelo acervo sob custódia da COREG/AN. No ambiente arquivístico foi observada a história de formação do acervo, as características do conjunto documental, as condições ambientais de atendimento ao público e o perfil do usuário que busca informação científico-cultural. Os dados coletados nos dois ambientes permitiram encontrar as principais causas da falta de interação entre as duas instituições.

Palavras-chave: arquivo público, historiador, usuário de arquivo, pesquisa histórica.

ABSTRACT

The historian considers the document as an essential source for developing his researches. Most of these sources are preserved in public or private archives because of informational or evidential values. The University of Brasilia has a History Department that offers undergraduate and graduate courses, whose professors and students are a potential group to use the existing files in the city. However, there is in the city, since 1975, the Regional Coordination of the National Archives (COREG/AN) and it is rare to be used by such researchers. This dissertation covers the path trodden by the document, the public archive and the historian to comprehend the basis on which it has built the interrelationship between them. Then, the research comes to present and investigates the reasons for modifying the trajectory historically established on the academic and archival environment. In the Post-Graduate Program in History (PPGHIS/UnB), questionnaires were used to know the profile of the researcher and it was explored the academic production held between 1994 and 2006 aiming to find approximation between information necessity and the promoted offer by the documental collection in custody of COREG/AN. In the archival environment it was observed the story of the formation of documental collection, the documental set characteristics, the environmental conditions of public attendance and the user profile that searches for scientific-cultural information. The collected data in both environments allowed finding the main causes to the lack of interaction between those two institutions.

Keywords: public archive, historian, archive user, historical research.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Esquema da pesquisa, baseada no método hipotético-dedutivo	26
Figura 2	Escala de uso de repositórios de informação pelos entrevistados	94
Figura 3	Canais de difusão da COREG/AN	99
Figura 4	Cobertura geográfica das teses e dissertações do PPGHIS/UnB, 1994-2006	107
Figura 5	Quantidade de pesquisas por Estados/cidades brasileiros, 1994-2006	109
Figura 6	Distribuição das pesquisas do PPGHIS/UnB de acordo com suas delimitações temporais	111
Figura 7	Estrutura organizacional do Arquivo Nacional	128
Figura 8	Distribuição por ano das pesquisas atendidas pela COREG/AN entre 1993 e 2007	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Metodologia de aplicação das fontes primárias	28
Quadro 2	Cursos de pós-graduação em História, criados em universidades públicas entre 1970 e 1989	83
Quadro 3	Professores do Departamento de História, que atuavam em outras instituições de ensino em Brasília antes de cursarem mestrado e/ou doutorado no PPGHIS/UnB	88
Quadro 4	Organização do PPGHIS/UnB por área de concentração entre 1976 e 2006	90
Quadro 5	Temas abordados nas teses e dissertações do PPGHIS/UnB (1994-2006)	113
Quadro 6	Informações sobre o acervo da DPA/Arquivo Nacional, Brasília, 1990	126
Quadro 7	Características dos fundos documentais sob a guarda da COREG/AN, recebidos até 2007	129
Quadro 8	Elementos que comprometem o acesso ao acervo da COREG/AN	135
Quadro 9	Temas das dissertações e teses que apresentam alguma afinidade com as informações contidas nos fundos da COREG/AN	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de dissertações e teses defendidas no PPGHIS/UnB entre 1976-2006	91
Tabela 2	Composição da população investigada e quantidade de adesões	92
Tabela 3	Resultados das formas de aplicação do questionário	92
Tabela 4	Características dos indivíduos entrevistados (n=56)	93
Tabela 5	Frequência absoluta e relativa do uso de fontes de informação pelos entrevistados na elaboração da pesquisa	95
Tabela 6	Respondentes que conhecem o AN e pesquisaram na sede e na COREG/AN (n=56)	97
Tabela 7	Razões da ausência do historiador do PPGHIS/UnB no Arquivo Nacional/RJ	98
Tabela 8	Sugestões para aumentar a publicidade da COREG/AN	101
Tabela 9	Quantitativo de dissertações e teses defendidas nas áreas de concentração selecionadas para análise	104
Tabela 10	Quantitativo de pesquisas que contêm termos relacionados à História Política (n=179)	105
Tabela 11	Classificação das pesquisas de acordo com a necessidade do usuário (n=119)	141
Tabela 12	Fundos e temas mais pesquisados entre 1993 e 2007	143
Tabela 13	Características dos usuários da COREG/AN (n=119)	146
Tabela 14	Vínculo ocupacional dos usuários domiciliados no Distrito Federal versus profissão (n=32)	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN – Arquivo Nacional

ANPUH – Associação Nacional de História

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

BANRORAIMA – Banco de Roraima S.A.

BCE/UnB – Biblioteca Central da Universidade de Brasília

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial

CDU – Classificação Decimal Universal

CEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CMP/FHC – Centro de Memória dos Presidentes da República/Fernando Henrique Cardoso

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COLONE – Companhia de Colonização do Nordeste

COLUSO – Comissão Luso Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CONEP – Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços

COREG/AN – Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas

DPA – Divisão de Pré-Arquivo

ESAF – Escola de Administração Fazendária

FBC – Fundação Brasil-Central

FFCLSCJ – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus Bauru

FRP – Fundação Roquette Pinto

GCE – Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica

IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes

Ign. – Ignorado

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
iREL – Instituto de Relações Internacionais
ISAD(G) – General International Standard Archival Description
LASA – Latin American Studies Association
MA – Ministério da Agricultura
MEC/SEPLAN – Ministério da Educação e Cultura
MF/DMT – Ministério da Fazenda/Delegacia do Mato Grosso
MINTER – Ministério do Interior
MJ – Ministério da Justiça
MME – Ministério das Minas e Energia
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS – Ministério da Saúde
MT – Ministério do Trabalho
MVOP – Ministério da Viação e Obras Públicas
PGC – Projeto Grande Carajás
PORTOBRAS – Empresa de Portos do Brasil S.A.
PPGHIS/UnB – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília
PPN – Projeto Pólo Noroeste
PR – Presidência da República
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RAMP – Records and Archives Management Programs
SE/GDF – Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SIDERAMA – Companhia Siderúrgica da Amazônia S.A.
SIDERBRAS – Siderurgia Brasileira S.A.
SINAR – Sistema Nacional de Arquivos
SNI – Serviço Nacional de Informações
SPMAF – Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
TELEBRAS – Telecomunicações Brasileiras S.A.

UEG – Universidade Estadual de Goiás
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPIS – União Pioneira de Integração Social
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Objetivos	21
1.1.1	Objetivo geral	21
1.1.2	Objetivos específicos	21
1.2	Justificativa	22
1.3	Hipóteses	24
1.4	Metodologia	24
2	QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL	29
2.1	Uma unidade: o documento	30
2.2	Um conjunto: o arquivo	35
2.3	Um universo: os arquivos nacionais	38
2.4	Uma função: acesso	45
2.4.1	Acesso: aspectos legais	45
2.4.2	Acesso: aspectos físico e intelectual	51
2.5	O interessado: usuário de arquivo	56
2.5.1	Categorização dos usuários	60
2.5.2	Um usuário específico: o historiador	66
3	O AMBIENTE DA PRODUÇÃO HISTÓRICA – O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	82
3.1	A pós-graduação no Brasil	82
3.2	O caminho trilhado pelo historiador do PPGHIS/UnB	87
3.2.1	Aspectos conjunturais e a pesquisa científica	88
3.2.2	Perfil do historiador	91
3.2.3	Delimitações da produção acadêmica	103
3.2.3.1	<i>História Política</i>	103
3.2.3.2	<i>Abrangência geográfica</i>	106
3.2.3.3	<i>Delimitações temporais</i>	110
3.2.3.4	<i>Demarcações temáticas</i>	111
3.2.3.5	<i>Uso de fontes</i>	115
3.2.3.6	<i>Lócus das fontes</i>	119
4	O AMBIENTE DE PRESERVAÇÃO E DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA ARQUIVÍSTICA – A COORDENAÇÃO REGIONAL DO ARQUIVO NACIONAL NO DISTRITO FEDERAL	123
4.1	Arquivo Nacional do Brasil	123
4.2	O Arquivo Nacional em Brasília. Do Pré-Arquivo à Gestão de Documentos	124
4.3	O acervo	128
4.4	Serviços prestados e condições de acesso	132
4.5	Perfil do usuário	140
5	UM ENCONTRO COMO SOLUÇÃO	150
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
7	REFERÊNCIAS	160

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos pesquisadores do PPGHIS/UnB	169
APÊNDICE B – Dissertações e teses do PPGHIS/UnB	172
ANEXO A – Formulário utilizado pela COREG/AN para atendimento às pesquisas acadêmicas, culturais e comerciais	185

1 INTRODUÇÃO

Vasculhamos a memória em busca do motivo pelo interesse no fenômeno interativo entre historiador, arquivo e documento e encontramos resposta na sétima arte. O filme *Jornada da alma*¹, do diretor Roberto Faenza, em certo momento mostra o diálogo entre um historiador e uma jovem pesquisadora. O cenário é o de um arquivo russo e a cena registra, pelo olho do historiador, o momento em que a estudante esconde entre seus pertences um documento do arquivo. Ele se aproxima da jovem, se apresenta como historiador e a repreende com a seguinte frase: “Todo documento tirado dos arquivos oficiais está perdido para sempre”. Ela contesta: “Senhor historiador, aqui na Rússia, cada documento entregue aos arquivos oficiais está perdido para sempre”.

Os dois pontos de vista são coerentes. O historiador crê na função primeira dos arquivos de permitir a todos o conhecimento da história. A pesquisadora baseia-se na difícil jornada e nos obstáculos encontrados enquanto procura fontes para desenvolvimento de sua pesquisa. A narrativa do filme é baseada em acontecimentos reais e para torná-los inquestionáveis, o diretor inclui historiadores, arquivos e documentos: elementos que simbolicamente dão um toque de veracidade à história.

Recuamos no tempo e alcançamos que a sofisticação cultural dos seres humanos tem raiz na invenção da escrita, motivada por uma necessidade natural de registrar e comunicar atos, idéias, emoções e conhecimentos. Com a invenção e uso dessa ferramenta, o homem conseguiu transmutar a informação de uma configuração abstrata para um estado visível, concreto e, por conseguinte, duradouro. O registro da atividade humana em um suporte permitiu a ultrapassagem do limite da transmissão oral da informação para além do “meio século ou do século abrangido pelos testemunhos oculares e auriculares” (LE GOFF, 1994, p. 9). As barreiras do tempo e da comunicação verbal foram transpostas de uma só vez.

O nascimento da escrita está associado ao surgimento, por volta do IV milênio a. C., do que chamamos de civilização², baseada no tripé economia agrícola, existência de

¹ Título original: *The soul keeper*.

² Em fins do século XIX, a História se firmou como ciência e categorizou a humanidade nos seguintes períodos: Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. A primeira grande divisão baseou-se no fato de o homem ter deixado à posteridade documentos escritos, dividiu-se assim a História em antes da escrita ou Pré-História e depois da escrita. Essa periodização clássica tomou por base a formação das primeiras civilizações no Oriente Médio, na região tradicionalmente denominada pelos historiadores como “crescente fértil” e que hoje engloba países como Irã, Iraque, Israel, Líbano, Egito, entre outros.

idades e do Estado. Na época, tanto a escrita quanto a sua interpretação destinavam-se ao controle das atividades administrativas, tais como contabilização de produtos comercializados, arrecadação de impostos, contratos, atos notariais etc. Os documentos gerados nessas ações eram mantidos em locais reservados dos palácios dos governantes, cujo acesso só era permitido às autoridades responsáveis por sua proteção.

O costume deu origem aos primeiros arquivos destinados à conservação dos registros das atividades governamentais. Na Grécia Antiga, entre os séculos III e II a. C, foi adotado o termo *archeion* para indicar a residência dos magistrados ou arcontes, guardiões responsáveis pelos documentos administrativos (SILVA *et al*, 1999, p. 59). Os romanos receberam o termo e o atualizaram para a forma latina *archivum*, bem próxima da escrita atual: arquivo.

A origem administrativa e a limitação do acesso conferiram a esses registros atributos de autenticidade e de prova de fatos consumados, passando à denominação de “documentos de arquivos”.

A história dos arquivos teve início, portanto, num tempo remoto, mas as instituições que hoje conhecemos foram moldadas a partir do século XVIII. Os Arquivos Nacionais, fundados em 1789, tornaram-se peças-chave na legitimação de uma nova forma de governo e idealização do Estado nacional, instaurado com a Revolução Francesa. Os documentos recolhidos a esses arquivos eram naturalmente dotados de características que os tornavam autênticos e, portanto, úteis não apenas aos governantes, mas também aos historiadores, os quais eram recrutados para perpetuar através de narrativas as grandes conquistas e batalhas.

Conclui-se, com esse breve histórico, que as trajetórias do documento, do arquivo e do historiador se encontraram em vários momentos e criaram laços de dependência. Em outras palavras, o documento mantém-se a serviço do historiador e, caso esteja sob o abrigo de uma instituição arquivística, pode oferecer garantia de prova autêntica. Em sincronia, o historiador utiliza a fonte documental para elaborar a narrativa histórica e escolhe, dentre tantas, aquela depositada em arquivos. A instituição arquivística, a seu turno, tem por missão preservar o patrimônio documental e identifica o historiador como usuário prioritário.

Ao trazer os três elementos para o tempo presente, nos deparamos com um problema concreto, que aceita a seguinte pergunta:

Por que tão poucos historiadores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília recorrem à Coordenação Regional do Arquivo Nacional, situada na capital federal, em busca de fontes para suas pesquisas?

Com o intuito de responder à questão, foram observados, no ambiente acadêmico e no arquivo, os processos de geração do documento, de acúmulo, de conservação, de utilização, de interpretação e de transmissão de seu conteúdo. Para o experimento foram selecionados os seguintes personagens:

- para representar o *documento* – matéria-prima para o historiador – foi eleita a parcela do acervo produzido pela administração pública federal brasileira, a qual se encontra depositada no Arquivo Nacional, mais especificamente na sua Coordenação Regional, situada em Brasília;
- para o papel de *historiador* foram escolhidos os pesquisadores – professores e alunos – do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, que doravante será identificado pela sigla PPGHIS/UnB;
- a Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, que também será evocada por sua sigla COREG/AN, foi contemplada com o papel de *arquivo público*, por exercer a função mediadora entre a administração governamental, produtora dos documentos, e a história, resultante da análise fundada nas informações contidas em seu acervo.

A partir do problema acima destacado, acrescentamos ao capítulo introdutório os objetivos desta obra, a justificativa, as hipóteses e a metodologia adotada.

O Capítulo 2 foi dedicado ao estabelecimento do quadro teórico referencial. O encadeamento lógico foi construído tendo por base o documento, o arquivo e o historiador. Primeiramente, foi estabelecido o conceito de documento de arquivo, a partir de suas propriedades fundadas na origem, função e uso. Em seguida, o enfoque expôs a construção dos arquivos nacionais, a partir da Revolução Francesa, e a proliferação desse modelo pelos países ocidentais, com destaque para o Arquivo Nacional do Brasil. Ainda no universo dos arquivos, foi abordada a questão do acesso, elemento indispensável para se compreender a relação entre instituição arquivística e usuário. Ao final do capítulo, foram introduzidos os estudos de usuários realizados pela Arquivística e o detalhamento do uso dos arquivos pelos historiadores.

Os Capítulos 3 e 4 foram destinados à pesquisa empírica. Os resultados da observação do comportamento do historiador no contexto acadêmico do PPGHIS/UnB foram relatados no terceiro capítulo. No quarto foram abordadas: a história da COREG/AN; a formação do acervo; os serviços por ela colocados à disposição do público e o perfil do usuário em busca de documentos ostensivos para emprego nas pesquisas acadêmicas e culturais.

“Um encontro como solução” é o título do Capítulo 5. Nele foram pegos de empréstimo alguns exemplos bem-sucedidos de relacionamento entre arquivos e historiadores, seguidos de alternativas apontadas pelos pesquisadores entrevistados no decorrer da pesquisa ou por nós deduzidas à luz do confronto entre as demandas dos historiadores e o estoque de informações da COREG/AN.

O último capítulo foi dedicado às Considerações Finais.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Investigar o relacionamento entre o documento (fonte de pesquisa), o historiador (usuário) e o arquivo público (instituição que resguarda a fonte de pesquisa). Nesse sentido, será averiguada a necessidade de informação de um usuário – o historiador – cuja conexão potencial aos arquivos se baseia no uso do documento de origem pública para elaboração da narrativa histórica, como produto das atividades acadêmico-profissionais. Por outro ângulo, o da instituição arquivística, as indagações cercarão as ações empreendidas na formação do acervo, na prestação de serviço de atendimento ao público e nas medidas de difusão.

Enfim, tentar-se-á buscar elementos que demonstrem as relações construídas ou que deixaram de ser construídas entre o historiador do PPGHIS/UnB e a COREG/AN.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Mapear a produção acadêmica do PPGHIS/UnB, destacando as dissertações e teses, cujas temáticas se aproximam dos conteúdos dos fundos existentes na COREG/AN;

2. Inventariar as fontes de pesquisa utilizadas nas dissertações e teses dos historiadores defendidas no PGHIS/UnB;
3. Identificar o perfil do usuário freqüentador da COREG/AN;
4. Mensurar a freqüência do pesquisador do PPGHIS/UnB na COREG/AN;
5. Identificar os assuntos do acervo existente na COREG/AN e confrontá-los com os temas das dissertações e teses mapeadas.

1.2 Justificativa

O estudo que ora empreendemos pode sugerir, à primeira vista, um caminho aparentemente saturado. Entretanto, a intenção foi percorrer a alameda sedimentada por historiadores e arquivos com o objetivo de compreender o posicionamento atual do historiador frente às fontes arquivísticas e, ao mesmo tempo, do arquivo diante da máxima que se repete: o historiador, pesquisador acadêmico, é o usuário privilegiado.

Há uma concordância na comunidade intelectual da área quanto à necessidade de se empreender estudos de usuários de arquivos para o avanço da disciplina (JARDIM; FONSECA, 2004). Contudo, o que se observa é uma carência de literatura e de práticas direcionadas à identificação das necessidades do seu público real e potencial.

Um diagnóstico³ realizado pelos professores e pesquisadores da Universidade de Montreal, Carol Couture, Jocelyne Martineau e Daniel Ducharme (1999), entre 1998 e 1999, sobre a pesquisa científica em Arquivística teve como resultado a compilação dos dados distribuídos em nove campos temáticos: 1) objeto e finalidade da Arquivística; 2) arquivos e sociedade; 3) história dos arquivos e da Arquivística; 4) funções arquivísticas; 5) gestão dos programas e dos serviços de arquivos; 6) tecnologias; 7) suportes e tipos de arquivos; 8) meio profissional dos arquivos e 9) problemas particulares relativos aos arquivos.

Dessa revisão de literatura internacional, nos interessaram os dados atinentes ao campo das “funções arquivísticas”⁴, pois reside em um de seus itens, na atividade de difusão, a interação com o público. A difusão, por sua vez, aparece em análises que tratam de aspectos legais de acesso, de instrumentos de pesquisa e normalização. Foram encontrados

³ A pesquisa abarcou a produção bibliográfica basicamente canadense, norte-americana, francesa, inglesa e incluiu também alguns autores europeus, australianos, africanos, asiáticos e latino-americanos.

⁴ Carol Couture divide as funções arquivísticas em sete: produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão.

apenas dois autores discutindo a difusão numa visão de estudo de usuário: Dowler (1998) e Cox (1992).

A pesquisa de Dowler contribui com a sugestão de que a teoria e a prática arquivísticas devem se fundamentar na satisfação das necessidades de informação por parte do usuário. A pesquisa de Cox, por sua vez, centra-se na questão da referência, mais especificamente na mediação a ser exercida pelo arquivista entre os arquivos e os usuários. Esse autor também considera imperativo o intercâmbio da Arquivística com as Ciências da Informação, pois entende que ambas compartilham o mesmo objeto de estudo: a informação (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 59-60).

Outro levantamento, publicado pelo pesquisador português Paulo Barata (1977 apud JARDIM; FONSECA, 2004, p. 4), apontou na literatura portuguesa, francesa e norte-americana o índice de 1,8% para os estudos referentes aos usos e usuários de arquivos. Na mesma pesquisa, a análise dos estudos empreendidos pela UNESCO, *Records and Archives Management Programs* (RAMP), encontrou uma contribuição de apenas 2,8%. Apesar de ter sido realizada numa escala geográfica menor que a pesquisa do trio canadense, citado acima, os países selecionados possuem grande representatividade técnico-científica na área e conferem autoridade à pesquisa.

Em 2004, os professores e pesquisadores José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (2004, p. 4) seguiram os exemplos internacionais e coordenaram um estudo semelhante, cujos resultados apresentaram coerência com o quadro internacional. De 109 artigos de divulgação científica, existentes em 14 periódicos brasileiros, publicados entre 1990 e 1995, apenas um tratava diretamente do tema em questão.

As ações dos arquivos para acolhimento satisfatório do público e as iniciativas para ampliação das categorias de usuários e aumento da frequência nas salas de consulta são algumas das muitas questões nebulosas. Uma publicação importante para exemplificar o baixo uso dos arquivos é o *Catálogo do acervo de teses do Arquivo Nacional: 1896-1994*. A obra contempla 191 referências de teses de doutorado e livre-docência, dissertações de mestrado e outras modalidades acadêmicas defendidas no país e no exterior, produzidas a partir de fontes documentais existentes no Arquivo Nacional. A publicação expõe os baixos números alcançados para o período de um século. Identificamos, no conjunto, duas dissertações de mestrado defendidas por pesquisadores da Universidade de Brasília, sendo uma da Pós-Graduação em Economia e outra do PPGHIS/UnB. Esse número evidencia a quantidade inexpressiva de participantes da UnB no conjunto.

Enfim, esta pesquisa se justifica pela intenção de investigar a necessidade de informação de um usuário potencial da COREG/AN: o historiador do PPGHIS/UnB, assim identificado em razão das suas atividades acadêmico-profissionais e dos métodos por ele utilizados para suprir a demanda pelas fontes primárias. Com a caracterização da necessidade de informação desse usuário, analisar-se-á o distanciamento evidente entre os historiadores da UnB e a instituição arquivística.

Na prática, existe uma lacuna entre as duas instituições que, no nosso entender, precisa ser compreendida. A atual pesquisa resultará em uma visão mais clara de alguns dos fatores que as mantêm distantes uma da outra. Ao incluir os arquivos públicos na discussão atual, a qual procura no usuário a justificativa para sua existência, pretende-se que a Arquivística ocupe um espaço de discussão na Sociedade da Informação.

1.3 Hipóteses

Tendo em vista se tratar de uma realidade já conhecida pelos anos de exercício profissional, partimos do pressuposto de que o historiador do PPGHIS/UnB desconhece a existência da COREG/AN.

Esse desconhecimento pode ter duas causas: a) o historiador prefere temas de pesquisa que não privilegiam o uso de fontes documentais produzidas por órgãos do governo federal e/ou b) a COREG/AN, criada em Brasília com a incumbência de desafogar as repartições públicas, exerce a difusão de forma tímida e não consegue divulgar no espaço acadêmico suas atividades, acervos e serviços.

1.4 Metodologia

Dentre os vários métodos científicos, decidimos pela aplicação do hipotético-dedutivo por fornecer um formato lógico aplicável às intenções relatadas. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 106), esse método se inicia “pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”.

A base lógica do método hipotético-dedutivo é de autoria de Karl Popper, em 1937, resultado da crítica ao modelo indutivo⁵ fundado por Bacon, Locke, Hume e Hobbes (GIL, 2007, p. 28-29). Popper considerava inviável a generalização de um fenômeno baseado em apenas alguns casos. Para ele era imperativo observar todos os elementos do universo para atingir uma conclusão generalizável (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 92). O método hipotético-dedutivo, a seu turno, parte de um problema, ao qual se oferece uma solução provisória, passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro e, tal como ocorre na dialética, esse processo se renova a si próprio, dando surgimento a novos problemas. Quanto ao falseamento, “na medida em que um enunciado científico se refere à realidade, ele tem que ser falseável; na medida em que não é falseável, não se refere à realidade” (POPPER, 1975 apud MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 95-96).

A Figura 1, na próxima página, apresenta os desdobramentos do projeto de pesquisa em relação às prerrogativas do método escolhido. Inicia-se com o problema, seguido pelas hipóteses. Para cada hipótese é deduzida uma consequência, tomando-se por base as seguintes variáveis: desconhecimento, barreiras de acesso, não utilização de fonte documental pública e produção da própria fonte de pesquisa. A tentativa de falseamento corresponde à análise de cada uma das proposições com o objetivo de confirmá-las ou reformulá-las.

Para testar as hipóteses propostas na pesquisa, foram buscadas, no ambiente do historiador (PPGHIS/UnB): a configuração do perfil do pesquisador acadêmico, os parâmetros orientadores da produção intelectual e seus reflexos na interação com a instituição arquivística. No ambiente da COREG/AN foram perseguidos: sua trajetória, a formação do acervo, os serviços oferecidos e o perfil do pesquisador.

⁵ “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 86).

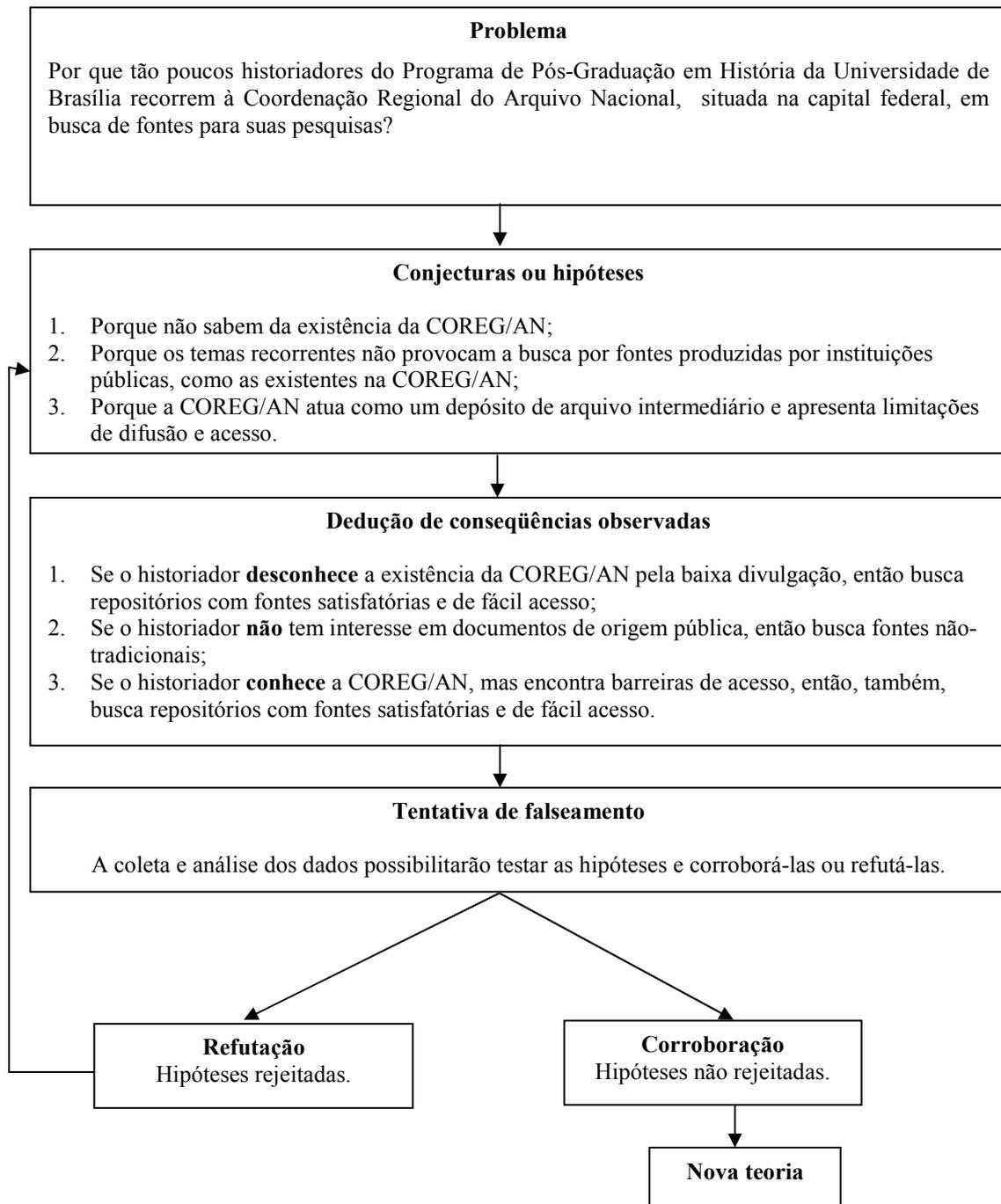


Figura 1 – Esquema da pesquisa, baseada no método hipotético-dedutivo

Fonte: adaptação ao esquema sugerido por Marconi e Lakatos (2007) para o método hipotético-dedutivo.

Como método de coleta de dados foi aplicado questionário aos alunos e professores do mestrado e do doutorado e foram analisadas as teses e dissertações defendidas entre 1994 e 2006 no PPGHIS/UnB. Os dados coletados na COREG/AN foram extraídos dos seguintes documentos administrativos: formulários de atendimento aos usuários, relatórios de atividades e guia de fundos, produzidos entre 1993 e 2007.

Para analisar a interação entre os dois ambientes foi necessário procurar os indícios produzidos num espaço de tempo comum para ambos. Portanto, o recorte temporal ficou delimitado entre 1993 e 2007. O ano de 1993 foi imposto pelos primeiros registros de atendimento ao público encontrados na COREG/AN e a extensão até 2007 configurou-se na necessidade de ter em mãos um número de usuários suficiente para o estabelecimento de um perfil coerente com a realidade. Mas, no ambiente da pós-graduação temos em 1994 uma data importante para dar partida à análise das teses e dissertações, foi o ano da reestruturação do curso de mestrado e criação do doutorado. No limite final adotou-se 2006 para a análise das dissertações e teses, cuja decisão foi tomada à luz da volumosa quantidade de obras e pela certeza de encontrá-las disponíveis na BCE/UnB. Há, portanto, um ano de diferença entre o início dos recortes e um ano no final, mas em essência não comprometeram a pesquisa.

Para a concretização da investigação, decidimos utilizar o método monográfico, também conhecido como estudo de caso. Segundo Gil (2007, p. 72-74), a estratégia de pesquisa de estudo de caso é aplicável às investigações que buscam respostas para perguntas do tipo “como” ou “por que”, quando se depara com um conjunto contemporâneo de fenômenos sobre o qual o pesquisador não tem poder de controle. Um estudo de caso adota objetos específicos e em pleno funcionamento, tais como organizações, pessoas, eventos, decisões etc. com a intenção de expandir e generalizar teorias. A parte prática da coleta de dados foi antecedida pela exploração da documentação indireta ou bibliográfica. O arcabouço teórico-conceitual trilhou o caminho percorrido pelos arquivos públicos, desde a criação dos *Archivos Nationales* na França, em 1789, até os dias atuais do Arquivo Nacional do Brasil. Percorreu, também, o caminho sedimentado pelo historiador e a disciplina História.

Segundo Franz Victor Rudio, os princípios da observação envolvem cinco elementos:

[...] a) por que observar (referindo-se ao planejamento e registro da observação)?; b) para que observar (objetivos da observação, definidos pelo interesse da pesquisa)?; **c) como observar (instrumentos que utiliza para a observação)?; d) o que observar (o campo da observação) [...]?;** e) quem observa [...]? (RUDIO, 1981 apud TOMANIK, 2004, p. 67, grifo nosso).

Duas das perguntas de Rudio serviram de guia para a programação da coleta de dados, conforme esboçado na seqüência de operações abaixo:

O que foi observado?	Como foi observado?
Guia de Fundos do Arquivo Nacional ⁶	Consulta e análise direta do portal institucional para identificação e seleção dos fundos sob a guarda da COREG/AN.
Teses de doutorado e dissertações de mestrado do PPGHIS/UnB ⁷	a. Seleção, por meio do catálogo de teses, dos títulos que se enquadrem nas áreas de concentração com afinidade com o objeto desta pesquisa. b. Leitura das obras selecionadas.
Temas das teses e dissertações que compartilham das informações existentes nos fundos documentais sob a guarda da COREG/AN	Confronto dos dados coletados no guia de fundos da COREG/AN com os temas das pesquisas e exclusão dos temas que não se enquadrem no requisito de compartilhamento proposto neste item.
Teses e dissertações escolhidas	Leitura integral e seleção das fontes utilizadas e dos métodos adotados.
Normas de acesso aos documentos do Arquivo Nacional	Consulta e análise direta do portal institucional e documentos da COREG/AN.
Registros de usuários e relatórios de atividades da COREG/AN ⁸	Coleta de dados (identificação, finalidade da pesquisa, material utilizado) para estabelecer o perfil do usuário e ações de difusão.
Dados coletados	Estruturação de bancos de dados.

Quadro 1 – Metodologia de aplicação das fontes primárias

Fonte: elaboração própria.

⁶ O Guia de Fundos do Arquivo Nacional está disponível no portal institucional.

⁷ As dissertações de mestrado e teses de doutorado estão disponíveis para consulta na Biblioteca Central da UnB.

⁸ O diretor-geral do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, em 19.05.2008, autorizou nosso acesso aos registros de usuários da COREG/AN, em resposta à solicitação feita pelo Departamento de Ciência da Informação por meio do OE-CID-01/2008, de 14 de maio de 2008.

2 QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

Na presente seção serão estabelecidos os conceitos e as definições terminológicas adotados. Tomando por base os principais elementos em discussão – o documento, o arquivo público e o historiador – as contribuições teóricas foram trazidas, prioritariamente, da Arquivística e da História.

Para se conhecer a história da Arquivística é possível recorrer a diferentes perspectivas. Uma delas se sustenta na análise e entendimento da constituição do documento em si, enquanto possuidor de elementos justificadores da sua origem, função e uso. Lançamos mão dessa possibilidade para o estabelecimento das características do “documento de arquivo”, bem como para ultrapassar a visão paradigmática centrada no documento e alcançar a visão que contempla a informação como objeto da Arquivística. Na sequência, foram introduzidas as discussões em torno das polissemias e derivações do termo “arquivo”.

Uma outra perspectiva possível é a história dessa disciplina sob um olhar centrado no lugar de guarda dos documentos: as instituições arquivísticas. Apesar de exaustivamente apresentada na literatura, foi utilizada essa opção para refletir sobre o arquivo público. Não se versou sobre a origem dos arquivos na Antiguidade, pois nos interessavam a formação dos arquivos nacionais, a partir da Revolução Francesa, e sua influência na consolidação da disciplina, nas técnicas hoje praticadas e nos modelos institucionais construídos.

Continuando, portanto, na mesma linha da formação dos arquivos nacionais, foram tratadas as questões de acesso aos arquivos. Nesse sentido, foi considerada a abertura dos arquivos ao cidadão, cuja intenção foi duplamente fecundada na Revolução Francesa e na criação dos Arquivos Nacionais da França. Esse assunto levou em consideração as garantias legais alcançadas no amadurecimento do contato entre Estado e cidadão, as condições físicas de cada instituição para o oferecimento de serviços ao público, e as condições intelectuais que englobam processamento e disponibilização ao público de acervos e informações.

A terceira perspectiva para compreensão dos arquivos resulta de uma prerrogativa do mundo pós-moderno, onde a dimensão social se sobressai como justificativa da existência dos arquivos nos dias atuais. Nessa linha, o usuário foi colocado em evidência e foram verificadas as circunstâncias em que são desenvolvidos os estudos de usuários.

Devido à variedade dos tipos de usuários – pesquisador acadêmico, pesquisador autônomo, cidadão em busca de comprovação de direitos, servidores da administração pública etc. – optamos por aquele mais citado na literatura: o historiador acadêmico. Para ele foi dedicada uma seção com o objetivo de formatar um perfil do cientista na busca e uso da informação para o exercício profissional. As relações efetivadas por esse usuário com o ambiente arquivístico permearam todo o capítulo.

2.1 Uma unidade: o documento

São poucos e por isso mesmo mais preciosos – continuava o arquivista. Para dizer a verdade, compreenderás pouquíssimo, de tão mutilados que foram pelo tempo. Embora tenhamos feito várias restaurações, como se faz com os velhos afrescos, sobram apenas fragmentos isolados, sem concatenação. Ainda assim são sagrados, pois formam os fundamentos do Estado imperial (KADARÉ, 1993, p. 110).

Um documento de arquivo isolado não tem razão de ser, é imprescindível que faça parte de um conjunto (DUCHEIN, 1982/1986, p. 17). Sua definição mais propagada no meio arquivístico encerra algumas prerrogativas: ser produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, e, nessas circunstâncias, constituir-se em elemento de prova ou de informação. Além disso, devem fazer parte de um conjunto orgânico, que reflita as atividades às quais se vinculam, expressando os atos de seus produtores.

Mas o entendimento sobre o registro documental nem sempre foi esse. Antes do aparecimento da disciplina Arquivística, no século XIX, os documentos eram concebidos individualmente. Os desafios de se provar a autenticidade e fidedignidade deles perante as autoridades deram origem à Diplomática⁹, no século XVII, cujos princípios se valiam da análise dos componentes físicos e intelectuais do documento.

Os diplomatas perceberam que a forma dos documentos administrativos revelava a sua função, por incorporarem certos elementos em comum tanto nos aspectos externos quanto no conteúdo. A partir daí construíram um modelo instrumental capaz de elucidar, pela constatação da presença ou ausência de algum desses elementos, alguma suspeita de falsidade. Os elementos presentes em tal modelo referiam-se ao “conjunto de

⁹ O primeiro tratado foi estabelecido em 1681 pelo monge beneditino Jean Mabillon para reverter as acusações de falsidade sobre os documentos preservados no mosteiro de Sant-Denis, declaradas pelo jesuíta Daniel Van Papenbroeck (DURANTI; MACNEIL, 2005).

regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem, isto é, como as características de um documento que podem ser separadas da determinação dos assuntos, pessoas ou lugares específicos aos quais se referem” (DURANTI; MACNEIL, 2005, p. 2).

A Diplomática foi incorporada às escolas de Direito européias no século XVIII e com a edição do *Nouveau Traité de Diplomatie*, 1750-1765, dos beneditinos René Prosper Tassin e Carlos François Toustain, a disciplina chegou às escolas de História no século XIX. O modelo instrumental serviu de base para que os historiadores investissem no estudo dos documentos medievais e os princípios diplomáticos passaram a ser aplicados na avaliação da autoridade documental como fonte para a história. Segundo entendimento do pesquisador canadense Heather MacNeil:

Como reflexo, no século XIX, notadamente no âmbito das idéias da École des Chartes, em Paris, a Diplomática, diretamente influenciada pelas idéias da Filologia e da Historiografia, passou a ser considerada, ao lado da Paleografia, uma ‘ciência auxiliar da história’ (MACNEIL, 2000 apud TOGNOLI; GUIMARÃES, [2008], p. 4).

A Diplomática promoveu o encontro entre a História e a Arquivística. Instrumentalizou a primeira e deu origem à segunda. A influência na formação da Arquivística ocorreu com a evolução gradativa da Diplomática “[...] para um sofisticado sistema de idéias sobre a natureza dos documentos, sua gênese e composição, suas relações com as ações e pessoas ligadas a eles e com seu contexto organizacional, social e legal” (DURANTI; MACNEIL, 2005, p. 3).

O estudo do documento, enquanto entidade individual, foi substituído pelo estudo dos documentos enquanto parte de um conjunto inter-relacionado, em razão da complexidade alcançada pela administração pública. Os pesquisadores canadenses Luciana Duranti e Heather MacNeil (2005) afirmam:

A ciência da arquivologia, que surgiu a partir da diplomática no século XIX, é um sistema de conceitos e métodos voltados ao estudo dos documentos no que diz respeito às suas relações documentais e funcionais e as maneiras pelas quais são controlados e comunicados (DURANTI; MACNEIL, 2005, p. 3).

A partir das relações documentais e funcionais, os documentos adquiriram características de autenticidade, naturalidade e imparcialidade. Essas propriedades asseguraram ao documento a capacidade de fonte de informação e de prova¹⁰, de suma importância para o pesquisador e para o cidadão que passou a ser moldado gradativamente a

¹⁰ “A natureza da prova documental é de primordial importância e diz respeito tanto ao direito, que regula a conduta de nossa sociedade, como à história, que a explica” (DURANTI, 1994, p.2). Sobre o tema, ver DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, 1994.

partir do século XIX. Duranti (1994, p. 49-52) aponta as seguintes propriedades do documento de arquivo:

- Imparcialidade: os documentos são inerentemente verdadeiros, isto é, são produzidos sem o receio de serem expostos ou analisados publicamente. São livres de suspeitas quanto ao que revelam, pois as razões de suas origens (realização de uma atividade) e as circunstâncias de criação (rotinas processuais) asseguram que não são forjados na intenção ou para a informação da posteridade. Assim, constituem-se em provas originais, concebidos como parte real do *corpus* dos fatos;
- Autenticidade: são produtos de rotinas processuais que visam ao cumprimento de determinada função, ou consecução de alguma atividade. São autênticos quando criados, mantidos e conservados de acordo com procedimentos regulares passíveis de comprovação, a partir das rotinas estabelecidas;
- Naturalidade: os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, como os objetos de museu, mas acumulados naturalmente, de maneira contínua e progressiva, no decorrer da existência do produtor.

Assim como a autenticidade, a naturalidade e a imparcialidade estão para o documento, a organicidade, o inter-relacionamento e a unicidade estão para o seu conjunto, numa abrangência contextual. Com base em Fonseca (1999, p. 7) temos as seguintes orientações:

- Organicidade: os registros documentais são acumulados naturalmente e de maneira contínua e progressiva nas administrações, em função dos seus objetivos práticos; isto os dota de um elemento de coesão espontânea, embora estruturada;
- Inter-relacionamento: os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações para as quais foram criados; essas relações ligam os documentos uns aos outros no momento no qual são produzidos ou recebidos e determinam a razão de sua criação como pressuposto à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado e à sua autenticidade; os registros arquivísticos são um conjunto indivisível de relações;
- Unicidade: cada registro assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence; cópias de um registro podem existir em um ou mais grupos de documentos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo de suas relações com os demais registros do grupo é sempre único.

Todos esses princípios e propriedades culminaram na consagração do documento de arquivo, cujas características são resumidas na tese de doutorado de Renato Sousa:

O documento de arquivo não é resultado de um ato voluntário ou criativo, seja artístico ou investigador, mas o produto da atividade natural de uma instituição, criado para seu auxílio e destinado a deixar testemunho de sua gestão. Trata-se de um objeto único e não repetível, daí a unicidade. E a organicidade, porque ele surge mediante um processo normalizado em que cada ação da instituição produtora origina um conjunto de documentos ligados entre si. Assim, diferentemente de outros documentos, que respondem a uma unidade de concepção (cada documento existe de *per si* e se entende plenamente sem necessidade de ter em conta o resto), o de arquivo não pode ser entendido de modo isolado, mas em relação com outros documentos no marco dos agrupamentos documentais (SOUSA, 2004, p. 115).

O conceito de documento arquivístico evoluiu e hoje se observa uma tendência à modernização, movida pelo avanço das tecnologias da computação e da informação. No meio público e privado, indivíduos e organizações vêm produzindo documentos em formato digital, mudando radicalmente a forma de registrar e transmitir as informações. Os documentos, antes produzidos em papel, passaram a ser criados em forma digital e armazenados em suportes óticos ou magnéticos. Sobre esse aspecto, Silva *et al* (1999) fazem a seguinte consideração:

[...] a evolução tecnológica, a partir da segunda metade dos anos 40, foi um fator que teve um impacto particularmente significativo em variados aspectos da ‘vida’ dos arquivos. [...] Os meios automáticos, que começaram a ser associados ao tratamento da informação, vieram revolucionar os processos até aí usados e fizeram surgir novas abordagens dos documentos, sobretudo dirigidas aos conteúdos informativos, já que a informação ganhou um estatuto de ‘recurso’ indissociável da investigação e do desenvolvimento (SILVA *et al*, 1999, p.132).

O exercício para a compreensão do documento de arquivo extrapolou o limite imposto pelo registro em papel, colocando em destaque o conteúdo. Esse prisma coaduna-se com as reflexões de Jardim (1992), que, apoiado em Stuart-Stubbs, considera ultrapassada a visão do documento enquanto objeto de estudo da Arquivística:

Conforme Stuart-Stubbs (1989), até os anos 50 não se pensava em informação como uma entidade específica, mas apenas como manuscritos, livros, panfletos e outras variações documentais. O formato físico do documento praticamente se sobrepunha ao seu conteúdo, e esta tendência representava uma orientação intelectual com inúmeras implicações sobre todo o processo de coleta, processamento técnico e disseminação de tais materiais (JARDIM, 1992, p. 251).

Atualmente, o documento é concebido no meio arquivístico como sendo a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Se por um lado, a definição abre a possibilidade de inclusão de qualquer suporte, por outro, não se reconhece qualquer informação como sendo de teor arquivístico. Para Cruz Mundet (2006), no *Manual de Archivistica*, a informação objeto desta

ciência cumpre três condições simultâneas, cujas características a distinguem da conceituação genérica:

1. É uma informação *interna*, produzida por pessoas (física ou jurídica) no desenvolvimento de suas atividades, de forma necessária e inevitável.
2. É uma informação *previsível*, enquanto fruto de processos estabelecidos, sejam os procedimentos administrativos (como no caso das administrações públicas), sejam os processos de negócio (como no caso das organizações privadas), seja a gestão das atividades próprias das pessoas físicas nos casos em que não há intervenção da vontade criativa.
3. É uma informação *regulamentada* em sua criação, uso e conservação. A criação de todos esses documentos está amparada por normas legais e/ou de procedimento interno. Sua utilização (tramitação, acesso, informação, obtenção de cópias) também está sancionada por normas legais de caráter público – incluídas as de defesa da privacidade – e/ou por normas internas das organizações privadas. Sua conservação, entendida em termos de eliminação ou conservação, da mesma forma está regulada por normas (CRUZ MUNDET, 2006, p. 119, grifo do autor).

É possível enxergar nas palavras do autor os requisitos de autenticidade, de naturalidade, de imparcialidade e de organicidade quando fala de informação interna e informação previsível. Consideramos perspicaz a alusão a uma “informação regulamentada”. Nesse ponto, Cruz Mundet legitima a informação arquivística em normas legais e administrativas, as quais garantem a comprovação dos requisitos do documento de arquivo. Desde a criação até o uso final, o documento segue padrões e prescrições que, se seguidos, conferem a ele o *status* de documento de arquivo.

Em suma, antes do século XIX, os documentos eram concebidos individualmente. A Diplomática se encarregou de estabelecer princípios respaldados em componentes intrínsecos e extrínsecos a fim de atestar a autenticidade e a fidedignidade reclamadas por autoridades. No século XVIII, a Diplomática foi incorporada ao Direito e, no século seguinte, a História adotou-a como disciplina auxiliar. A Diplomática participou, também, da origem da disciplina Arquivística no século XIX. Essa nova disciplina ampliou paulatinamente o estudo do documento pela agregação de outros condicionantes firmados no contexto de produção. Assim, um documento de arquivo possui alguns atributos que lhe conferem o valor de prova ou testemunho de transações, são eles: autenticidade, imparcialidade, naturalidade, organicidade, inter-relacionamento e unicidade. Entende-se por documento de arquivo qualquer informação registrada, produzida a partir de atividades de pessoas físicas ou jurídicas, e que faz parte de um conjunto orgânico, no qual a acumulação se dá de forma natural e contínua.

2.2 Um conjunto: o arquivo

Após o processamento na Sala das Lentilhas, o refugo, acondicionado em grandes pacotes, era entregue ao Arquivo, enquanto a parcela válida passava por nova elaboração, desde o início. Os sonhos eram então agrupados conforme seu tema: segurança do Império e do soberano (complôs, traições, insurreições); política interna (principalmente a unidade do Império); política externa (alianças, guerras); vida civil (grandes roubos, abusos, corrupção); possíveis arquissonhos; e diversos (KADARÉ, 1993, p. 37).

O vocábulo “arquivo” sofre de um problema crônico de polissemia, cujas causas podem ser atribuídas, principalmente, ao seu emprego tanto para indicar as instituições que têm por finalidade custodiar, processar, conservar e dar acesso a documentos, quanto aos conjuntos de documentos custodiados, processados, conservados e disponíveis ao público.

Etimologicamente, “arquivo” é definido como lugar destinado à guarda dos documentos públicos resultantes das ações e para as ações do Estado, mas a primeira definição foi publicada no clássico *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, de autoria de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, publicado pela Associação Holandesa dos Arquivistas em 1898:

[...] conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer sob a custódia desse órgão ou funcionário (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13).

Abrimos um parêntese para cientificar que as bases teóricas e práticas da disciplina Arquivística avançaram no compasso da constituição e evolução das instituições arquivísticas. Em decorrência dessa inter-relação, os grandes profissionais da área propagaram seus conhecimentos em obras com formato de manual. Essas publicações tornaram-se clássicas e durante todo o século XX constituíram-se nas principais fontes de veiculação de teorias, conceitos e práticas.

A partir da definição postulada pelo manual dos holandeses, outras surgiram como contribuições ao aprimoramento do vocábulo. Theodore Schellenberg, arquivista assistente do *National Archives* norte-americano, analisou e sintetizou em seu livro *Arquivos modernos*, as definições dos manuais inglês, italiano e alemão. Concluiu que em todas elas há uma associação do termo “arquivo” com “conjunto de documentos”. Em 1956, o autor cunhou sua própria definição, a partir das referidas proposições:

[...] documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e

de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 1974, p. 19).

O conceito de Schellenberg para arquivo engloba o documento, a sua aplicação e o lugar de preservação. Os trechos: “que hajam sido considerados de valor” e “que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente” induzem ao entendimento que o nascimento do documento arquivístico, nessas palavras, está condicionado à valoração e a sua destinação a um arquivo permanente.

Assim, temos herdamos um termo com duas definições, aplicáveis de acordo com o contexto em que é usado. “Arquivo” pode ser um conjunto de documentos ou a instituição destinada ao seu recebimento, organização, preservação e divulgação.

Além da mesma palavra aplicada tanto ao conteúdo (documento) quanto ao continente (instituição), o italiano Elio Lodolini (1984, p. 67) visualiza um outro obstáculo conceitual para a unificação da terminologia. Para ele, o momento em que o documento de arquivo nasce é controverso para boa parte dos arquivistas.

Para melhor entendermos a questão, os conceitos de autenticidade, naturalidade, imparcialidade, inter-relacionamento, unicidade e organicidade, inerentes ao documento de arquivo, servem de referência para a discussão sobre a ocasião do nascimento de um documento de arquivo. Alguns autores defendem que tais características fazem parte do documento a partir do momento da sua confecção no setor de trabalho. Outros só consideram “documento de arquivo” aquele que tiver sido encaminhado a um arquivo público para preservação por não ter mais utilidade para o produtor (LODOLINI, 1984, p. 67).

Cabe aqui a inserção de uma das teorias regentes da Arquivística: a Teoria das Três Idades ou “ciclo vital dos documentos”. A doutrina faz uso metafórico da vida biológica e atribui idades aos documentos. Desde a geração até o seu destino final, os documentos passam por sucessivas fases. Essas fases ou idades são identificadas como corrente, intermediária e permanente e são atribuídas ao documento pelo índice de frequência de uso por parte do produtor e pela aplicação de valores primário e secundário.

O documento residente na primeira idade, ou arquivo corrente, está próximo ao produtor, onde se verifica uma alta frequência de uso para atendimento de demandas funcional, administrativa e jurídica. Essas são demandas com valor primário. A segunda idade ou arquivo intermediário constitui-se em fase reservada àqueles documentos que não são mais solicitados frequentemente pelo produtor e devem ser preservados por prazos longos em razão de conter valor primário, geralmente previsto em lei. Os arquivos de terceira idade, ou arquivos permanentes, compõem-se de documentos designados à preservação definitiva,

especialmente em arquivos públicos, pela contingência do valor de prova ou testemunho, que correspondem ao valor secundário (BELLOTTO, 1991, p. 5-6).

Não concordamos com a linha de pensamento que considera arquivo apenas os documentos sob a custódia de um arquivo permanente. Como o próprio Lodolini (1984, p. 69) aponta, nos países latinos predomina a noção de arquivo atrelada ao momento da confecção do documento, em outros termos, o documento é considerado arquivístico na fase corrente, também conhecida como administrativa.

O Arquivo Nacional, com base no *Dictionary of archival terminology*¹¹, publicou em 2005 o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. O instrumento possui 462 palavras, e o vocábulo “arquivo” aparece com quatro acepções:

- 1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
- 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
- 3 Instalações onde funcionam arquivos.
- 4 Móvel destinado à guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Em suma, o emprego do vocábulo “arquivo” é adequado tanto para designar o conjunto documental quanto a instituição mantenedora de documentos. Adotamos, no âmbito desta pesquisa, o seguinte conceito de arquivo constante da Lei nº 8.159, considerada a Lei de Arquivos: “Conjunto de documentos que, independentemente da natureza do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privada”. Quando fizermos referência aos conjuntos documentais produzidos no âmbito da administração pública, serão chamados “arquivo”, “acervo” ou “conjunto de documentos”, estejam eles nos arquivos correntes, intermediários ou permanentes.

Os arquivos públicos aos quais faremos referência nesta pesquisa terão a fisionomia de instituições responsáveis por recolher, tratar e colocar à disposição dos interessados a informação arquivística, de guarda permanente, gerada na administração pública ou de origem privada, mas de interesse público. Para designá-los, usaremos os termos “arquivo público”, “instituição arquivística”, “arquivo permanente”.

Os arquivos públicos brasileiros se identificam com a divisão político-administrativa do país: há um Arquivo Nacional que atua como arquivo público federal; um arquivo público estadual para cada unidade da federação, incluindo o Distrito Federal; e um

¹¹ A primeira versão do dicionário editado pelo CIA, o DAT 1, foi publicado em 1973 com 503 termos e definições em inglês e francês e equivalências em holandês, alemão, italiano, russo e espanhol. O DAT 2 foi publicado em 1988 com 486. E o DAT 3 foi divulgado pela Internet em 2002, com 313 termos definidos em inglês com equivalências nas línguas francesa, alemã e espanhola (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

arquivo público para cada município. Nessa pesquisa trabalharemos com a instituição Arquivo Nacional que, de acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, é “mantido pela administração federal ou central de um país, identificado como o principal agente da política arquivística em seu âmbito” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 33). Ao mencionarmos a instituição brasileira, usaremos a grafia por extenso “Arquivo Nacional” ou a sigla AN.

2.3 Um universo: os arquivos nacionais

[...] nosso Palácio dos Sonhos, nosso Tabir Total, criado por intervenção direta do sultão soberano, tem como missão examinar e sistematizar os sonhos de todos os súditos do Estado, sem exceção. Isto é um grandioso empreendimento, diante do qual o Oráculo de Delfos, as castas de profetas e magos de outrora parecem mesquinhos, ridículos. [...] Portanto, o Palácio dos Sonhos não é uma quimera, mas uma das bases do Estado. Aqui, mais que em qualquer estudo, processo verbal, relatório de inspeção, inquérito policial ou prestação de contas governamental dos paxalatos, compreende-se a verdadeira situação do Império (KADARÉ, 1993, p. 18).

A linha mestra que conduziu a revisão até aqui foi formatada na conceituação da menor unidade de um arquivo – o documento. Na presente subseção, a revisão será encadeada na formação dos arquivos nacionais, pós-Revolução Francesa; na adoção dos arquivos intermediários, pós-Segunda Guerra Mundial; nas disposições de acesso originadas da relação entre pesquisador e arquivo e na influência do historiador em todo esse processo evolutivo.

A Revolução Francesa (1789) apresentou ao mundo uma nova proposta político-administrativa de governo, que se convencionou chamar de Estado Nacional Moderno. Esse modelo se fez refletir na estrutura e nas finalidades da instituição arquivística. A proclamação dos princípios universais de igualdade, fraternidade e liberdade na Constituição francesa, denominada “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, foi acompanhada por medidas que retiraram do governante a posse dos arquivos¹², tornando-os bem da nação e de seu povo.

O conjunto de decisões revolucionárias determinou, em relação aos arquivos:

- a fundação dos *Archives Nationales*, investidos de atribuições legais de controle administrativo e técnico sobre todos os arquivos do Estado e das províncias, de forma centralizada;

¹² Os primeiros arquivos urbanos surgiram na Idade Média em decorrência da expansão das cidades.

- o direito público de acesso aos arquivos, opondo-se às características restritivas dos arquivos fundados na Antiguidade;
- o estabelecimento de serviços destinados à preservação dos documentos oficiais;
- a distinção entre documentos indispensáveis à administração e os que com o passar dos anos perdiam essa função, mas mantinham características de interesse histórico-cultural.

Os *Archives Nationales* foram instalados em um monumental conjunto arquitetônico, localizado no centro da França, composto de palácios herdados dos séculos XIV e XVIII, mansões burguesas dos séculos XVII e XVIII, além de prédios modernos, construídos no século XIX. Transformados em depósitos, esses prédios receberam:

Desde os primeiros anos da Revolução, [...] a quase totalidade dos arquivos dos Conselhos e das grandes administrações do Velho Regime, os arquivos das abadias, catedrais (por exemplo, o de Notre-Dame) e igrejas de Paris, os da Universidade, os dos particulares emigrados ou condenados. Ao mesmo tempo, recebiam os fundos revolucionários constituídos de papéis das assembleias, dos comitês, dos tribunais revolucionários, dos representantes do povo (FAVREAU; VERHOEVEN, 1970, p. 13).

A adoção da centralização dos arquivos foi acompanhada da migração dos acervos preservados nas abadias, igrejas, universidades etc. para os depósitos centrais. A situação tornou-se irremediável com o acúmulo de documentos de origens diversas num único espaço. A solução metodológica de organização do acervo baseou-se em critérios que desconsideraram a origem dos conjuntos documentais, fazendo prevalecer critérios de valor secundário e formação de séries guiadas pelo agrupamento de documentos de mesmo formato (DUCHEIN, 1982/1986, p. 15).

Os pesquisadores portugueses, Armando Malheiro da Silva *et al*, ressaltam o equívoco da Lei de 7 Messidor, de 25 de junho de 1794, que, ao criar os Arquivos Nacionais na França, desconsiderou a necessidade de manter inalterada a integridade dos conjuntos documentais sem misturá-los aos de outros proprietários. Além disso, promoveu a dispersão dos documentos pela distribuição em várias instituições:

Todos os manuscritos confiscados que pertencessem à história, às ciências e às artes ou que pudessem servir à instrução, deviam ser depositados na Bibliothéque Nationale e nas bibliotecas de cada distrito. As cartas geográficas, astronômicas ou marítimas, por sua vez, deviam seguir para um depósito geral a estabelecer em Paris (SILVA *et al*, 1999, p. 101).

Bibliotecas e arquivos ainda não tinham seus campos de atuação definidos. Desde a Antiguidade, ambos “desempenhavam funções e ações organizativas similares ao custodiarem documentos de qualquer natureza, produzidos e/ou acumulados em decorrência do desenvolvimento de atividades administrativas, religiosas e intelectuais da ação humana” (AGUIAR, 2008, p. 26).

Utilizando as concepções teóricas do Iluminismo e do Enciclopedismo¹³, o acervo destinado aos *Archives Nationales* foi tratado como pertencente a um conjunto único e fisicamente distribuído em cinco seções metódico-cronológicas:

Legislativa, para os documentos das assembleias revolucionárias; *administrativa*, para os papéis dos novos ministérios; *dominial*, para os títulos de propriedade de Estado; *judiciária*, para os papéis de tribunais; e *histórica*, constituída de documentos arbitrariamente selecionados como de particular interesse histórico (FONSECA, 2005, p. 41, grifo nosso).

Atendendo ao interesse do historiador, portanto, as peças eleitas para compor a seção histórica receberam classificação por local, reinado e outros critérios de base intelectual (DUCHEIN, 1982/1986, p. 15).

Nesse cenário a Arquivística deu um passo importante ao ser colocada diante de um problema difícil de resolver: a perda da integridade dos conjuntos documentais acumulados nos depósitos dos arquivos franceses após a Revolução de 1789. A proposta de solução nasceu em 1841, formulada pelo historiador francês e chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wailly, consagrada como o Princípio de Respeito aos Fundos. De Wailly redigiu uma circular, divulgada em 24 de abril de 1841, com a seguinte ordem: “Reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos” (DUCHEIN, 1982/1986, p. 16).

A definição moderna desse conceito, também conhecido por “Princípio da Proveniência”, é a seguinte: “Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

Devido à gigantesca massa documental herdada pelos Arquivos Nacionais da França, à qual foram acrescentados os acervos dos países e territórios agregados ao império de Napoleão (FONSECA, 2005, p. 41), tornou-se inviável qualquer intenção de controlar os arquivos administrativos produzidos no novo regime. Numa conseqüência negativa, o modelo de arquivo francês, mais tarde reproduzido em outros países da Europa e da América Latina, adquiriu como uma das principais características a ênfase nos arquivos permanentes ou históricos. Segundo diagnóstico realizado por Sabbe (1963, p. 25-26) e apresentado durante o IV Congresso Internacional de Arquivos, em 1960, países como Bélgica, Grã-Bretanha, Países Baixos, Estocolmo e Espanha decretaram a constituição de arquivos centrais.

¹³ Nessa época foram desenvolvidos os sistemas de classificação científica, como da Zoologia, da Botânica e da Química (DUCHEIN, 1982/1986, p. 15).

No Brasil, o Arquivo Nacional foi criado em 1838, sob a denominação de Arquivo Público do Império, com a missão primeira de preservar os documentos que marcaram o fim da condição brasileira de colônia portuguesa e a instauração do governo imperial. A instituição seguiu a linha dos Arquivos Nacionais franceses, portanto, centralizadora e com o comprometimento de participar da construção de uma identidade nacional.

No universo dos arquivos nacionais, os papéis administrativos permaneceram esquecidos pelo Estado e pela Arquivística por mais de um século. Porém, o desenvolvimento da administração pública no século XX, acompanhado do aumento exponencial dos arquivos, atraiu a atenção desses dois segmentos. As alternativas de solução foram apresentadas pelos Estados Unidos, Canadá e França e consistiram na adoção de medidas de controle do ciclo de vida desses documentos. Os objetivos almejados eram melhorias na recuperação da informação e a idealização de locais para guarda de documentos nos espaços administrativos. Dessa construção nasceram na Arquivística a Teoria das Três Idades, citada anteriormente, e a gestão integrada dos documentos, englobando as fases corrente, intermediária e permanente.

Os Estados Unidos e o Canadá adotaram uma política de intervenção cujo objetivo foi alcançar o gerenciamento dos documentos desde a sua criação até o destino final. Esses países basearam-se em princípios “de economia e de rentabilidade tanto para os Arquivos como para a pesquisa histórica” ao estabelecerem os arquivos intermediários, por eles chamados *records centers*, entre os produtores e os arquivos permanentes (DUBOSCQ; MABBS, 1977, p. 34).

A alternativa francesa veio em seguida, nos anos 1960, e buscou conhecimento nas experiências daqueles países precursores, mas, devido às diferenças de tradição administrativa inspirou-se em outra realidade. O problema enfrentado pela França e que incentivou a criação dos depósitos intermediários foi causado pela falta de critérios para o recolhimento aos arquivos nacionais de documentos produzidos nas repartições públicas. O conjunto de ações que norteou a institucionalização dos chamados “pré-arquivos” visava à intervenção nos documentos somente após a perda de utilidade administrativa, nos arquivos correntes.

Segundo o manual *Organisation du préarchivage*, encomendado pela UNESCO ao Diretor-Geral dos Arquivos da França:

Durante todo o século XIX, e a primeira metade do XX a tradição arquivística clássica considerou os documentos como passando diretamente da idade ‘administrativa’ (papéis conservados nos escritórios) para a idade histórica (papéis recolhidos aos depósitos de arquivos). Nada era previsto para assegurar a transição de um a outro estado: assim, o decreto de 21 de julho de 1936, texto fundamental

dos recolhimentos nos arquivos franceses, prevê simplesmente que os documentos são recolhidos aos depósitos de arquivos ‘quando eles são reconhecidos inúteis para os serviços’ que os produziram (DUBOSCQ; MABBS, 1977, p. 3).

Por falta de clareza, a prática se dava de maneira complexa:

Certos serviços particularmente conservadores ou dispendendo simplesmente de vastos locais recusam-se a recolher seus papéis aos arquivos e os conservam supostamente para suas necessidades administrativas durante uma longa duração – dez anos, quinze anos, vinte anos e mesmo mais – com todos os riscos de perda e de destruição que disso decorram; ao contrário, outros, por falta de lugar têm tendência a recolher aos arquivos papéis muito recentes, transformando assim os Arquivos Nacionais e Departamentais, malgrado as disposições do decreto de 1936, em verdadeiros serviços de arquivos correntes (DUBOSCQ; MABBS, 1977, p. 3).

Teoricamente, os documentos destinados à fase intermediária, apesar de esgotada a utilização corrente para as administrações, não perderam toda a utilidade administrativa para que possa ser entregue ao arquivo público. Por isso,

Na segunda idade, os papéis saem do domínio exclusivo da administração que os produziu e tornam-se passivos de uma ação comum desta e da administração de arquivos, permanecendo a propriedade exclusiva da primeira. A passagem da primeira para a segunda idade se faz gradualmente; o objetivo essencial do arquivo intermediário é assegurar a maneira mais eficaz e a mais satisfatória possível. É esta a justificativa fundamental da existência dos depósitos intermediários (DUBOSCQ; MABBS, 1977, p. 33, grifo dos autores).

No ensaio de uma definição mais global, os autores do manual ora citado reconhecem o arquivo intermediário como um meio:

a) de desimpedir os locais de administração, de papéis que tenham cessado de servir as necessidades correntes do seu trabalho; b) de evitar onerar os depósitos de arquivos históricos de papéis que não tenham ainda atingido a idade de ser levado ao público, alguns dos quais certamente são destinados a serem destruídos à expiração de um prazo variável; c) de assegurar no período intermediário que se situa entre a saída dos papéis dos escritórios e sua entrada nos depósitos de arquivos, sua triagem de modo a separar, de um lado os papéis que são destinados à destruição e, de outro lado os papéis que serão recolhidos aos arquivos; d) de assegurar, durante esse período intermediário, a colocação dos papéis à disposição das administrações que os tenham produzido e que podem ocasionalmente ter necessidade; e) enfim, de realizar economias – este argumento é primordial para a maior parte dos países – assegurando os menores gastos na conservação de papéis durante o período intermediário, isto é, os reagrupamentos em locais equipados de maneira econômica e menor custo de que estantes instaladas nos escritórios ou nos depósitos de arquivos tradicionais (DUBOSCQ; MABBS, 1977, p. 17-18).

Continuando na proposta, os autores (1977, p. 44) descrevem as atividades concernentes a um arquivo intermediário:

- a entidade produtora realiza transferências regulares de dossiês ao arquivo intermediário, sob monitoramento da instituição arquivística;
- os documentos são acompanhados de listas de transferência;

- no arquivo intermediário é realizada a conferência da documentação e uma cópia da lista é devolvida à organização produtora para facilitar a consulta, contendo inclusive correções, quando for o caso;
- a consulta é assegurada ao produtor e, no caso de terceiros, o acesso só é permitido com autorização expressa do primeiro;
- no arquivo intermediário são efetuadas a triagem e a eliminação, em conformidade com tabelas de temporalidade e destinação, daqueles conjuntos desprovidos de valor probatório ou informativo;
- os documentos com valor probatório ou informativo são encaminhados ao arquivo permanente.

É importante destacar que a documentação continua sendo de propriedade da organização que a produziu, em vista do que, deve-se evitar a utilização do termo “recolhimento”, quando o procedimento de passagem ao arquivo intermediário restringe-se a uma “transferência”.

A explicação acima se reveste de sentido quando analisada à luz do entendimento francês: *versement*, que se traduz em português para “recolhimento” e implica na mudança de propriedade e de responsabilidade do produtor para o órgão recebedor do acervo (DUBOSCQ; MABBS, 1977, p. 37). Sem poder de autoridade, resta ao arquivo intermediário: a) conservar a classificação de origem para garantir o acesso rápido ao administrador, que é o usuário exclusivo; b) dispor de pessoal para atendimento às consultas; c) oferecer uma sala para a consulta presencial; d) manter um contato mais efetivo com os órgãos da administração pública com o intuito de planejar e acompanhar as transferências de documentos; e) prever e coordenar os recolhimentos dos documentos de guarda permanente aos depósitos de arquivos permanentes, sob autorização expressa da organização produtora.

Para que um arquivo intermediário cumpra sua missão, o depósito deve obedecer às seguintes exigências:

- variar em quantidade de acordo com as dimensões geográficas de cada país;
- estar fisicamente separado do depósito de arquivo permanente, para evitar a confusão entre papéis do depósito intermediário e de guarda permanente;
- ser instalado em pontos razoavelmente próximos entre os órgãos produtores e os arquivos permanentes, a fim de facilitar a passagem do acervo de um local para outro;
- deve ser uma obra de baixo custo, dando-se preferência a prédios pré-existentes ou a construção de novos em periferias urbanas, desde que resguardada a segurança ao patrimônio e ao pessoal.

O Arquivo Nacional brasileiro, nos anos 1960, também se mostrou preocupado com o crescimento e acúmulo indiscriminado dos acervos gerados na administração pública. Essa manifestação foi registrada durante a gestão do historiador José Honório Rodrigues. Ao assumir a direção do órgão, em 1959, esse diretor traçou um projeto para tirar a instituição da posição de desordem e abandono em que se encontrava. É considerada a primeira iniciativa na busca da modernização institucional e aproximação com a administração pública. O resultado desse trabalho foi divulgado no livro *A Situação do Arquivo Nacional*, uma obra simples, mas de extrema importância para a compreensão da conjuntura do Arquivo Nacional brasileiro e dos rumos da Arquivística no país.

Em 1960, a capital do Brasil foi transferida da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, construída na região Centro-Oeste. Nesse cenário, Rodrigues viu-se diante da iminente mudança dos órgãos governamentais para a nova capital e do previsível aumento das demandas por recolhimentos que certamente esbarraria na falta de espaço e de condições para recebê-los no Arquivo Nacional. Apesar da transferência da capital federal, o Arquivo Nacional manteve sua sede no Rio de Janeiro, em contrapartida, fundou em 1975, seu primeiro arquivo intermediário, baseado no modelo francês.

Resumindo, os *Archives Nationales* da França foram concebidos numa época revolucionária para a humanidade. Essa instituição foi criada com a incumbência de preservar os documentos oriundos da Revolução Francesa, bem como os arquivos do velho regime, constituindo-se em um lugar de memória capaz de subsidiar a concepção idealista de nação. O empreendimento de fundação de uma instituição centralizadora dos papéis públicos foi acompanhado da construção de grande estrutura predial para abrigar seu acervo. Os documentos recebidos das mais diversas organizações foram arranjados segundo critérios intelectuais, sob influência do historiador. Este, por sua vez, foi arregimentado pelo Estado para narrar a epopéia do novo governo nacionalista e nesse acordo foi-lhe concedido acesso exclusivo aos arquivos. A consequência negativa para o próprio Estado foi a perda das características orgânicas dos conjuntos documentais, ocasionada pela mistura de fundos de origens diferentes e composição artificial de conjuntos, tais como a formação de coleções de documentos de acordo com o suporte e agrupamento em razão de valores secundários. Essa situação se manteve até as primeiras décadas do século XX e contou com a parceria da Arquivística no estabelecimento de princípios e fundamentos voltados para os arquivos públicos, enquanto os documentos administrativos eram relegados ao esquecimento. Esse modelo mostrou-se imperfeito a partir da Segunda Guerra Mundial. A produção documental em grande escala por parte da administração pública convidou cientistas e governo a

buscarem soluções que alcançassem o controle desses papéis. Surgiram, no campo científico, a Teoria das Três Idades e, no campo administrativo, os depósitos para guarda intermediária dos documentos de guarda temporária entre os arquivos correntes e os arquivos de guarda permanente. O Brasil importou a tendência francesa não apenas quando instituiu o Arquivo do Império em 1838, mas também quando decidiu pela instalação do arquivo intermediário na nova sede administrativa do país, em 1975.

2.4 Uma função: acesso

Hugh A. Taylor realizou um estudo para o RAMP em 1984, *Los servicios de archivo y el concepto de usuário*, patrocinado pela UNESCO, abordando os serviços de arquivo e os seus usuários no contexto das emergentes tecnologias de comunicação. O autor (1984, p. 23) aponta a disponibilização dos materiais demandados pelo usuário como o mais importante serviço que uma instituição arquivística pode proporcionar. Com base em estudo de Sue Holbert¹⁴, discorre sobre o acesso a partir de três modalidades: acesso legal, acesso físico e acesso intelectual. Faremos uso dessa categorização.

2.4.1 Acesso: aspectos legais

Retomemos a gênese dos arquivos nacionais, criados para reunir os documentos públicos, garantir-lhes a preservação e o acesso ao cidadão. Nas palavras do historiador e professor Mauricio Lisovsky, os arquivos nacionais são:

[...] instituições iluministas. São um projeto moderno – projeto de edificação de uma sociedade sem ruínas –, cuja expressão arquitetônica mais característica, o neoclassicismo, constrói-se a si mesmo como desarruinamento da história e representação da ressurreição heróica do passado (LISSOVSKY, 2003, p. 48).

Essas instituições nasceram, portanto, com a força de representação da herança cultural de uma nação e com a promessa de preservação dos registros dos acontecimentos do presente e do futuro, evitando, assim, que se somassem à coleção de ruínas do passado.

Sobre o assunto, Jenkinson relaciona as matérias passíveis de ser encontradas em um arquivo:

¹⁴ Sue E. Holbert. *Archives and manuscripts: reference and access*. Chicago, Society of American Archivist, 1977, 30 p.

Se refletirmos sobre o campo coberto por todos os tipos de Administração pública ou privada, constataremos que, sempre que a escrita se aplique sem impedimento à gestão dos negócios, não há, literalmente, nenhuma pessoa ou assunto dotado de interesse humano, que não logre a correspondente ilustração nos Documentos subsistentes. Durante quatro séculos, para darmos um só exemplo, foi impossível na prática ou, pelo menos, altamente anormal, o nascimento ou óbito de um homem, na Inglaterra, sem que determinada Autoridade Pública não se inteirasse do fato. E entre os dois eventos supremos desenrolam-se todas as possibilidades da vida – Imposto, Tribunal de Polícia, Casamento, Operações Comerciais, Política, Serviço Público, Igreja, Terras, Direito – e todos os acidentes imprevisíveis capazes de trazer homem, coisa ou pensamento ao contato de uma ou de várias dentre elas, a fim de deixar-lhes, se for o caso, impressão nos respectivos arquivos (JENKINSON, 1961, p. 16).

A mesma lei de criação dos Arquivos Nacionais da França, Lei de 7 Messidor, garantiu a todo e qualquer cidadão o acesso aos documentos públicos. Mas, Silva *et al*, ao mesmo tempo em que creditam à Revolução Francesa a autoria da abertura dos arquivos ao cidadão, acrescentam que a lei não foi seguida de imediato pela prática:

É, com efeito, uma ordem nova que nasce para os arquivos, se bem que, como vimos, não isenta de contradições e de aplicação não imediata, pois só em meados do século XIX surgem, de fato, salas para consulta nos arquivos, requisito de certo modo imposto pelas necessidades da Ciência Histórica (SILVA *et al*, 1999, p. 102).

A permissão de consulta aos arquivos se deu inicialmente por pressão do historiador. Surgiu e se consolidou naquele século a idéia de que os documentos de arquivo constituíam a base da pesquisa histórica e os Estados eram responsáveis pela manutenção de acervos documentais em instituições arquivísticas públicas, como salientam as pesquisadoras Célia Maria Leite Costa e Priscila Moraes Varela Fraiz:

Durante o século XIX, a questão evoluiu lentamente, e os progressos efetuados podem ser vistos, de certa forma, como fruto da pressão dos historiadores. Mesmo considerando que se vivia nos tempos modernos e que o poder feudal havia sido abolido, o acesso aos documentos continuava sendo problemático. Países como a França, a Bélgica, a Inglaterra, Itália e Países Baixos, apesar de admitirem o livre acesso aos arquivos, impunham ainda muitas restrições e fixavam prazos bastante dilatados para a consulta aos seus documentos (COSTA; FRAIZ, 1989, p. 63).

O historiador e inspetor geral honorário dos arquivos da França, Michel Duchein, se manifestou sobre a posição influente do historiador quanto à abertura dos arquivos, naquele que pode ser considerado um dos documentos fundamentais para o entendimento das questões relativas ao acesso aos arquivos: *Les obstacles à l'accès, à l'utilisation et au transfert de l'information contenue dans les archives*:

As leis e os regulamentos foram concebidos exclusivamente para facilitar a investigação de caráter histórico e erudito baseado nos documentos do passado, mas não para permitir que o cidadão comum conhecesse os procedimentos governamentais e administrativos recentes e atuais (DUCHEIN, 1983, p. 5, tradução nossa).

A partir da assertiva de Duchein, Fonseca faz uma importante constatação a respeito da inserção do historiador no mundo dos arquivos pós-revolucionário: “Consolidava-se uma visão positivista da história e tornava-se um conceito generalizado a idéia de que os arquivos constituíam a base da pesquisa histórica, de modo que os Estados tinham a obrigação de mantê-los acessíveis” (FONSECA, 2005, p. 40).

O interesse cultural foi o baluarte dos historiadores para impor a abertura dos arquivos. A *École des Chartes*¹⁵ impulsionou, a partir de 1830, com a formação de profissionais competentes em paleografia e diplomática¹⁶, o que Silva *et al* denominaram de “movimento de renovação da historiografia [...] e graças ao qual se assiste a uma forte valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos” (SILVA *et al*, 1999, p. 108). Podemos depreender, com base na relação estabelecida entre a História e os arquivos, que o conceito de acesso nesses parâmetros resultou na geração de privilégio e se projetou numa relação de poder.

Durante a primeira metade do século XX não ocorreram mudanças substantivas com relação à abertura dos arquivos ao público. O direito à informação só foi cogitado em 1948, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Assembléia Geral das Nações Unidas:

Artigo 19

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Ao uso arbitrário dos arquivos e ao privilégio de consulta reclamado pelos historiadores, contrapôs-se a lei que garantiu aos povos dar a conhecer o conteúdo dos documentos produzidos e preservados pelo Estado. Eliana Mattar equipara a conquista do direito à informação “à liberdade, à propriedade e a tantas outras condições essenciais ao desenvolvimento e ao bem-estar do homem na sociedade” (MATTAR, 2003, p. 27).

As instituições arquivísticas e, principalmente, os arquivistas passaram por um novo desafio nos anos posteriores, mais especificamente a partir de 1960: o interesse do grande público pelos documentos antigos existentes nesses organismos. À medida que o cidadão passou a exercitar seus direitos, observaram-se também no cenário mundial a

¹⁵ A *École des Chartes*, primeira escola formadora de especialistas em documentos históricos, foi criada em 1821. A escola formava arquivistas-paleógrafos e era obrigatória para os pretendentes aos cargos de direção dos setores departamentais e, posteriormente, para os que desejavam assumir cargo de conservador dos Arquivos Nacionais da França (SABBE, 1963, p. 21).

¹⁶ Paleografia é a disciplina que estuda a escrita manuscrita antiga, suas formas e variações através do tempo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 128). A diplomática tem como objeto o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 70).

propagação e o consumo da informação impulsionada pelos emergentes meios de comunicação de massa. Pelo olhar da Arquivística, Duchein conceituou esse novo personagem da seguinte maneira:

Por 'grande público', nós entendemos que são todos aqueles que não são historiadores profissionais ou amadores, nem estudantes, nem interessados profissionalmente pelos arquivos: é como são chamados, numa expressão familiar e simpática, 'o homem da rua' (DUCHEIN, 1983, p. 9, tradução nossa).

A Declaração dos Direitos do Homem representou a determinação legal do acesso à informação, porém seus parâmetros de universalidade tornaram esse direito dependente de regulamentações no âmbito da aplicação prática, ou seja, ficou a cargo de cada nação exercer ou deixar exercer a democracia. O acesso aos documentos de arquivo passou a ser condicionado diretamente às relações estabelecidas entre o Estado e o seu povo, enfim, dependente das formas de governo.

De modo geral, quando se fala de acesso a informações de arquivo, o direito do cidadão encontra limitações em todos os países, uns mais outros menos. O acesso à informação do Estado é defendido nos princípios da administração pública, portanto, o segredo constitui-se em exceção. Os obstáculos oficiais impostos são embasados em leis nacionais e internacionais. Segundo Duchein (1983, p. 7, tradução nossa), as restrições mais comuns decorrem de obrigações do Estado, tais como:

- resguardar o direito dos cidadãos a respeito de sua vida privada;
- proteger a segurança dos estados e suas relações multilaterais e bilaterais;
- garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos e, em particular, de perseguir os culpados por crimes e delitos e impedir-lhes que prejudiquem a sociedade;
- proteger a propriedade intelectual;
- proteger o segredo industrial e comercial;
- garantir o direito de livre uso dos bens privados por seus proprietários.

Diferentemente de outros registros documentais produzidos pelo homem e encontrados em bibliotecas, museus e sistemas similares de informação, o documento de arquivo produzido por autoridade pública no exercício de suas funções deve ser administrado pelo Estado. Compete a ele, numa manifestação de soberania, popular ou ditatorial, interferir sob o argumento da proteção aos princípios de defesa nacional, defesa da produção intelectual, da intimidade e do bem-estar dos cidadãos. Afinal, os documentos são gerados primariamente para solucionar problemas e não para servir de fonte de informação a outros interlocutores.

Segundo esse raciocínio, o papel de veículo informativo para uso por terceiros é uma função secundária dos arquivos. Por isso se faz necessário legalmente formalizar quais documentos contém restrição e por quanto tempo. A maioria dos países adota uma política de restrição baseada em prazos de manutenção do sigilo, podendo variar entre vinte e trinta anos contados da data explícita de criação do documento.

No curso da história, os prazos de inacessibilidade documental sofreram vários ajustes no sentido da sua diminuição. A comunidade arquivística tem marcado presença nas discussões. O processo de abertura dos arquivos administrativos foi matéria do Congresso de Arquivologia, promovido em 1976 pela UNESCO. A partir de então, o prazo para tornar públicos os documentos governamentais foi reduzido para trinta anos em quase todos os países do ocidente (DUCHEIN, 1983, p. 12).

Os historiadores interferiram também nessa questão, apoiados no movimento dos estudos focados na história contemporânea. Para ilustrar a situação dos pesquisadores quanto à produção acadêmica, Michel Roper (1989/1990, p. 91-92), então diretor do Arquivo Público do Reino Unido, observou a ocorrência, após 1950, de um sensível aumento nas pesquisas acadêmicas, seguidas de uma maior diversificação de temas, utilização de métodos quantitativos e a busca por novas fontes.

Duchein (1983, p. 5) também apontou as características da pesquisa em Ciências Sociais como justificativa para a dilatação dos prazos de abertura dos arquivos: 1) mudança temática dos estudos históricos, cada vez mais interessados em épocas recentes; 2) desenvolvimento dos métodos da pesquisa quantitativa (história demográfica, história econômica etc.), exigindo a consulta de uma grande massa de documentos para extração de dados numéricos mensuráveis; 3) progressos tecnológicos, colocando possibilidades inéditas de acesso, à distância, aos acervos arquivísticos.

José Honório Rodrigues (1989/1990, p. 12), em defesa dos historiadores brasileiros, fez um apelo para que se reduzisse a regra adotada pelos países de manter pelo prazo máximo de cinquenta anos em segredo arquivos públicos militares, diplomáticos e referentes à política nacional.

O historiador Edgar de Decca observou que a construção da identidade nacional brasileira havia fracassado por não ter se materializado na defesa dos interesses do povo:

A desgraça que se abateu entre nós, entretanto, foi a de que a construção da memória histórica não redundou na afirmação da cidadania, mas sim o seu contrário. [...] A memória histórica que produziu a identidade nacional subtraindo os direitos dos cidadãos não é uma elaboração apenas do século 19, ela teceu sua teia ao longo de nosso século (DE DECCA, 1992, p. 134).

Deixando de lado as reivindicações dos historiadores, a defesa de direitos dos cidadãos e a possibilidade de solicitar esclarecimentos de situações junto à administração pública no Brasil apareceram no texto das Constituições de 1946 e de 1967, mas o acesso à informação naquele momento só era possível por meio de certidões emitidas por agentes do Estado (RODRIGUES, 1989/1990, p. 9).

O mapa das leis brasileiras coaduna-se com os sucessivos governos autoritários que assumiram a administração do país. O cidadão aguardou até os últimos anos do século XX para alcançar de fato seus direitos. Em 1988 foi promulgada a Constituição que garantiu de forma inequívoca a cidadania do povo brasileiro, com a seguinte redação:

Art. 5º.

XIV

São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

XXXIII

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

A Carta de 1988 estabeleceu como regra o direito aos cidadãos de receber do Estado informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvados aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado e da sociedade. O Brasil segue a mesma linha, pelo menos em lei, dos países que consideram que os documentos depositados nos arquivos públicos gozam de acesso pleno.

Quanto ao acesso aos arquivos correntes (arquivo de documentos governamentais, arquivo de informações cadastrais privadas, de interesse para a segurança do Estado e da sociedade) a Constituição preconiza no Art. 252, parágrafo 2, que fica a cargo da administração pública a definição dos critérios para franquear a consulta aos que dela necessitem (BASTOS; ARAÚJO, 1989/1990, p. 27).

A Lei de Arquivos estipulou, no Artigo 23, o prazo máximo de trinta anos, prorrogáveis por mais trinta, para manter em segredo assuntos concernentes à segurança do Estado e da sociedade. Quanto aos relativos à honra e a imagem das pessoas, assegurou-se o prazo máximo de cem anos.

Não está no foco desta pesquisa analisar se a legislação brasileira de acesso à informação governamental é liberal ou austera. O que se verifica no cenário atual é um grande debate em direção ao aumento da transparência do Estado. Cabe ressaltar, entretanto, os benefícios das discussões iniciadas nos anos 1980 sobre o direito de liberdade e o retorno à

democracia brasileira. O restabelecimento dos direitos humanos, usurpados pela Ditadura Militar, instalada entre os anos 1964 e 1988, foi o responsável, definitivamente, pela retomada do exercício da cidadania e todos os seus efeitos.

Em síntese, o conceito de acesso remonta à doutrina arquivística que teve como marco a constituição dos Arquivos Nacionais da França. Porém, a concepção de arquivo público foi traçada no intuito de preservar os fundos dos regimes anteriores à Revolução Francesa. Essa conformação adveio da visão limitada que o conservador tinha à época, em razão da Arquivística ocupar o lugar de ciência auxiliar da História. Por essa razão, os arquivos em formação no âmbito da administração foram desconsiderados. Outros equívocos no desenvolvimento dos arquivos, decorrentes da influência da História, foram os desmembramentos de fundos e os reordenamentos artificiais. No contexto, o conceito de acesso caracterizou-se em privilégio concedido aos historiadores. Em 1948, a Declaração dos Direitos do Homem conferiu ao cidadão o direito à informação. Paulatinamente, os países passaram a criar meios de viabilizar o acesso à documentação pública. Em síntese, o acesso legal aos arquivos congrega três princípios conflitantes: o direito da população de ter acesso às informações, a segurança do Estado e o respeito à vida privada.

2.4.2 Acesso: aspectos físico e intelectual

Na busca pelas condições de acesso às informações arquivísticas, foram encontradas, ao lado dos obstáculos legais, a enumeração e qualificação de outros tantos impedimentos. Conseqüentemente, os discursos registrados na literatura trabalham, predominantemente, com as restrições formais legais e as informais ou práticas. Se não há como deixar de lado os limites legais, esses ao serem somados a bloqueios político-administrativos tendem a aumentar o grupo de documentos impedido de ser consultado.

Hugh Taylor (1984, p. 23) divide os empecilhos de ordem prática em físico e intelectual. O acesso físico é orientado por medidas relativas à constituição do acervo que envolve avaliação e aquisição de conjuntos documentais, e por questões não menos importantes, como horário de funcionamento do arquivo, existência de sala de consulta, serviço de reprodução, serviço de informação e outros requisitos operacionais. O acesso intelectual envolve operações de tratamento do acervo, disponibilidade de meios de recuperação da informação e qualificação e quantidade de profissionais. Por assim dizer, o acesso intelectual é complementar ao acesso físico (TAYLOR, 1984, p. 23).

Ao que Taylor divide em físico e intelectual, Duchein (1983, p. 7) denomina de condições materiais que podem dar origem a obstáculos à consulta, são elas:

- necessidade de conservar em bom estado o documento de arquivo;
- limitação de fornecimento de cópias a fim de proteger este material;
- dificuldade de se elaborar instrumentos de pesquisa suficientemente pormenorizados para que todos possam tomar conhecimento da existência do arquivo e de seu conteúdo;
- limitação de dias e horários para funcionamento das salas de consulta e número insuficiente de empregados destinados ao atendimento do usuário;
- difícil manejo de equipamentos necessários para consultas à documentação especial, como, por exemplo, leitoras de microfilmes.

Duchein (1983, p. 34) alega que a limitação de horário e a quantidade de documentos disponibilizados por dia ao usuário para consulta são causadas por escassez de pessoal. É comum o estabelecimento de prazo para atendimento e o uso da pré-reserva por telefone, carta, correio eletrônico ou presencial, visando à seleção do material a ser consultado.

Schellenberg (1974, p. 318-321) distribui em quatro modalidades os procedimentos para tornar disponíveis os documentos:

- uso das salas de consulta: a consulta presencial deve ser precedida de algumas formalidades, tais como a identificação do consulente, assinatura de termo de responsabilidade pela devolução dos documentos nas mesmas condições de quando recebeu para consulta e conhecimento dos regulamentos relativos ao uso dos arquivos¹⁷;
- empréstimo: o empréstimo deve ocorrer somente entre instituições, jamais a um indivíduo;
- serviços de reprodução: é aconselhável que a instituição conte com equipamentos variados para atender a todos os suportes existentes no acervo, facilitando o acesso e o fornecimento de cópias. A microfilmagem e a digitalização são destacadas como meios universais de reprodução;
- serviços de informação: consiste no fornecimento de informações retiradas dos documentos ou sobre os acervos, em vez de fornecer os próprios documentos aos usuários.

As pesquisadoras Cristiane Honório e Elizabeth Damasceno (2006, p. 5) consideram prejudiciais os limites burocráticos a que são submetidos os arquivos públicos

¹⁷ As normas que regem o uso dos arquivos federais americanos são publicadas em lei e objetivam: “a) proteger os documentos contra danos físicos [...]; de se fumar ou comer ao mesmo tempo [sic] que se usam os documentos, ou de se empregarem substâncias químicas fotográficas perto dos mesmos; e, b) proteger os documentos contra todos os atos que possam prejudicar a integridade dos mesmos, tais como dar-lhes uma ordem diferente, alterá-los ou escrever nos mesmos” (SCHELLENBERG, 1974, p. 318-319).

brasileiros, tais como: limitação do atendimento ao horário comercial; deficiência dos instrumentos de controle intelectual dos fundos depositados nos arquivos permanentes; falha na interação entre arquivo público, custodiador dos documentos de valor permanente, e administração pública produtora e responsável pelos documentos em fase corrente e intermediária; falta de espaço físico; inadequação dos depósitos para armazenamento e preservação de acervos e carência de infra-estrutura para atendimento do usuário.

Soma-se a esses fatores o grande volume de documentos preservados sem nenhuma organização. O *Cadastro Nacional de Arquivos Federais*, elaborado pelo Arquivo Nacional na década de 1980 e publicado em 1990, apresentou a grave situação dos acervos acumulados pelo governo federal e dos serviços arquivísticos existentes, incluindo o próprio AN.

Como afirmado anteriormente, os arquivos nacionais são depositários dos arquivos produzidos no âmbito da administração pública federal. Sendo assim, o seu arsenal informativo persegue a seguinte assertiva proposta por Indolfo:

Se a informação produzida pelos órgãos governamentais for organizada, classificada, avaliada e preservada dentro dos princípios e práticas arquivísticas, o direito de acesso público estará garantido e se constituirá em instrumento de exercício da cidadania, de transparência do Estado, de melhoria e eficiência da gestão pública e de controle pela coletividade (INDOLFO, 2008, p. 29).

Mas o cenário atual encontrado pela autora pouco mudou em comparação àquele apresentado pelo *Cadastro*:

O acesso à informação governamental não se encontra plenamente disponibilizado uma vez que a administração pública não se vê cobrada cotidianamente a prestar contas de suas decisões, ou mesmo a fazer determinadas escolhas em detrimento de outras, pois a sociedade não possui acesso às fontes de informações que lhes proporcionariam o controle das ações governamentais.

[...] À falta de controle agrega-se a ausência de tratamento técnico, permitindo o delineamento do aparato administrativo como ineficaz e ineficiente na prestação de serviços a coletividade e na garantia do uso, manutenção, eliminação, preservação e acesso aos documentos públicos (INDOLFO, 2008, p. 159).

A realidade reproduz as palavras de Dadzié, proferidas por ocasião do Congresso Internacional Extraordinário de Arquivos, 1966, e registradas por Duchein: “Nos países em desenvolvimento, a liberalização do acesso aos arquivos deve começar pela salvaguarda e organização dos arquivos” (DADZIÉ, 1966 apud DUCHEIN, 1983, p. 46, tradução nossa).

No tocante ao acesso estritamente intelectual, a recuperação da informação se dá por meio de produtos convencionalmente construídos pelos arquivistas, genericamente conhecidos por instrumentos de pesquisa. Esses instrumentos situam o consulente quanto ao contexto de produção do acervo e à organização adotada de forma a possibilitar a localização

da informação pelos vários pontos de acesso pré-estabelecidos. Para elaboração de um instrumento de pesquisa, o CIA recomenda a utilização de descrição, cujas diretrizes gerais constam da norma mundial de descrição arquivística, publicada em 1994¹⁸, sob o título de *General International Standard Archival Description (ISAD(G))*. A iniciativa visa:

- a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas;
- b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos;
- c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e
- d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 1).

A ISAD(G) organiza a estrutura de descrição em níveis, sendo possível a adoção de quantas subdivisões se façam necessárias para cobrir a complexidade da organização ou de parte dela no instrumento de pesquisa. As regras estão dispostas em sete áreas de informação descritiva: identificação; contexto; conteúdo e estrutura; acesso e uso; fontes relacionadas, notas e controle da descrição.

Os instrumentos de pesquisa com todos os elementos acima citados são obras complexas, especializadas e de difícil elaboração, a ponto de não serem inteligíveis por todas as categorias de usuários de arquivo. Sob tal alegação, Lodolini (1984, p. 207) faz questão de dizer que um inventário deve ser precedido de uma introdução na forma de estudo sobre o organismo produtor dos documentos, suas competências, estruturas, evolução e sobre os reflexos da sua existência na ordenação dada aos documentos. A introdução é um facilitador da pesquisa, cuja leitura pelo usuário é obrigatória, adverte o autor.

Lodolini vai além e produz em nossa pesquisa a inclusão de outro fator limitador do acesso intelectual: o despreparo do usuário para lidar com a informação arquivística. O autor deixa escapar uma reprovação ao indivíduo que não sabe para que e como funciona um arquivo:

Com efeito, não teria sentido perguntar em um arquivo: ‘o que há sobre tal tema?’ ou ‘o que há sobre tal personagem?’ (como, por desgraça, freqüentemente fazem os que se dirigem a um arquivo sem uma suficiente preparação específica) (LODOLINI, 1984, p. 207, tradução nossa).

Mas a realidade indica que poucos são os usuários com pleno domínio das atribuições de um arquivo público. Muitos não sabem que os acervos são organizados por fundos e que cada fundo é organizado de forma a refletir as funções e atividades do produtor.

¹⁸ No Brasil, a primeira tradução da ISAD(G) foi realizada pelo Arquivo Nacional em 1998. A representação do Brasil no processo de revisão da norma nos anos seguintes incorporou uma visão mais ampla e afastada dos centros de discussão arquivística e inseriu quesitos relativos às especificidades dos países com experiências diferenciadas tanto em termos de tradição quanto de tecnologia. A partir das discussões internacionais, o CONARQ promoveu a elaboração de uma norma baseada na internacional, mas adaptada à realidade brasileira. A *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (NOBRADE) foi publicada em 2006.

Cabe ao profissional de arquivo absorver esses conhecimentos teóricos e metodológicos e transmiti-los ao usuário, a fim de viabilizar o uso pleno.

Jardim afirma que “a liberdade de acesso beneficia inicialmente aos ‘iniciados’ ou seja, os que são capazes, por sua posição social, formação ou profissão, de superar a complexidade dos procedimentos jurídicos-administrativos” (JARDIM, 1998). A essa frase acrescentamos que, da mesma forma, a possibilidade de acesso aos arquivos públicos só é factível àqueles capazes de superar a complexidade dos procedimentos arquivísticos.

Jardim e Fonseca (2004, p. 3) questionam as ações limitadas e reducionistas da comunidade arquivística e afirmam que os arquivos públicos visando cumprir funções administrativas e testando capacidades profissionais trabalham a portas fechadas e gastam energia para prestar contas à comunidade de profissionais e não para atender bem a sociedade. Carbone acrescenta:

Frente a tantas situações e problemas novos, não é mais pensável que os Arquivos de Estado possam permanecer no esplêndido isolamento do passado, quando muito interrompido às vezes por freqüentes colóquios com o tradicional interlocutor único e típico: o historiador (CARBONE, 1984, p. 1520).

Mas tal realidade pode ser transposta. Os serviços de informação arquivística devem ser revistos em função do surgimento de novos padrões de produção, uso e transformação da informação, como aponta o cientista Arthur J. Meadows (2000):

Em termos de evolução, a transição da comunicação impressa para eletrônica está criando novos nichos ao mesmo tempo em que provoca o desaparecimento de velhos nichos. Esse processo afeta tanto instituições quanto indivíduos. Ambos estão envolvidos nas atividades intermediárias, isto é, na transferência da informação do produtor para o usuário. A tecnologia da informação, ao mudar a natureza do processo de transferência, está também mudando as atividades intermediárias que o processo requer (MEADOWS, 2000, p. 30).

Dimensões emergentes no campo da Arquivística impelem as instituições a extrapolarem os limites da “preservação” dos direitos, do saber e da memória registrados e alcançar a esfera da exploração da informação e divulgação, de fato, em meios de ampla propagação. As palavras de Jardim e Fonseca (2004) revelam um novo paradigma a se considerar:

O conceito de ‘lugar’ torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários;

Onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o **acesso à informação**;

A ênfase na gestão da informação desloca-se do acervo para o acesso, do estoque para o **fluxo da informação**, dos sistemas para as **redes**;

[...]

Sob a banalização das tecnologias da informação, os usuários (ao menos os não excluídos do acesso às tecnologias da informação), produzem novas demandas aos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e provocam a realocação ou

supressão de fronteiras que demarcam tais espaços (JARDIM; FONSECA, 2004, p. 1, grifo dos autores).

Percebemos, em linhas gerais, que os princípios norteadores dos serviços de arquivo são uma composição de elementos condicionados pela fragilidade do suporte do documento, pelo grau de sigilo das informações nele contidas, pela infra-estrutura material e pessoal, e pelas dificuldades de diálogo entre os arquivistas e o seu público. Portanto, o acesso é orientado por questões como: o que é de caráter ostensivo e o que é reservado; quais as possibilidades e quais as regras para se obter um documento ou uma informação; como deve o usuário se comportar e quais as ferramentas disponíveis para facilitar o acesso. Com efeito, faz-se necessário avançar um pouco mais e buscar subsídios na literatura sobre como a Arquivística vê o seu público, pois a ausência dele nessas decisões é preocupante.

2.5 O interessado: usuário de arquivo

Muito próximas da Arquivística, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia há meio século estudam o comportamento humano na busca e uso de informação. O professor e pesquisador Chun Wei Choo, na obra onde procura estabelecer as bases do conhecimento organizacional, realiza um mapeamento oportuno dos estudos de usuários e suas principais tendências. O resultado da revisão de literatura sobre o tema resultou nos seguintes agrupamentos, colocados em seqüência cronológica: a) estudos centrados em sistemas e orientados para tarefas; b) estudos integrativos e centrados em sistemas; c) estudos centrados no usuário e orientados para tarefas; d) estudos integrativos e centrados no usuário (CHOO, 2003, p. 68-69).

Os agrupamentos acima revelam um amadurecimento das finalidades dos estudos de usuários. Segundo Sely Costa (1992, p. 21), desde 1948 são desenvolvidas pesquisas com interesse em prestar um serviço de qualidade, baseado na busca de informação e no uso decorrente da sua aquisição. Enquanto os primeiros estudos se dedicaram ao aprimoramento do sistema de informação, os atuais buscam uma compreensão holística do indivíduo para a interpretação das suas necessidades de informação.

Na Arquivística também são desenvolvidos estudos de usuários, mas ainda se encontram no primeiro estágio indicado por Choo: centrados no próprio arquivo. Gabriele Blais (1995, p. 9) acredita que o aparecimento dos primeiros estudos sobre usuário nessa área foram impulsionados pela variedade dos tipos de usuários que surgiram nos arquivos e pela

abundância de documentos incorporados aos depósitos, a partir da década de 1980. Ambos puseram à prova os serviços de atendimento ao usuário, em especial os procedimentos vigentes de recuperação da informação, e provocaram a revisão das práticas de aquisição, controle e acesso.

No campo das pesquisas, os arquivistas americanos estão na vanguarda dos estudos de usuários. Os principais precursores encontram-se presentes no periódico da *Society of American Archivists*, *The American Archivist*¹⁹, entre os anos 1982 e 1989: Bruce Dearstyne, Paul Conway, Elsie Freeman, Mary Jo Pugh e Lawrence Dowler (BLAIS, 1995, p. 9).

Para Blais os resultados alcançados pelos estudos de usuários sugerem:

[...] os serviços de arquivos devem estudar a composição e as necessidades de seus grupos de usuários potenciais e existentes e confrontá-los com os serviços de arquivos disponíveis. Esses serviços devem ser regularmente adaptados de sorte que os usuários disponham de ferramentas necessárias para explorar com sucesso os recursos disponíveis. [...] Os serviços de arquivo devem participar plenamente da evolução das técnicas de comunicação que lhe permitam difundir as informações sob sua proteção para além dos muros do estabelecimento, ao mundo exterior (BLAIS, 1995, p. 11, tradução nossa).

Em outra obra, dedicada à proposta de implantação de programas públicos para os arquivos, a autora alerta sobre a postura do arquivista frente à necessidade do usuário:

[...] a ênfase sobre o serviço individualizado, até certo ponto, afastou a atenção dos arquivistas da produção de instrumentos de pesquisa, que são capazes de se sustentar por si mesmos como ferramentas de referência que, deixando de responder às expectativas dos arquivistas, e sim às necessidades dos usuários, reduzem sua dependência em relação àqueles. Verificamos, através de estudos realizados sobre o usuário, que muitos dos instrumentos de pesquisa e das ferramentas descritivas são tão complexos e inamistosos para o usuário que é quase impossível utilizá-los sem a mediação de um arquivista especializado (BLAIS; ENNS, 1989/1990, p. 65).

Hugh Taylor, no estudo do RAMP, é um dos poucos que tenta compreender o usuário em si e a sua relação com um sistema de informação. O autor assinala que a experiência de um usuário ao entrar em contato com o conteúdo de um livro ou de um documento nunca é igual à de outro, pois cada indivíduo detém níveis distintos de necessidade que variam de acordo com a formação, os antecedentes do usuário (disciplina, conceitos de valor e funções na sociedade) e a maneira como busca a informação (TAYLOR, 1984, p. 16).

¹⁹ Elsie Freeman, In the eyes of the beholder: archives administration from the user's point of view, *American Archivist* 47 (printemps 1984), p. 11-23; Bruce Dearstyne, What is de use of archives? A challenge for de profession, *American Archivist* 50 (winter 1987) p. 76-87; Mary Jo Pugh, The illusion of omniscience: subject access and the reference archivist, *American Archivist* 45 (hiver 1982), p. 33-44; Lawrence Dowler, the role of use indefining archival practice and principles: a research agenda for de availability and use of records, *American Archivist* 51 (printemps/hiver 1988), p. 74-66.

O autor buscou embasamento epistemológico nas ciências relativas ao estudo do comportamento humano, citando Jean Piaget. Inteirou-se também dos vocábulos e conceitos adotados na Ciência da Informação, tais como “necessidade de informação” e “comportamento do usuário”. Taylor entende que “Se não há usuários (incluindo nós mesmos), os documentos e a informação neles contida terão apenas um potencial, uma ‘energia’ latente, a qual se descarrega por meio da interação dinâmica resultante da intervenção humana” (TAYLOR, 1984, p. 4, tradução nossa). A custódia dos registros das ações humanas, o documento em si e o profissional da informação encontram explicação no exercício da transferência da informação numa perspectiva de cunho social.

Por tais razões, se faz necessário ultrapassar as medidas que visam à tornar possível o acesso à informação arquivística e procurar atingir a satisfação, plena ou parcial, do usuário. Aquele que busca um sistema de informação deve ser incentivado a expor suas necessidades. Taylor, com efeito, coloca-se no lugar de uma pessoa que procura pela primeira vez um arquivo e por não saber como proceder formula mentalmente questões do tipo: “É aqui onde posso encontrar respostas para minhas perguntas?” ou “Como devo me comunicar nesse ambiente?” ou ainda “Como posso me orientar aqui?” (TAYLOR, 1984, p. 17, tradução nossa). Se o investigador conseguir se sentir à vontade no ambiente, depois de eliminada a desconfiança e a atmosfera não se mostrar ameaçadora, então poderá ser estabelecida uma relação mais amistosa com o arquivista.

Um eficiente especialista saberá explorar as dúvidas do usuário e guiá-lo de modo a chegar ao atendimento das questões que o levaram a procurar o arquivo. Taylor defende o trabalho arquivístico da seguinte maneira:

[...] uma obra de arte que se destina a produzir um efeito: o emprego de documentos e outras fontes do saber para produzir uma transcrição coerente da complexidade humana mediante uma formulação generalizada que o leitor possa captar e utilizar (TAYLOR, 1984, p. 18, tradução nossa).

Superadas as dificuldades do primeiro contado, a autêntica necessidade de informação irá fluir (TAYLOR, 1984, p. 17). O usuário se sentirá encorajado a utilizar os recursos disponíveis, como catálogos, inventários, índices etc. Novamente o papel do arquivista será decisivo, uma vez que o bom resultado de uma pesquisa depende da sua intermediação. Assim, o arquivista deve operar de forma a se interessar:

[...] não apenas pelo conteúdo dos documentos (é assim que reagimos ante os usuários), mas também pela possível *utilidade*, como parte integrante das estratégias de aquisição de originais e de cópias, bem como a introdução de elementos críticos em lugar de descritivos nos meios de localização (TAYLOR, 1984, p. 18, grifo do autor, tradução nossa).

Jardim e Fonseca (2004, p. 3), com base em Davadason e Lingam, afirmam que as necessidades de informação se manifestam em três níveis. O primeiro deles se caracteriza por “falhas nas cadeias de conhecimento do usuário sobre as quais este é consciente e as expressa”. Em seguida estão as “falhas nas cadeias de conhecimento do usuário sobre as quais este é consciente, mas não as expressa”. Por último estão as “falhas nas cadeias de conhecimento do usuário sobre as quais este não tem consciência. São necessidades latentes”. Essas necessidades são orientadas por aspectos como “atividades profissionais, disciplina, campo ou área de interesse, disponibilidade de infra-estrutura informacional, necessidades de tomada de decisão e de procurar novas idéias”.

Ao contrário desse avanço teórico, a prática e os resultados mantêm-se limitados à avaliação dos serviços de arquivos à luz da quantidade de usuários atendidos. Do mesmo modo, Clara Marli Kurtz (1990) reconhece em sua dissertação:

O problema do arquivista no sentido de entender o usuário, parece ser a falta de uma metodologia apropriada para conhecer sua clientela, suas necessidades de informação e o uso que fazem da informação. É preciso desenvolver uma metodologia que ligue os objetivos básicos dos programas de estudo de usuário a uma maneira prática e segura de coleta e registro da informação sobre usuários (KURTZ, 1990, p. 38).

Os estudos de usuários na Arquivística ainda estão no seu primeiro estágio, ou seja, restringem-se aos dados relativos à frequência de uso e comportamentos quantitativamente mensuráveis com o objetivo de avaliar os serviços oferecidos e os cuidados com o acervo.

No cenário internacional, inclusive, o diálogo entre o arquivo e seus usuários ainda é pouco explorado. O diagnóstico realizado em 2004 por Jardim e Fonseca (2004, p. 4) sobre o estado da arte de estudos de usuários ainda não foi superado. A pesquisa avalia a presença desses estudos na literatura arquivística publicada nos últimos trinta anos e alcança as seguintes conclusões:

- em comparação a temas como aquisição, avaliação, arranjo e descrição, os estudos de usuários são inexpressivos;
- o acesso à informação é visto sob a vertente dos aspectos legais, existência de instrumentos de pesquisa e normalização;
- a noção de acesso está mais relacionada às atribuições do arquivista e às obrigações dos arquivos do que ao processo de transferência da informação;
- o usuário não é compreendido como sujeito participativo e sim como objeto das questões de acesso;
- não há um aprofundamento prático e nem teórico dos estudos de usuários;

- não corresponde a uma perspectiva dialógica entre arquivista, arquivos e usuário;
- os estudos privilegiam o usuário do arquivo permanente;
- o objetivo dos estudos é solucionar em primeiro lugar os problemas colocados pelo acervo, depois os dos arquivos em si, e por último, os problemas colocados pelos usuários;
- a literatura norte-americana concentra a maior parte da produção.

Os manuais clássicos colaboram com esses resultados, pois raramente abordam o tema. Das nove obras analisadas pelos pesquisadores Jardim e Fonseca, três²⁰ delas não tocam no assunto e as outras seis²¹ ensaiam um reconhecimento do usuário de arquivo e procuram estabelecer estratégias de acesso, mas sem muita profundidade. As abordagens são dirigidas prioritariamente à formação de usuários no sentido de fazê-los compreender os serviços arquivísticos; ao reconhecimento da diversidade de usuários; à estratégia de estudos de usuários como uma nova vertente de pesquisa; à ênfase nas atividades de referência, dentre outras (JARDIM; FONSECA, 2004, p. 9).

Não se pode negar que a preocupação existe, sendo motivo, inclusive, de vários Congressos Internacionais de Arquivos (1966, 1968 e 1976), promovidos pelo CIA, e da 20ª Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos, em 1981, intitulada *A informação e a orientação aos usuários de arquivos*. Entretanto, as discussões passam ao largo de aspectos sobre o processo de transferência da informação nos arquivos e estudos das necessidades e uso da informação. Os resultados concentram-se no fornecimento do retrato da situação vigente, isto é, informam o nível da difusão dos serviços arquivísticos; a preparação de instrumentos de pesquisa nos arquivos; a situação dos serviços de informações (JARDIM; FONSECA, 2004, p. 5).

2.5.1 Categorização dos usuários

A ampliação do conceito de acesso aos documentos resultante da propagação do direito à informação, a partir da segunda metade do século XX, ativou a importância social dos arquivos. Até então acostumados a servir a um público de elite, estas instituições perceberam que o mundo em mutação passou a exigir maior participação delas. Com esse

²⁰ *Archivistica: principi i problemi*, de Elio Lodolini; *Les Archives au XX siècle*, de Carol Couture e Jean-Yves Rousseau e *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*, de Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real.

²¹ *Archivistica General: Teoria y Practica*, de Antonia Heredia Herrera; *A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice*, de Maygene F. Daniels e Tomothy Walch (org.); *Manuel d'Archivistique*, da Association des Archiviste Français; *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*, de T. R. Schellenberg.

intuito Jardim afirma que “A função social dos arquivos evolui, portanto, na razão direta da ampliação das novas possibilidades de sua utilização após a II Guerra” (JARDIM, 1988, p. 2).

Blais (1995, p. 1-7) credita esse progresso a um fator conjuntural. Nos anos 1980, com o fim da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, mais de trinta países regidos por governos ditatoriais abriram-se à democracia. Em efeito, os serviços de arquivos foram forçados a se adaptar e democratizar o acesso à informação governamental contida em seus depósitos.

Em uma conferência proferida em 1978, no Brasil, Michel Duchein explorou o papel da Arquivística na sociedade e colocou a seguinte questão: “Por que preservar os arquivos?” E acrescentou: “A resposta tradicional é que os arquivos são os armazéns da História e o arsenal da Administração. É uma verdade mas [sic], no mundo atual, já não basta” (DUCHEIN, 2006, p. 2). Há trinta anos, as palavras de Duchein antecipavam a formação de uma sociedade mais participativa, apoiada no crescente avanço das tecnologias de comunicação: “O fenômeno que caracteriza nossa época é a necessidade cada vez maior de se obter informações rápidas e imediatas, bem como a de procurar referências no passado” (DUCHEIN, 2006, p. 2).

Jardim nomeia esse momento de “Segunda Revolução Industrial”, considerando que:

[...] estaria determinando, por sua vez, o que se convencionou chamar de *era da informação*, idéia consolidada ao longo dos últimos 30 anos a partir da constatação e das conseqüências sociais do fato de que jamais se produziu, se armazenou e se disseminou tanta informação como nas sociedades atuais. Da mesma forma, jamais tantos recu[rs]os tecnológicos foram direcionados especificamente para a criação e a gestão de informações (JARDIM, 1992, p. 251, grifo do autor).

O papel social dos arquivos encontra justificativa no atendimento a três tipos de demandas por informações: o uso acadêmico-científico, o uso administrativo e o popular. Cada um desses grupos exige do arquivo, e do arquivista por extensão, posturas e soluções diferentes para suas necessidades de informação. García Belsunce (apud JARDIM, 1988, p. 4) afirma que o uso acadêmico opera no campo do pensamento, da construção de idéias, na busca de solução para um problema científico. O uso administrativo, ou prático, refere-se à busca de uma informação para aplicação imediata na tomada de decisão no ambiente organizacional. O “homem comum”, despertado pelo direito de acesso à informação, sobretudo nos países democráticos, tem se interessado cada vez mais pelas ações dos governos e pelos documentos da administração.

Bruno Delmas (1977 apud TAYLOR, 1984, p. 21) reconhece a existência de cidadãos que buscam arquivos administrativos para efetivar registros patrimoniais, transações

fiscais entre outros, bem como membros da iniciativa privada recorrem também a esses arquivos em busca de informações produzidas pelo Estado, como, por exemplo, sobre recursos naturais. Além desses usuários, Delmas considera o arquivista também um usuário, quando se dedica ao tratamento de um fundo ou a uma pesquisa para atender ao público.

Blais assevera que o historiador e os estudantes de História são os clientes escolhidos pelos serviços de arquivo por duas razões essenciais:

Porque atende a uma clientela que se serve dos arquivos para trazer à luz questões que ocupam um lugar determinante na memória coletiva. Em contrapartida, o trabalho do historiador fornece, involuntariamente, a trama que permite difundir o saber histórico ao grande público por meio de publicação literária, de livros didáticos, artigos de jornais, de filmes, de peças de teatro, etc. Ou seja, os historiadores fornecem uma interpretação do patrimônio documental (BLAIS, 1995, p. 7-8, tradução nossa).

Mas a autora percebe que, independentemente dessa preferência, ao longo do século XX, os historiadores passaram a dividir espaço nas salas de consulta com pesquisadores oriundos de outras disciplinas. Jean-Yves Rousseau e Carol Couture acreditam que a diversificação de pesquisadores foi impulsionada pela função assumida pelos arquivos públicos na sociedade:

[...] os serviços de arquivo se tornaram verdadeiros laboratórios para disciplinas das ciências humanas, das ciências sociais e das ciências puras [...] o engenheiro, o arquiteto, o urbanista, o historiador, o sociólogo, o politicólogo, o médico, o cineasta, o homem ou a mulher de teatro, o administrador, podem também eles precisar desse material de laboratório que são os arquivos para empreender e levar a cabo vários de seus projetos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 125).

Os arquivos receberam o reconhecimento de arsenal de fontes essenciais, úteis à reconstituição de acontecimentos, de personagens, de edifícios, estruturas administrativas, organismos etc. Em decorrência, a reconstituição história passou a ser um método apropriado por outros, cientistas ou amadores, e não apenas por historiadores.

Além disso, a abertura dos arquivos ao cidadão resultou na aparição do “usuário-cidadão” (BLAIS, 1995, p. 8). O primeiro tipo de usuário-cidadão que surgiu na Europa foi o genealogista. Outros, cujo comportamento se assemelha com o do usuário-cidadão são juristas, editores, jornalistas, ecologistas, que buscam informações pontuais e precisas, raramente se preocupam com o processo de pesquisa em si e geralmente não retornam ao arquivo (BLAIS, 1995, p. 8).

Além dessas categorias, Blais (1995, p. 8-9) cita um outro grupo homogêneo e recorre à classificação dada por Paul Conway para esse grupo: “pesquisador amador”. Esse usuário é movido por uma curiosidade pessoal e os arquivos se configuram em um dos canais

para coleta de dados. Em geral, o pesquisador amador se dedica a grandes eventos históricos como batalhas, naufrágios.

Por fim, outra categoria registrada por Blais (1995, p. 9), e também reconhecida por Delmas, acima citado, é a dos arquivistas. Para ela, os profissionais ao consultarem os documentos para efetivação de suas tarefas de conservação e transferência da informação devem ser considerados usuários.

Não se pode perder de vista que a revolução eletrônica e o seu crescimento estão atraindo novos usuários aos sistemas de informação, onde se incluem os arquivos. Tal realidade “leva à necessidade de sistematizar e padronizar os processos de apresentação, divulgação e armazenamento de informação” (MEADOWS, 2000, p. 33).

No Brasil, a pesquisa produzida por Lucia Oliveira (2006, p. 11) nos traz um quadro onde o usuário mediado pela Internet e a comunicação eletrônica deixa de ser apenas um receptor de informação e passa a ocupar uma posição central operando como co-autor da informação e agente na transferência da informação. O ambiente virtual abre a possibilidade de participação sem necessidade de transpor barreiras de inibição, diferentemente do contato direto.

García Belsunce (apud JARDIM, 1988, p. 7), numa perspectiva que busca a justificativa social para a existência dos arquivos, faz a seguinte reflexão: “não são os arquivos que determinam os usos, mas sim os usos que determinam os arquivos”. Torna-se, portanto, necessário ponderar o desempenho dos arquivos públicos no início do século XXI, no qual os aspectos relacionados ao acesso são priorizados e as questões relativas à organização e à preservação do patrimônio arquivístico passam a configurar pressupostos para o acesso. Em outra obra, García Belsunce reconhece:

O patrimônio documental contido nos arquivos é matéria nutriente da informação primária [...]. Ao dar relevância à funcionalidade, estamos possibilitando, quase exigindo, um novo tratamento administrativo do documental. Os arquivos deixarão de ter como *partners* os museus e outras instituições culturais para se igualarem às bibliotecas e aos centros de documentação, além de participarem do desenvolvimento da informação (GARCÍA BELSUNCE, 1986, p. 31).

Ao falar da funcionalidade do arquivo, o autor afirma que para além de um aspecto cultural, patrimonial, o documento possui a função de oferecer informação contextual e diacrônica cujos usos podem ser o mais variado possível (GARCÍA BELSUNCE, 1986, p. 31).

Assim, o usuário de arquivo, definido pelo CIA, compreende qualquer “indivíduo que consulta arquivos, normalmente em uma sala de consulta. Também conhecido como leitor, pesquisador, consulente”. A definição para “usuário”, adotada pelo *Dicionário*

Brasileiro de Terminologia Arquivística é a seguinte: “Pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 33). A simplicidade das definições aplica-se ao ser humano em geral, pois aceita qualquer indivíduo que se dirija voluntariamente ao arquivo, independentemente da sua motivação. Para o arquivo, o usuário só passa a existir quando ele adentra a sala de consulta.

A esse posicionamento passivo, em 1999, Jardim se contrapôs ao provocar os participantes da Mesa Redonda Nacional de Arquivos, ocorrida no Rio de Janeiro:

O que têm os usuários a nos dizer? O que temos dito efetivamente ao usuário? Em que bases se dá esta comunicação do ponto de vista humano, tecnológico, político, científico, profissional? Quem é este usuário? Até que ponto os serviços oferecidos satisfazem aos usuários? Quais as sugestões a respeito? Quais as ações dos arquivos no processo de ‘formação dos usuários’? (JARDIM, 1999, p. 15).

Numa relação aproximativa com o usuário contemplado nesta dissertação, nos acercamos das peculiaridades do historiador na busca e uso da informação para desenvolvimento de suas pesquisas, tomando por base a revisão de literatura realizada por Jason Macías (2004), publicada pela *Drexel University*. O autor analisou artigos publicados entre 1972 e 2002 e os distribuiu em três categorias: a) estudos baseados no exame da produção científica dos historiadores; b) estudos baseados na utilização de fontes e c) exame da necessidade de informação dos historiadores. Os métodos mais utilizados, de forma simples ou combinada, foram análise de citações, aplicação de questionários, entrevistas e observação direta. Em linhas gerais, as características do historiador reveladas pelos autores foram as seguintes:

- qualquer coisa que tenha lugar no passado é um assunto potencial para o historiador. Case (1988 apud MACÍAS, 2004, p. 89) revela que, ao contrário de outros especialistas, o trabalho do historiador envolve fronteiras ilimitadas;
- utilizam fontes documentais variadas. Além da pesquisa em fontes como artigos de periódicos e monografias, o historiador conta fundamentalmente com fontes testemunhais produzidas no período estudado. Essas fontes podem existir em diversos formatos como jornais, manuscritos, correspondência, diários, documentos governamentais, livros, revistas, registros empresariais, dados censitários;
- um documento pode ser considerado fonte primária ou secundária (HITCHCOCK, 1990 apud MACÍAS, 2004, p. 5), ou seja, a prática recorrente de determinar que toda monografia, tese ou periódico é uma fonte secundária não se aplica ao trabalho do historiador, pois o contexto de uso na pesquisa é que determina quando um documento é primário ou secundário.

Quando a fonte é aplicada ao arcabouço teórico é considerada secundária, quando utilizada na base empírica é fonte primária;

- lidam com o passado da humanidade manifestada por meio da escrita, mas o historiador moderno tende a ampliar mais ainda o leque de fontes, considerando-as indistintamente. Há historiadores utilizando quantidades significativas de evidências antes exclusivas aos arqueólogos, além de mídias modernas, como fotografias, filmes, registros em áudio e vídeo, documentos digitais, essenciais para o entendimento do passado;

- na busca de novas perspectivas sobre o passado, não medem esforços para encontrar fontes relevantes (STEIG, 1981 apud MACÍAS, 2004, p. 3), por conseguinte são conhecidos pelo grande uso de formatos altamente inconvenientes, como o microfilme;

- são ativos usuários de bibliotecas acadêmicas e de coleções especiais, e são os mais freqüentes usuários de arquivos;

- o uso intensivo de fontes exige dos sistemas de informação (arquivos, bibliotecas, centros de documentação) profissionais capacitados, especialmente levando em consideração que historiadores tendem a evitar a consulta a referências gerais e apresentam alta dependência ao auxílio dos arquivistas e dos bibliotecários de referência (COLE, 1998 apud MACÍAS, 2004, p. 3), (DELGADILLO, 1999 apud MACÍAS, 2004, p. 3), (DUFF, 2002 apud MACÍAS, 2004, p. 3), (ORBACH, 1991 apud MACÍAS, 2004, p. 3);

- são exímios na busca de caminhos alternativos para chegar a fontes documentais não existentes em bibliotecas e arquivos. Entretanto, apesar de saberem lidar com as lacunas existentes nesses sistemas, reclamam quando precisam adotar tais operações;

- historiadores provenientes de escolas menos tradicionais manifestam o desejo de uma recuperação mais efetiva sugerindo pontos de acesso por assunto em contraposição às usuais recuperações por título e nome (BEATTIE, 1989 apud MACÍAS, 2004, p. 3), (DUFF, 2002 apud MACÍAS, 2004, p. 3);

- as necessidades de informação são altamente complexas e não estão representadas integralmente nas citações e bibliografias dos relatórios de pesquisa (STIEG, 1981 apud MACÍAS, 2004, p. 5);

- historiadores são organizados e metódicos, mas a complexidade de seu comportamento na busca por uma informação dificulta ao observador a compreensão e elaboração de um modelo de pesquisador (STIEG, 1991 apud MACÍAS, 2004, p. 6);

- pesquisadores formados há mais tempo são reticentes ao uso de base de dados e aqueles que se dedicam a subáreas, como História da Arte e dos Museus, não se interessam por esse recurso informacional (STAM, 1997 apud MACÍAS, 2004, p. 7).

Concluída a tipificação do historiador enquanto usuário, passaremos a analisá-lo do ponto de vista do ambiente científico de atuação e de suas construções teóricas.

2.5.2 Um usuário específico: o historiador

Vários historiadores têm utilizado os canais formais de comunicação²², preferencialmente periódicos destinados aos historiadores e aos arquivistas, para se posicionarem a respeito das condições de acesso aos arquivos. O pesquisador e professor Marcos Magalhães de Aguiar oferece seu testemunho profissional a respeito da situação dos arquivos públicos e privados mineiros que abrigam documentos do período colonial brasileiro. O autor inicia um artigo com a seguinte frase: “Historiadores não sobrevivem sem arquivos” e encerra invertendo-a: “arquivos não sobrevivem sem historiadores”. Isto é:

[...] instituições recebem financiamento e apoio à medida que seu trabalho é reconhecido. Uma das principais vitrines dos arquivos consiste precisamente no número, diversidade e qualidade dos trabalhos realizados, a partir de suas fontes. A colaboração interinstitucional consiste, portanto, em um dos instrumentos de fortalecimento e consolidação dos arquivos nacionais (AGUIAR, 1999, p. 116).

Entre premissa e conclusão, Aguiar relata “os condicionantes concretos e cotidianos do trabalho de investigação científica da perspectiva de quem se encontra do outro lado do balcão: o usuário de arquivos” (AGUIAR, 1999, p. 109). Durante o percurso, os “problemas aparecem na falta de organização e catalogação, e na carência de instrumentos de localização e de busca apropriados. Todos os arquivos anteriormente mencionados²³ não têm a totalidade de seu acervo catalogado” (AGUIAR, 1999, p. 109). Os obstáculos à pesquisa científica se apóiam na “ausência de um mapeamento rigoroso dos acervos existentes e da documentação não catalogada, e carência de guias com um mínimo de informações de identificação” (AGUIAR, 1999, p. 115).

Escolhemos o diagnóstico do autor sobre os arquivos oficiais, por manter relação estreita com o nosso trabalho:

O mais importante é o Arquivo Público Mineiro, que concentra os documentos produzidos e recebidos pelas estruturas burocráticas e administrativas de Minas (legislação, provisões, correspondência ativa e passiva dos governadores, documentação variada de caráter fiscal, censos populacionais, mapas etc.) além de

²² A comunicação científica utiliza-se de meios de comunicação formal e informal. A definição de Meadows (2000, p. 25) é a seguinte: “Meios formais são acessíveis de forma fixa por um longo período, e sua aquisição não requer, normalmente, contato com o autor. Livros e periódicos são exemplos típicos. Com os meios informais se dá o oposto, como bem demonstra uma chamada telefônica” (MEADOWS, 2000, p. 25).

²³ O IPHAN administra os fundos cartorários nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (Ouro Preto), Arquivo da Casa Setecentista (Mariana), Arquivo Histórico do Museu do Ouro (Sabará) e Museu Regional de São João Del Rei.

vários fundos incompletos de câmaras coloniais, como as de Ouro Preto, Sabará, Caeté e Mariana. [...] Somente os livros estão catalogados e, mesmo assim, por meio de sistema que adota apenas critérios cronológicos e de tipo documental, às vezes com acréscimo de referências ao órgão emissor. Alguns índices receberam descrições minuciosas, e outros foram parcialmente publicados. Não dispomos de qualquer auxiliar de pesquisa para a vasta coleção de avulsos, que parece não ter sido catalogada (AGUIAR, 1999, p. 113).

Há também a documentação que deveria estar no Arquivo Público Mineiro, mas “está na biblioteca municipal da cidade, jogada no chão de uma pequena sala” (AGUIAR, 1999, p. 113). O paradeiro de outros tantos arquivos de comarcas mineiros é ignorado.

Algumas iniciativas de intercâmbio merecem menção pelo resultado alcançado. Um desses exemplos é o trabalho conjunto empreendido entre paróquias de Ouro Preto e instituições oficiais, como o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, ligado à ESAF. Dentre os resultados, o usuário dispõe de um acervo higienizado, organizado, acondicionado, catalogado e microfilmado, e para recuperação da informação conta com um guia publicado e outro no prelo (AGUIAR, 1999, p. 112). Outro exemplo é a associação entre o Arquivo da Câmara de Mariana e o Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFOP. Nesse caso, a custódia do acervo passou ao Departamento de História após a conclusão dos trabalhos de tratamento e descrição, constantes do *Guia e tipologia dos documentos de Mariana*²⁴.

Aguiar (1999, p. 115-116) elabora algumas sugestões para melhoria dos arquivos, as quais podem ser estendidas às demais instituições arquivísticas brasileiras:

- iniciativas de produção do suporte de substituição (microfilmagem ou digitalização), visando a preservar o original e facilitar o acesso;
- edição de instrumentos de pesquisa (guias, catálogos) inseridos numa proposta de uniformização de padrões dos sistemas de classificação documental;
- busca de colaboração com instituições de pesquisa, como a demonstrada entre a UFOP e o Arquivo de Mariana;
- dotação dos serviços arquivísticos da disponibilização de arquivistas de referência visando à otimização do tempo do pesquisador.

Outra contribuição também focada em arquivos mineiros é a pesquisa de mestrado da historiadora Maria do Carmo Andrade Gomes, que trata da produção do conhecimento histórico baseado na relação entre a historiografia mineira e as fontes. A autora parte do pressuposto que História e Arquivologia são “dois campos de conhecimento

²⁴ POLITO, Ronald; FURTADO, Joaci Pereira. **Guia e tipologia dos documentos de Mariana**. Mariana: UFOP, 1989.

profundamente relacionados” e salienta que “a ampliação do conceito de documento enquanto fonte de informação significou a incorporação e a valorização dos testemunhos advindos de suportes não textuais, ou seja, a superação do documento escrito como fonte privilegiada para a investigação histórica” (GOMES, p. 1, s.d.).

Sugere, portanto, uma mudança de paradigma: “o processo de dilatação do campo de registros materiais de interesse para a investigação histórica” promoveu uma “renovação da crítica documental, empenhada na desestruturação da evidência testemunhal em favor da análise de sua historicidade e subjetividade” (GOMES, p. 1, s.d.). Já nos deparamos com essa mudança na Arquivística, mas para a História, a responsabilidade é creditada em parte ao filósofo Michel Foucault. Ele é um dos responsáveis pelo estabelecimento de alicerces teóricos e epistemológicos, entre as décadas de 1970 e 1980, que modificaram a postura do historiador contemporâneo. Suas idéias propõem o rompimento com a crítica analítica de comprovação da autenticidade do documento e convidam o pesquisador a penetrar nos conteúdos e analisar a intencionalidade original impregnada no discurso escrito. Em outra dimensão, Foucault propõe a recuperação das intenções com que os conjuntos documentais foram preservados pela sociedade (GOMES, p. 1, s.d.).

A explosão documental vivenciada nas últimas décadas aponta duas circunstâncias: “A um só tempo, aumenta a necessidade do descarte frente aos volumes crescentes de documentos produzidos e renovam-se e ampliam-se demandas de uso dos mesmos” (GOMES, p. 2, s.d.). Para o amadurecimento dos procedimentos arquivísticos, a autora vislumbra uma concordância quanto à necessidade dos estudos de uso das fontes preservadas em arquivos, citações e tendências historiográficas. Atrelados estão, portanto, os rumos das pesquisas históricas e “a própria razão de ser dos repositórios documentais” (GOMES, p. 3, s.d.). O papel do historiador é ampliado, não é apenas o usuário preferencial de um arquivo, mas um profissional que pode contribuir com as políticas dos arquivos públicos:

Para o enfrentamento destes desafios teóricos gerados pela conscientização dos arquivistas quanto à importância social e científica de suas operações técnicas, os autores têm sugerido diversos caminhos que, no que toca diretamente à questão aqui discutida, convergem para dois pontos principais. O primeiro é a necessidade de maior interação com os historiadores e demais pesquisadores acadêmicos – tanto como usuários como, também, como co-responsáveis pela formulação de políticas de preservação, descarte, aquisição e demais procedimentos arquivísticos. O segundo aponta para a relevância dos estudos sobre o uso dos arquivos, da documentação e das tendências de pesquisa como instrumento sistemático e institucional para se obter padrões e prognósticos das demandas dos pesquisadores e buscar maior sintonia com as necessidades presentes e futuras deste importante segmento de usuários dos arquivos (GOMES, p. 2, s.d.).

Os resultados da pesquisa de Gomes apresentaram as seguintes evidências sobre o perfil do historiador brasileiro:

- a fonte textual foi a mais utilizada, consta na maioria das citações da quase totalidade dos trabalhos, em todos os recortes temáticos, temporais e formatos, “reafirmando o ‘primado do documento escrito’ como traço fundante da historiografia mineira dos anos oitenta” (GOMES, p. 4, s.d.). Os estudos com temática voltada para o período pós-1930²⁵ acrescenta as entrevistas como segunda fonte (14,9%). As fontes audiovisuais foram fracamente utilizadas;
- dentre as fontes textuais, os registros publicados prevaleceram em razão, segundo a autora, da acessibilidade que eles permitem;
- o pesquisador sente necessidade de “contrapor os registros de natureza pública ou oficial aos testemunhos não-oficiais, oriundos, geralmente, da ordem privada”. Denota o vínculo estabelecido pelo historiador, pela prática, com a fonte oficial;
- uso da documentação oficial para contribuir com novas abordagens de temas marginalizados como os quilombos, operários, “desclassificados”;
- nas temáticas contemporâneas são incorporadas as técnicas de história oral;
- a criatividade dos historiadores dá origem a pesquisas ricas de informações em razão do tratamento sistemático e renovador dado às séries documentais;
- o perfil do historiador foi considerado conservador, distante das renovações presentes na literatura e que motivaram a pesquisa da autora.

Uma série de aspectos relacionados aos arquivos públicos também foi apontada, a saber:

- carência de arquivos e denúncia de desaparecimento de registros das atividades empreendidas pela sociedade civil (sindicatos, partidos etc.);
- existência de grande volume de acervo documental ainda inexplorado;
- as precárias condições de pesquisa são compensadas pela estratégia arquivística de entendimento do documento como parte de um conjunto orgânico, refletido no “tratamento serial”;
- presença, na década de 1980, de um paradoxo entre as possibilidades de mudanças e as barreiras estruturais configuradas na falta de política de preservação do patrimônio documental;
- “ausência de uma política arquivística, calcada num trabalho interdisciplinar” que divulgue os acervos desconhecidos e ameaçados, e que garanta e qualifique a consulta aos acervos

²⁵ Período conhecido como Estado Novo, que corresponde à ascensão em 1937 de Getúlio Vargas ao poder.

salvaguardados sob a proposta de “otimização dos procedimentos técnicos e da formação dos pesquisadores” (GOMES, p. 9, s.d.).

Nailda Marinho Bonato (2004) também aborda sua experiência no uso de fontes primárias aplicadas à pesquisa sobre estudo da História da Educação frente às novas tecnologias. Os historiadores da educação dialogam com pesquisadores de várias outras áreas, como História, Arquivística e Informática, em busca de experiência no campo teórico-metodológico, no uso das fontes e inserção de novas tecnologias.

A autora propõe uma interação entre os profissionais das três áreas citadas para que o arquivista e o informata avaliem suas práticas de trabalho buscando uma aproximação com os interesses da “produção científica, especificamente da pesquisa histórico-educacional. Esse *triálogo* viria facilitar a produção de pesquisas por parte do historiador da educação” à medida que apontassem os documentos existentes por meio de “instrumentos de pesquisa/busca do tipo inventário sumário e analítico, repertório, catálogos, índices auxiliares, entre outros” (BONATO, 2004, p. 89). Sobre a forma como os instrumentos de pesquisas são confeccionados, Bonato testemunha:

[...] geralmente o pesquisador já encontra os instrumentos de pesquisa/busca elaborados pelos técnicos especialistas sem ter participado daquela construção. O ideal é que para qualquer projeto de organização, catalogação, indexação, digitalização, informatização de documentos existisse entre as áreas interessadas um diálogo visando à elaboração desses instrumentos. [...] Faz-se mister que a instituição de memória conheça as necessidades de informação do pesquisador acadêmico, para assim construir instrumentos de pesquisa adequados às suas necessidades (BONATO, 2004, p. 91).

Além dessa queixa, a pesquisadora relata as dificuldades enfrentadas na pesquisa ao fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a custódia do Arquivo Nacional:

Conto apenas com um inventário sumário organizado em 1989 como instrumento de pesquisa, por isso a necessidade de vasculhar todas as caixas, tendo em vista meus objetivos. [...] Os dados fornecidos pelo inventário sumário não são suficientes para atingir os nossos objetivos, por isso a necessidade de se passar documento por documento, retornar a eles [...] Em cada caixa que abro e ‘vasculho’ encontro de forma surpreendente uma vasta documentação pertinente ao nosso objeto de estudo (BONATO, 2004, p. 91-92).

Ao lado da sua jornada, Bonato coloca a vivência da pesquisadora Maria Lúcia Hilsdorf, na análise dos documentos pertencentes à série *Ofícios Diversos do Arquivo do Estado de São Paulo*. Hilsdorf relata que foi

[...] levada não apenas a reler a série inúmeras vezes como, ainda, a retomar a leitura seguidamente a problematizarão [sic] do período para poder realizar a leitura dos documentos: essa prática de pesquisa foi estabelecendo uma metodologia de trabalho baseada no diálogo contínuo e ampliado entre texto e contexto (HILSDORF, 1999 apud BONATO, 2004, p. 93).

Sem pretensão, Bonato toca num assunto referente ao fazer histórico: a metodologia de pesquisa. Não há como negar que a essência da História está na prática da investigação. Como afirma o historiador Michel de Certeau: “‘Fazer história’ é uma prática. [...] Se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isto ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção” (DE CERTEAU, 2008, p. 78). E mais: “Um trabalho é ‘científico’ quando opera uma *redistribuição do espaço* e consiste, primordialmente, em *se dar* um lugar, pelo ‘estabelecimento das fontes’ – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras” (DE CERTEAU, 2008, p. 83, grifo do autor).

Outra opinião sobre as condições reais para se pesquisar no Brasil é apresentada pelos historiadores Álvaro Antunes e Marco Antonio Silveira. Os autores falam do fazer histórico e da convergência necessária com os arquivos, em resposta às limitações de acesso, cujos critérios imprecisos ou injustificáveis fazem crer que o poder fala mais alto:

Em alguns casos, além da falta de funcionários ou da privatização dos fundos pelos responsáveis, parece imperar uma regra implícita que pode ser descrita parafraseando-se o famoso dito: às autoridades historiográficas, tudo; ao pesquisador desconhecido, a lei ou, o que é pior, algo que fica aquém da lei, dado que regras mínimas de funcionamento não são respeitadas (ANTUNES; SILVEIRA, 2007, p. 7).

Como solução, os autores propõem algo, no nível prático, que consideramos de suma importância para garantir a sobrevivência dos arquivos:

Mencione-se, por isso, a necessidade de que se acentuem os vínculos entre tais profissionais [arquivistas] e os cursos de pós-graduação em História, o que depende não somente do empenho individual de arquivistas dedicados, mas também a adoção de políticas de incentivo por parte das próprias instituições responsáveis pela guarda de acervos. Por outro lado, cabe aos departamentos de História das universidades incentivarem desde a graduação o estudo dos princípios que norteiam a organização de séries documentais e de arquivos permanentes (ANTUNES; SILVEIRA, 2007, p. 8).

Michel de Certeau coloca, num nível teórico, o papel social da Arquivística que, tendo hoje alcançado a posição de ciência autônoma, deve operar de forma a manter-se não apenas como provedor de insumos, mas como co-responsável pela evolução da História:

[...] cada prática histórica não estabelece seu lugar senão graças ao *aparelho* que é ao mesmo tempo a condição, o meio e o resultado de um deslocamento. Semelhantes às fábricas do paleolítico, os Arquivos nacionais ou municipais constituem um segmento do ‘aparelho’ que, ontem, determinava as operações adequadas a um sistema de pesquisa. Mas não se pode tentar mudar a utilização dos Arquivos sem que sua forma mude. A mesma instituição técnica impede que sejam fornecidas respostas novas a questões diferentes. Na verdade, a situação é inversa: outros ‘aparelhos’ permitem agora, à pesquisa, questões e respostas novas (DE CERTEAU, 2008, p. 83).

As perguntas novas feitas pelo historiador resultam da sedimentação e revisão da História enquanto ciência, cuja construção se destaca com o alinhamento ao sistema filosófico positivista, no século XIX. Nesse século, ocorreu o estabelecimento da História-disciplina em três pilares (CARDOSO, 1983, p. 30):

- o exercício da crítica externa e interna das fontes históricas e publicação de volumosas coletâneas de documentos, particularmente referente à História Antiga e Medieval;
- o surgimento das escolas históricas nacionais na Europa dirigidas por historiadores com prestígio acadêmico (Ranke, Macaulay, Guizot, Thierry, Michelet etc.);
- a proposta de Marx e Engels da primeira teoria científica para a História: o Materialismo Histórico.

No processo de construção da História, a manifestação atual se mostra de forma inimaginável para o historiador tradicional:

Os textos não são tratados apenas em seus conteúdos ou enunciados, mas também mediante métodos lingüísticos de análise do discurso, da enunciação, com apoio em alguma teoria das classes e das ideologias sociais. Em outras palavras, procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pode ocorrer (CARDOSO, 1983, p. 54).

Uma análise vertical no processo de produção do conhecimento histórico passa pela manifestação do pesquisador, como ele enfrenta o objeto da pesquisa e a metodologia empregada.

Keith Jenkins qualifica o historiador como um homem comum com uma determinada profissão: “A história é produzida por um grupo de operários chamados historiadores quando eles vão trabalhar. É o serviço deles. E, quando vão trabalhar, eles levam consigo certas coisas identificáveis” (JENKINS, 2001, p. 45), como valores, posições, perspectivas ideológicas, conhecimento. Esses profissionais utilizam um vocabulário próprio para exercer a comunicação entre si. Além de uma identidade comum, adotam métodos “para lidar com o material: modos de verificar-lhe a origem, a posição, a autenticidade, a fidedignidade” (JENKINS, 2001, p. 46). Para “transformar os vestígios do que outrora foi concreto em ‘pensamento concreto’, ou seja, em relatos dos historiadores” (JENKINS, 2001, p. 46), utilizam os seguintes materiais: publicações de outros historiadores e materiais não-publicados, ou vestígios. Conseqüentemente, o historiador literalmente “re-produz” os vestígios do passado numa nova categoria. E esse ato de “trans-formação” – do passado em história – é o trabalho básico do historiador (JENKINS, 2001, p. 46).

Com essas habilidades postas em prática, a próxima etapa do trabalho do historiador consiste em colocar por escrito a pesquisa realizada. O autor exemplifica algumas

das pressões comuns a que são submetidos no estágio da redação: pressão da família e/ou dos amigos; pressões do local de trabalho; pressões das editoras que ditam regras a respeito da extensão da obra, do formato, do mercado (público infantil, público leigo, especialistas), dos prazos, estilo literário (polêmico, discursivo, exuberante etc.), revisões críticas, reescrita (JENKINS, 2001, p. 48).

O historiador, igualmente como pesquisadores de outros ramos, formula categorias descritivas específicas ao usar ferramentas analíticas e metodológicas para extrair do objeto de estudo as maneiras próprias de lê-lo e falar a seu respeito: o discurso. Em resumo, “o mundo ou o passado sempre nos chega como narrativas e não podemos sair delas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a ‘realidade’” (JENKINS, 2001, p. 48).

Jenkins resume o processo de produção de conhecimento histórico na seguinte expressão:

A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente (e que, em nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos, uma vez colocados em circulação, vêm-se sujeitos a uma série de usos e abusos que são teoricamente infinitos, mas que na realidade correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento e que estruturam e distribuem ao longo de um espectro do tipo dominantes/marginais os significados das histórias produzidas (JENKINS, 2001, p. 52).

Paul Veyne (1998), historiador e professor do *Collège de France*, descreve a faceta que distingue a História de outras formas de literatura:

A história é anedótica. Ela interessa porque narra, assim como o romance. [...] Somente aqui o romance é verdadeiro, o que o dispensa de ser cativante: a história da revolta pode permitir-se ser enfadonha sem, por isso, desvalorizar-se. [...] Conhecemos os paradoxos da individualidade e da autenticidade; para um fanático de Proust, é preciso que a caneta/reliquia utilizada por ele para escrever o *Tempo perdido* seja exatamente a mesma, e não uma outra, exatamente igual, já que fora fabricada em série. [...] Mas o historiador, esse, não é nem um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade (VEYNE, 1998, p. 23).

A verdade a que Veyne se refere está inserida na máxima de que tudo que esteja incluído numa narrativa histórica tenha de fato acontecido, com base em vestígios, sem perder de vista a diferença entre o evento propriamente dito e o que o historiador resgata:

Um evento destaca-se sobre um fundo de uniformidade; é uma diferença, algo que não poderíamos conhecer *a priori*: a história é filha da memória. Os homens nascem, comem e morrem, mas só a história pode informar-nos sobre suas guerras e seus impérios; eles são cruéis e banais, nem totalmente bons, nem totalmente maus; mas a história nos dirá se, numa determinada época, preferiram ter maior lucro por um

tempo mais dilatado a se aposentarem depois de terem feito fortuna [...] (VEYNE, 1998, p. 25).

De Certeau fala da construção do “outro” pelo historiador, alicerçada na História moderna ocidental, elaborada sob a influência da “estrutura própria da cultura ocidental moderna”:

[...] a *inteligibilidade* se instaura numa relação com *o outro*; se desloca (ou ‘progride’) modificando aquilo de que faz seu ‘outro’ – o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro mundo [...] articulando um saber-dizer a respeito daquilo que o outro cala, e garantindo o trabalho interpretativo de uma ciência (‘humana’) (DE CERTEAU, 2008, p. 15, grifo do autor).

Esse cientista é autor de vários ensaios sobre a escrita da História e estuda o processo que defende como sendo a construção do “outro”, como se o “outro” fosse o inverso da imagem que o escritor tem de si mesmo (BURKE, 1997, p. 95).

O ofício do historiador parte do gesto da divisão, da separação. O “tempo” é dividido em presente e passado. Em seguida, ocorre um outro corte, o cronológico, onde o tempo é fatiado em períodos: Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea. O presente é separado do passado e cada tempo novo dá lugar a um discurso que considera morto tudo que o precedeu, assim o corte “é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas)” (DE CERTEAU, 2008, p. 15).

Os elementos do meio ambiente que alcançam o historiador num tempo posterior ao do acontecimento, posto que o fato ocorre no passado e o pesquisador está sempre num tempo presente, se transformam em fontes, ainda que o objeto esteja em um passado recente. No mundo onde vive o historiador, os arquivos têm o seu lugar delimitado:

Os Arquivos compõem o ‘mundo [sic] deste jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, portanto, formalizável. Espaço preciso em todos os sentidos do termo; por minha parte veria aí o equivalente profissionalizado e escriturário daquilo que representam os jogos na experiência comum de todos os povos, quer dizer, das práticas através das quais cada sociedade explícita, miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer (DE CERTEAU, 2008, p. 20).

O historiador se apossa do “documento como sintoma daquilo que produziu” (DE CERTEAU, 2008, p. 23) e se apega a ele, enquanto vestígio dessa produção, em busca de uma “veracidade dos fatos sob a proliferação das ‘lendas’, e, assim, [pretende] instaurar um discurso de acordo com a ‘ordem original’” (DE CERTEAU, 2008, p. 23). Para tanto, a temporalidade se configura numa moldura, e não numa linha, onde o pesquisador busca preencher os espaços vazios.

A fonte é, portanto, um dos elementos-chave no *metier* do historiador e é derivada de outro elemento: o fato. Edward H. Carr (1987) revela a importância dos dois na História Positivista:

O fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrários do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade (CARR, 1987, p. 18).

O fato manifestado nos documentos tornava-se verdadeiro, autêntico, inquestionável. Carr contrapõe esse pensamento:

Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar (CARR, 1987, p. 18).

Além do voluntarismo do produtor do documento, somente a intervenção do historiador, também subjetiva, é que dará significado ao fato tornando-o um “fato histórico”. Carr (1987), metaforicamente, explica como um acontecimento singular entra para a História:

Os fatos na verdade não são como peixes na peixaria. Eles são como peixes nadando livremente num oceano vasto e algumas vezes inacessível; o que o historiador pesca dependerá parcialmente da sorte, mas principalmente da parte do oceano em que ele prefere pescar e do molinete que ele usa – fatores estes que são naturalmente determinados pela qualidade de peixes que ele quer pegar (CARR, 1987, p. 24).

O evento ganha outro significado, passa a ser compreendido como construção histórica onde participam, objetivamente e subjetivamente, quem o produz e quem o seleciona. Ao lado da inovação do pensamento, ocorre um alargamento dos veículos considerados como vestígios da passagem do homem, portanto, novas linguagens²⁶ são abraçadas pelo historiador: fotos, pintura, cinema, literatura, teatro etc. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 19).

Em resumo, o documento não fala mais por si só, depende das perguntas feitas a ele (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 15). Essa visão é produto inserido na linha do tempo da ciência História. De Certeau indica o lugar de origem dessa disciplina, entre os séculos XVI e XVIII, com maior intensidade na França, palco da Revolução Francesa:

[...] os ‘historiógrafos’, freqüentemente juristas e magistrados, junto ao – e a serviço do – príncipe, a partir de um ‘lugar’ privilegiado onde, para a ‘utilidade’ do Estado e do ‘bem público’ devem fazer concordar a veracidade da letra e a eficácia do poder (DE CERTEAU, 2008, p. 18).

Nesse lugar, o historiador se coloca a serviço do poder, como narrador:

²⁶ As autoras definem “linguagem” como “forma de luta e forma de dominação apresentando situações-limite, momentos de tensão e fortes possibilidades críticas” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 19).

Sua própria definição lhe é fornecida por uma razão de Estado: construir um discurso coerente que particularize os ‘golpes’ de que um poder é capaz em função de dados de fato, graças a uma arte de ‘tratar’ os elementos impostos por um ‘meio ambiente’ (DE CERTEAU, 2008, p. 19).

A História, por intermédio do seu objeto: a História Política, passa a ocupar uma posição de ciência estratégica (DE CERTEAU, 2008, p. 19). René Rémond, historiador francês, justifica o exercício da História Política entre os acadêmicos da época:

Durante séculos, a chamada história política – a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ele se concentrava, das revoluções que o transformavam – desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstituir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e, portanto acessíveis em um momento posterior (RÉMOND, 1996, p. 15).

Como conseqüência, o século XIX foi marcado pela História-memória nacional, numa concepção positivista. O Positivismo, de Auguste Comte, caracterizou-se pela busca de elementos que estabelecessem uma cientificidade ao pensamento filosófico. Seus seguidores entendiam que as ciências da natureza buscavam determinar os fatos e, por indução, construir a generalização do fenômeno dando origem a outras leis.

Baseada nessa linha de pensamento surgiu uma nova espécie de historiografia, onde intelectuais, como Hegel, buscavam entender e explicar por meio de leis universais o funcionamento das sociedades e sua evolução no tempo. Desse modo, passaram a colher todos os fatos de que tivessem notícia e, preocupados com a autenticidade e a veracidade desses eventos recolhidos, passaram a identificar o documento escrito oficial como prova histórica (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 76-77). A Diplomática, no papel de disciplina auxiliar, foi largamente utilizada “no plano da crítica externa e interna, com seus métodos rigorosos postos a serviço do ‘estabelecimento dos fatos’” (CARDOSO, 1983, p. 34).

Mas questionamentos de várias vertentes teóricas dão um novo curso para a História. O Marxismo e a Escola dos *Annales* são considerados os movimentos mais representativos da historiografia (CARDOSO, 1983, p. 34). Pela maior aderência com a nossa pesquisa, daremos destaque à Escola dos *Annales*, fundada no início do século XX. A partir desse movimento científico, a disciplina passa a ter sua própria divisão: a História tradicional ou velha história e a Nova História ou História-problema.

Veyne encontra palavras apropriadas para definir o papel da Escola dos *Annales* na construção da Nova História:

Podemos, quando muito, constatar que o gênero histórico, que tem variado muito no decorrer da sua evolução, tende, desde Voltaire, a ampliar-se cada vez mais; como

um rio em região muito plana, expande-se amplamente e muda facilmente de curso. Os historiadores acabaram por erigir em doutrina essa espécie de imperialismo; recorrem a uma metáfora florestal e não fluvial; afirmam, por palavras ou atos, que a história, tal como é escrita em qualquer época, não passa de uma clareira no meio da imensa floresta que lhes pertence, de direito, por inteiro. Na França, a *École des Annales*, reunida em torno da revista fundada por Marc Bloch, dedicou-se ao desmatamento das zonas vizinhas a essa clareira de acordo com esses pioneiros, a historiografia tradicional estudava, com demasiada exclusividade, os grandes eventos desde sempre reconhecidos como tal; fazia ‘história-tratados-e-batalhas’, mas restava desdobrar uma imensa extensão de ‘não-factual’, cujos limites nem mesmo avistamos; o não-factual são os eventos ainda não consagrados como tais: a história das localidades, das mentalidades, da loucura ou da procura da segurança através dos tempos. [...] a escola e suas idéias provaram, suficientemente, a sua fecundidade (VEYNE, 1998, p. 28).

A Escola dos *Annales* teve origem em 1929, num movimento de insatisfação contra o modo convencional positivista que os historiadores utilizavam para narrar a História Política, utilizando-se de análises superficiais, onde situações históricas complexas eram convertidas em “simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, aquém e além dele, se situavam campos de forças estruturais” que lhe forneciam densidade e profundidade (BURKE, 1997, p. 7). Marc Bloch e Lucien Febvre são os idealizadores desse movimento, no gesto de fundação da revista *Annales*, com o propósito maior de promover uma liderança intelectual nos campos da História Social e Econômica, como espaço para a discussão interdisciplinar com geógrafos, sociólogos e outros cientistas sociais.

Peter Burke (1997, p. 17) denomina a Escola dos *Annales* de “Revolução Francesa da historiografia”. Em sua obra de construção crítica sobre o movimento, Burke distingue três fases. Entre 1920 e 1945 a Escola esteve sob o comando dos fundadores Bloch e Febvre e se caracterizou pela oposição radical à História tradicional²⁷, dedicada à narração de acontecimentos políticos e militares. No período foram introduzidas a Geografia Histórica, a História Econômica, a História Social, manifestando a defesa por uma “história total que aborde os grupos humanos sob todos os seus aspectos e para isso ampliam a noção de documento. Para Febvre, a História se faz ‘com tudo o que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem [...]’” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 75).

Entre 1945 e 1968 a Escola dos *Annales* se aproximou do perfil de uma escola científica, com conceitos e método inovador. O ápice encontra representação na tese de Fernand Braudel, intitulada *O Mediterrâneo e Felipe II*, defendida em 1947 e publicada em 1949. A obra, em três tomos, revela um estudo profundo sobre a região mediterrânea no século XVI com a descrição de dados climatológicos e geográficos, econômicos e sociais

²⁷ As críticas à história política tiveram início por volta de 1900 (BURKE, 1997, p. 20).

(BURKE, 1997, p. 47). Essa obra semeou novas perspectivas: “O Mediterrâneo torna seus leitores conscientes da importância do espaço na História. Braudel consegue isso fazendo do mar o herói de seu épico, e não uma unidade política como o Império Espanhol, deixando abandonada uma personagem como Felipe II” (BURKE, 1997, p. 54). Foi ele também o mentor da “teoria dos três níveis – longa duração, média duração e curta duração” (FERREIRA, 1992, p. 266).

Ainda na segunda fase, entre 1950 e 1970, nascem outras tendências. A História Quantitativa, baseada em métodos estatísticos, surgiu da observação dos fenômenos econômicos e passou a ser útil nos estudos sociais, fazendo surgir análises como “história demográfica”, “história cultural”, “história regional” e “história serial²⁸”.

Além dos idealizadores da revista e Fernand Braudel, nomes como Jacques Revel, Ernest Labrousse, André Burguière, Jacques Le Goff, Roger Chartier, François Furet participaram da realização desse projeto (BURKE, 1997).

Roper (1989/1990), ao analisar o cenário de possibilidades proposto pela Nova História, argumenta:

No entanto, a generalização dessa abordagem tem originado especialidades como a demografia histórica, onde dados básicos sobre populações humanas – registros de nascimentos e batismos, casamentos, mortes e funerais – são utilizados para produzir informações genéricas sobre tópicos como fertilidade, expectativa de vida, idade de casamento [...]

Talvez não seja injusto afirmar que o ímpeto real para o desenvolvimento da ‘história nova’ surgiu da adaptação dos métodos estatísticos cada vez mais sofisticados dos economistas e cientistas sociais na tentativa de quantificar (daí a expressão ‘história quantitativa’) e analisar, normalmente com a ajuda do computador, o grande volume de dados econômicos, sociais e políticos do passado (ROPER, 1989/1990, p. 93).

A herança da Escola dos *Annales* para a História se resume nas palavras de Burke (1997):

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia (BURKE, 1997, p. 126).

O caminhar da disciplina e as suas manifestações no fazer cotidiano do pesquisador são percebidos por Paul Veyne (1998):

²⁸ Utiliza como metodologia a análise de fontes homogêneas, que permitem serem arrolados em séries de longa duração, como tendência de preços e taxas de natalidade ou mortalidade (BURKE, 1997, p. 73).

Assim, os historiadores, em cada época, têm a liberdade de recortar a história a seu modo (em história política, erudição, biografia, etnologia, sociologia, história natural), pois a história não possui articulação natural. Este é o momento de fazer a distinção entre o ‘campo’ dos eventos históricos e a história como gênero, com as diferentes maneiras com que foi concebida através dos séculos; pois, nos seus sucessivos avatares, o gênero histórico conheceu uma extensão variável e, em certas épocas, partilhou o seu domínio com outros gêneros, história das viagens, ou sociologia. Distingamos, então, o campo episódico, que é o domínio virtual do gênero histórico, e o reino de extensão variável que esse gênero recortou, para ele próprio, nesse domínio, através dos tempos. O antigo oriente tinha as suas linhas de reis e os seus anais dinásticos; com Heródoto, a história é política e militar, pelo menos, em princípio; conta as façanhas dos gregos e dos bárbaros; contudo, o viajante Heródoto não a separa de uma espécie de etnografia histórica. Hoje em dia, a história anexou a demografia, a economia, a sociedade, as mentalidades, e aspira a tornar-se ‘história total’, a reinar sobre todo o seu domínio virtual. Uma continuidade enganadora se estabelece, a nossos olhos, entre esses reinos sucessivos; donde a ficção de um gênero em evolução, cuja continuidade é assegurada pela própria palavra ‘história’ (mas julga-se que a sociologia e a etnografia devem ser colocadas à parte) e pelo fato de a capital permanecer a mesma, ou seja, a história política: contudo, atualmente, o papel de capital tende a passar para a história social ou para o que chamamos a civilização (VEYNE, 1998, p. 28).

Por conseguinte, percebe-se que a História adotou o contexto das ciências sociais em substituição às metodologias das ciências naturais (REIS, 2000 apud RAMOS; BURITI; ARANHA, 2007, p. 2). Inclusive, adotou procedimentos metodológicos, a exemplo da história oral utilizada pela Sociologia, na possibilidade de exercer o estudo da história construída no tempo presente.

No final dos anos 1960, o movimento demonstra uma grande fragmentação passando a ser alvo de críticas por ter promovido o afastamento da História Política e da história dos eventos (BURKE, 1997, p. 13). Em prol do “renascimento da história política”, René Rémond apresenta o favorecimento circunstancial para essa virada: “as transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político, e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica” (FERREIRA, 1992, p. 266).

As várias crises econômicas vividas no período puseram em dúvida os mecanismos liberais em vigor e suscitaram a intervenção do Estado. Até então, a História concebia a economia como condutora da política. Entretanto, com o desenvolvimento das políticas públicas, passou-se a constatar que a relação entre economia e política não se dava em uma única via. Assim, tanto a economia tinha poder para ditar os rumos da política, como esta também possuía autoridade capaz de modificar o curso da economia (FERREIRA, 1992, p. 266).

O alargamento da competência do Estado deu origem a novos objetos de estudo no meio científico. Rémond afirma:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a

saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política (RÉMOND, 1996, p. 24).

Esse novo contexto suscitou abordagens sobre os acontecimentos de forma mais profunda e próxima da realidade dos fatos coletivos. Não poderia se limitar à superficialidade de uma história vista de cima, tornando-se imperativo o estudo pelo viés da manifestação do povo na relação com o Estado.

No interior da ciência, as críticas da Nova História à tradicional História Política provocaram um efeito contrário: despertaram a curiosidade e a necessidade de revisitar os renomados autores do passado que elaboraram a História Política. Paralelamente, o contato promovido pelos *Annales* com outras disciplinas, como a Sociologia, a Lingüística e a Antropologia, incrementou as metodologias e a construção de novas problemáticas, citando como exemplo os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, mídia e relações internacionais (FERREIRA, 1992, p. 267).

Ao mesmo tempo, Rémond rebateu a crítica à incapacidade da História Política de comprovar informações por métodos estatísticos. O historiador utilizou-se da realidade atual em que grandes volumes documentais são gerados nos recenseamentos e nas disputas eleitorais, constituindo-se em elaboradas matérias para uso em pesquisa (RÉMOND, 1996, p. 34).

Outro ponto de discussão referia-se à tendência factual da História Política tradicional, cuja narrativa linear prendia-se a datas e eventos inseridos na perspectiva da curta duração. Segundo Rémond a oposição ignorava a pluralidade dos ritmos que caracterizam a História Política:

Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência de partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração (RÉMOND, 1996, p. 34-35).

As características atuais da nova História Política baseiam-se na articulação entre acontecimentos e estruturas. Segundo Burke (1992 apud FERREIRA, 1992, p. 271), a narrativa dessa nova tendência deve ser “densa o bastante para lidar não apenas com a seqüência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas-instituições, os modos de pensar”.

A historiadora Marieta Ferreira revela que o renascimento da História Política ocorreu em maior escala na Europa, mas no Brasil ainda “paira uma certa desconfiança e desprezo sobre aqueles que se definem como historiadores do político” (FERREIRA, 1992, p. 271).

Cardoso e Vainfas (1997 apud BONATO, 2004, p. 87) delimitam os domínios atuais da disciplina no campo acadêmico em três perspectivas, onde se percebe a pluralidade e o alargamento do horizonte teórico-metodológico alcançado:

- territórios do historiador (áreas e fronteiras): História Econômica, História Social, História e Poder, História das Idéias, História das Mentalidades e História Cultural;
- campos de investigação: linha agrária, história urbana, história das paisagens, história empresarial, história da família e demografia histórica, história do cotidiano e da vida privada, história das mulheres, história da sexualidade, história e etnia, história das religiões e religiosidade;
- modelos teóricos e novos instrumentos metodológicos: história e modelos, história e análise de textos, história e imagem (fotografia e cinema), história e informática (uso e influência da tecnologia).

Por fim, qual a melhor forma de expressão: “História” ou “história”? Claro está que o termo é polissêmico, portanto, seguindo a regra ortográfica da língua portuguesa e a orientação de Cardoso (1983, p. 26), utilizaremos “História” para designar a ciência e a disciplina acadêmica, ou seja, “a História que fazem os historiadores, o conhecimento de uma matéria” (CARDOSO, 1983, p. 26). As subdisciplinas também seguem a mesma linha e serão grafadas com iniciais em maiúscula, tomando como exemplo a História Antiga, História do Brasil, História da América, História das Mentalidades, História Política, História Demográfica etc. Utilizaremos a grafia “história” para indicar “a história que fazem os homens na sua prática social (a matéria daquele conhecimento)” (CARDOSO, 1983, p. 26).

3 O AMBIENTE DA PRODUÇÃO HISTÓRICA – O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

3.1 A pós-graduação no Brasil

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em História foram criados nas universidades brasileiras a partir dos anos 1970. Para percorrer suas trajetórias foram utilizados dois trabalhos realizados pelos pesquisadores Carlos Fico e Ronald Polito. O primeiro deles foi publicado em 1992 e o segundo em 1996. As pesquisas foram realizadas no Centro Nacional de Referência Historiográfica (CNRH)²⁹, da Universidade Federal de Ouro Preto.

A primeira pesquisa citada abarcou a análise do contexto econômico, político, social e cultural do Brasil nas décadas de 1970 a 1990, com o seguinte objetivo:

[...] avaliar o movimento historiográfico, como a dinâmica editorial, a criação de revistas, o montante de verbas para pesquisa, os eventos realizados, as instituições criadas, as linhas de pesquisa privilegiadas pelas pós-graduações, as efemérides comemoradas no período e as modas teóricas (FICO; POLITO, 1992, p. 19).

A história da pós-graduação brasileira aponta a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) como as precursoras dos cursos de mestrado em História. Ambas adotaram linhas bastante amplas de interesse para pesquisa, oferecendo uma gama de oportunidade aos historiadores formados nos cursos de graduação do país, interessados em ampliar a formação acadêmica.

Por terem sido as primeiras, a USP (1971) e a UFF (1972) influenciaram a criação e configuração dos demais programas de pós-graduação em instituições públicas de ensino superior brasileiras, conforme exposto no Quadro 2:

²⁹ O CNRH, criado em 1993 pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), surgiu do estudo pioneiro dos historiadores Carlos Fico e Ronald Polito²⁹ sobre a produção dos programas de pós-graduação, relativa ao período 1970-1989.

Período de criação	Mestrado	Doutorado
1971 a 1974	USP, UFF, UFPR, PUC-SP, UFG, PUC-RS, FFCLSCJ, UFPE	USP
1975 a 1979	UFSC, UnB, UNICAMP, UFRJ	-
1980 a 1989	UNESP/Assis, UNESP/Franca, UFRGS, UNISINOS, PUC-RJ	UFPR, UFF, UNICAMP, PUC-RS

Quadro 2 – Cursos de pós-graduação em História, criados em universidades públicas entre 1970 e 1989

Fonte: elaboração própria, com base em FICO; POLITO, 1992.

Entre 1970 e 1989, 17 universidades passaram a oferecer cursos de mestrado em História. Apenas a USP implantou os cursos de mestrado e doutorado em 1971. As demais instituições começaram com mestrado e no fim dos anos 1980, cinco universidades das regiões Sul e Sudeste haviam instalado o curso de doutorado.

A década de 1980 é considerada marco na consolidação da pós-graduação em História, por ter presenciado a proliferação dos cursos de doutorado, o aumento do número de periódicos científicos e um maior interesse da sociedade pelos temas históricos (FICO; POLITO, 1992, p. 21). O estabelecimento dos cursos de doutorado coroou o imperativo de profissionalização da área, pois, segundo a pesquisa do CNRH:

[...] a produção do conhecimento histórico no Brasil, atingiu, nos anos 80, um patamar de maior complexidade que vem a configurar uma efetiva especialização deste campo do conhecimento no país. Com isto se quer dizer que tal produção se dá abordando uma pluralidade de temas, enfoques teóricos e procedimentos metodológicos muito grandes, notadamente em comparação com os anos anteriores ao período desta pesquisa (FICO; POLITO, 1992, p. 20-21).

A intensificação das linhas com ênfase na teoria, na metodologia e na historiografia demonstrou amadurecimento da área e adoção de “modelos teóricos e novos instrumentos metodológicos” (CARDOSO; VAINFAS, 1997 apud BONATO, 2004, p. 87).

No quesito da produção intelectual, as abordagens mais comuns na década de 1980 estiveram inseridas em História Econômica e História Demográfica. Na década seguinte, já eram perceptíveis o declínio dessas abordagens e a abertura de espaço para novas modalidades, a exemplo das Biografias. Ao mesmo tempo foi observado o alargamento das abordagens sócio-econômicas, em detrimento da política, e a consolidação da História Social:

Há uma especialidade que apresenta um comportamento específico: a história política, muitas vezes associada com a dimensão mais factual e descritiva da história, embora venha declinando, persiste como opção sempre privilegiada e também presente em 1995 (FICO; POLITO, 1996, p. 4, grifo nosso).

Do ponto de vista das subdisciplinas da História, os autores chegaram às seguintes conclusões sobre a produção nos anos 1970-1980:

[...] a dominância nestes cursos é a pesquisa em História do Brasil, como não poderia deixar de ser. E, no que se refere às suas áreas de concentração, a tônica é dada pela História Social e Econômica, vindo em segundo plano a História Demográfica e da Cultura. Quanto às linhas de pesquisa, predominam os enfoques regionais. Embora possa-se questionar a inexistência de linhas de pesquisa que, tal como na pós-graduação em História de outros países, poderiam estar presentes [...] o fato é que também no Brasil, se verifica um movimento comum na dinâmica da pesquisa histórica no mundo ocidental: o desenvolvimento das abordagens sócio-econômicas (em detrimento das políticas) e a consolidação do predomínio da História Social (FICO; POLITO, 1992, p. 33-34).

A História do Brasil ocupou a maior parte das pesquisas: 75,0% nos anos 1970 e 85,0% nos anos 1980. Com relação aos marcos de periodização da história brasileira (Brasil Colônia, Império e República), os temas mais abordados até 1973 versavam sobre o período colonial e, num *continuum*, entre 1973 e 1979, os trabalhos acerca do período imperial alcançaram 40,9% e o republicano atingiu 46,0% (FICO; POLITO, 1992, p. 48).

Os trabalhos defendidos em 1995 contemplaram preferencialmente o período republicano, confirmando a tendência aos estudos focados em problemas cada vez mais recentes. Assim, foram defendidas no período, 21 dissertações e 3 teses sobre Brasil Colônia, contra, respectivamente, 108 e 20 focadas no regime republicano (FICO; POLITO, 1996, p. 5).

Acredita-se que, conforme ocorreram com os períodos macros, os estudos caminham no sentido do esgotamento ou desinteresse pelos primeiros períodos da República (República Velha, República Nova, Período Desenvolvimentista), com tendência a concentrarem-se nos temas envolvendo o Regime Militar Brasileiro pós-1964.

Esses dados confirmam as assertivas de Roper (1989/1990), Duchein (1983) e Rodrigues (1989/1990), citados anteriormente nas questões de acesso aos arquivos, quanto às evidências do aumento de estudos de História Contemporânea, a partir da década de 1950. Segundo os autores, a tendência às pesquisas voltadas para acontecimentos cada vez mais recentes exigia a redução dos prazos de sigilo dos arquivos.

A modalidade de história regional, que teoricamente busca uma “articulação entre as dimensões espaciais e temporais” (FICO; POLITO, 1996, p. 6) foi bastante utilizada nos anos 1980, porém diminuíram na década seguinte, provavelmente por não conseguirem alcançar as potencialidades da proposta teórico-metodológica.

Quanto à influência da Escola dos *Annales* no Brasil, os autores concordaram com a constatação de Burke (1997, p. 115), citado anteriormente, a respeito do pequeno

aproveitamento da tradição dos *Annales* em outras partes do mundo, como Ásia, América, África etc.:

Se pensarmos em termos de abordagens ‘tradicionais’ e ‘renovadoras’, cabe destacar, igualmente, a situação do que se convencionou chamar de nova história. São poucos os trabalhos que se poderia classificar estritamente desta forma, que abordem, por exemplo, os temas ‘clássicos’ da *Nouvelle Histoire* francesa, como sexualidade e magia. Entretanto, é muito grande o poder de renovação desta tendência, que se expressa, muitas vezes, através da utilização de um jargão próprio sem que, entretanto, isto signifique uma adesão radical à crítica antiteoricista ou a escaninhos teórico conceituais comuns à nova história. Assim como a expressão ‘classe social’ marcou a historiografia brasileira numa época de prestígio acadêmico do marxismo, hoje é praticamente impossível não encontrar um vocabulário marcado pelas noções algo vagas de ‘imaginário’, ‘representações’, ‘práticas’, ‘memória’ etc., ou pela valorização da idéia de cotidiano, suas ‘tramas’ e ‘tensões’ (FICO; POLITO, 1996, p. 4).

Ao analisar a historiografia sob a perspectiva da Nova História, os pesquisadores constataram que poucos foram os trabalhos voltados para temas clássicos dessa linha como a sexualidade e a magia (FICO; POLITO, 1996, p. 4-5).

Outro aspecto sintomático e de grande relevância para a historiografia brasileira reside na influência dos acadêmicos norte-americanos dedicados ao estudo do Brasil, denominados *brasilianistas*. O termo *brasilianista*³⁰ possui duas origens: nos Estados Unidos, foi utilizado de maneira informal, para se referir aos especialistas em assuntos brasileiros pertencentes à *Latin American Studies Association* (LASA); no Brasil foi introduzido por Francisco de Assis Barbosa em sua apresentação sobre o livro *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*, de Thomas Skidmore, para designar a especialização de acadêmicos financiados por instituições norte-americanas para se dedicar a estudos sobre o Brasil (BAPTISTA JUNIOR, s.d., p. 68).

Nos anos 1960, historiadores norte-americanos teceram pesquisas exploratórias sobre as tendências políticas dos países da América. A presença desses estrangeiros nas universidades do Brasil conduziu a abertura de uma área de concentração sobre a História das Américas. A UFF foi a primeira a implantá-la (1972), sendo seguida pela PUC-SP, PUC-RS, UFSC e UNESP/Assis. Contudo, a grande inserção no biênio 1970-1980 não teve continuidade e ao final do período restavam apenas na UNESP (Franca), UFRGS e UNISINOS, passando a ser considerada pela CAPES uma área de estudos carente (FICO; POLITO, 1992, p. 35).

³⁰ Genericamente, o termo *brasilianista* se aplica a qualquer estrangeiro que se dedique ao estudo sobre qualquer aspecto do Brasil. No contexto da pesquisa, estamos focalizando o grupo de estudiosos financiados pelos Estados Unidos e enviados ao Brasil para pesquisá-lo.

Em relação à produção científica brasileira, entre 1973 e 1995 foram defendidas 1.335 dissertações e 379 teses. No final da década de 1980, a avaliação da CAPES para os 17 cursos de mestrado existentes mostrou um cenário de notas medianas: cinco receberam notas A e A-; oito receberam notas B e B-; dois receberam notas C; e duas instituições não informaram suas notas (FOLHA DE S. PAULO, 24/6/91 apud FICO; POLITO, 1992, p. 40).

Quanto ao tempo decorrido entre o ingresso do pós-graduando e a obtenção do título de mestre, os números não foram positivos, chegando-se à média de cinco anos e oito meses para a década de 1980. No caso dos doutorados, o tempo dedicado às pesquisas variou entre seis anos e cinco meses nas 165 pesquisas defendidas na USP. As causas apontadas para a demora na conclusão das pesquisas foram: despreparo dos mestrandos, decorrente de uma graduação voltada para a formação de professores e não de pesquisadores; baixo valor das bolsas de estudo, obrigando pesquisadores a dividirem o tempo com alguma atividade remunerada; exigência curricular de freqüentar várias disciplinas; e a dimensão dos relatórios finais, posto que num universo de 665 dissertações, 267 (40,2%) ultrapassaram 200 páginas (FICO; POLITO, 1992, p. 46-47).

Quanto aos gêneros, a presença de orientadores do sexo masculino se sobrepôs ao feminino nos anos 1970, mas na década seguinte houve um equilíbrio com a entrada de mulheres nos cursos de pós-graduação (FICO; POLITO, 1992, p. 48-50).

No campo editorial, o aumento de periódicos, de material de divulgação e de instrumentos de pesquisa foi considerado ponto positivo. A “proliferação de núcleos, centros e laboratórios de pesquisa e documentação” (FICO; POLITO, 1992, p. 39) também contribuiu para um maior intercâmbio entre pesquisadores e a concentração de material indispensável à pesquisa: “equipamentos audiovisuais, obras de referência e fundos documentais públicos e privados” (FICO; POLITO, 1992, p. 39).

Sobre os materiais de pesquisa, a aceitação de fontes registradas em suportes variados fez extrapolar também os espaços antes reconhecidos unanimemente como “lugares de memória”, enfim, a fonte passou a ser coletada em toda parte, não apenas em arquivos e bibliotecas.

A variedade da historiografia brasileira cada dia mais vem aceitando abordagens quase ilimitadas, em razão do número de cursos de pós-graduação, da profissionalização do historiador e das mudanças historiográficas verificadas principalmente na segunda metade do século XX. A fragmentação que se instituiu a partir de 1968 na Nova História tem encontrado aderência nos trabalhos acadêmicos. Assim, há pesquisadores

alinhados com o movimento da Nova História, os que seguem a tendência da História Quantitativa, e os que defendem a importância da História Política.

3.2 O caminho trilhado pelo historiador do PPGHIS/UnB

É neste momento [da escrita] em que tecemos a história, que costuramos historiografia, documentos e teoria. Que sonhamos e imaginamos passados, que fabricamos ligações, sentidos, analogias, que, por fim, concretizamos nosso ofício. Tarefa árdua, convenhamos, mas de certa maneira necessária (SILVA, 2006, p. 6)³¹.

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) foi instalado no Departamento de História em 1976 com a oferta do curso de mestrado. Quase vinte anos mais tarde, em 1994, passou a oferecer também o curso de doutorado. Seus objetivos atuais, expressos no portal institucional, são os seguintes:

O programa de Pós-Graduação em História, composto pelos cursos de mestrado e doutorado, tem por finalidade formar docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível, ligados ao campo da História, destinados a atuarem no ensino superior, instituições pública [sic.] e privadas, organismos sociais e empresariais e onde mais seja necessário o conhecimento histórico (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2007, p. 1).

Em 2006, o Programa completou trinta anos de existência e foi homenageado com uma pesquisa reflexiva sobre a sua historicidade. A produção acadêmica (1976-2006) foi dissecada e os dados dela retirados foram inseridos em um banco informatizado, tornando-se fonte para acompanhamento das tendências do PPGHIS/UnB e para a produção de estudos e análises (MUNIZ; SALES, 2007, p. 15).

Para acompanhar o caminho trilhado pelo PPGHIS/UnB, fizemos uso de artigo publicado por Muniz e Sales (2007), de contatos informais com docentes, da relação de teses e dissertações, do portal institucional e de currículos disponíveis no Sistema de *Currículos Lattes* do CNPq. No estabelecimento do perfil do historiador, foram buscados, inicialmente, os elementos conjunturais que contribuíram para o seu delineamento e, num segundo passo, realizado um contato mais direto com alguns deles, com aplicação de questionário. Paralelamente foram lidas as teses e dissertações produzidas entre 1994 e 2006. O material foi localizado no portal institucional do Programa e na Biblioteca Central da UnB (BCE/UnB).

Dessa forma, o estabelecimento das circunstâncias que definiram o PPGHIS/UnB foram divididas em quatro partes:

³¹ Dissertação de Paulo Thiago Santos Gonçalves da Silva. **Entre a cor e o sentimento**, um certo instinto de nacionalidade. PPGHIS/UnB; 2006.

- aspectos conjunturais e a pesquisa científica;
- perfil do historiador e interação com o Arquivo Nacional;
- delimitações da produção acadêmica – o enfoque na História Política, abrangências geográficas das pesquisas, delimitações temporais e fontes utilizadas.

3.2.1 Aspectos conjunturais e a pesquisa científica

O curso de pós-graduação em História da UnB atraiu, desde a sua criação, profissionais graduados em História e aspirantes ao aperfeiçoamento intelectual. Boa parte deles se encontrava exercendo o magistério em Brasília, nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, neste último caso em instituições privadas. Com a obtenção do título de mestre, esses professores estariam aptos a concorrer a vagas no Departamento de História e melhorar o *status* acadêmico.

De fato, hoje, 11 (47,8%) dos 23 professores lotados no Departamento de História passaram pela pós-graduação do PPGHIS/UnB (Quadro 3).

Professores/ano de defesa	M	D	Instituição de ensino onde atuaram		
			CEUB	UPIS	SE/GDF
Maria Eurydice Ribeiro (1979)	X		X	-	-
Diva Muniz (1985)	X		X	-	X
Vanessa Brasil (1985)	X		X	-	-
Celso Fonseca (1987)	X		X	-	-
Ione de Fátima Oliveira (1988)	X		X	-	-
Antônio José Barbosa (1989/2000)	X	X	-	-	-
Francisco Fernando M. Doratioto (1989/1997)	X	X	X	X	-
Dinair da Silva (1992/1997)	X	X	X	X	-
Eleonora Zicari de Brito (1992/2001)	X	X	X	-	-
Sônia Maria Siqueira de Lacerda (2001)		X	-	-	-
Teresa Cristina de N. Marques (2003)		X	-	X	-

Quadro 3 – Professores do Departamento de História, que atuavam em outras instituições de ensino em Brasília antes de cursarem mestrado e/ou doutorado no PPGHIS/UnB

Fonte: elaboração própria, com base no portal institucional do PPGHIS/UnB e no currículo do Sistema de Currículos Lattes do CNPq.

Dos 11 professores, 8 (72,7%) atuaram no Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e 2 lecionaram em mais de um estabelecimento. Vale lembrar que o CEUB e

a UPIS eram as únicas instituições privadas de ensino superior existentes em Brasília até meados de 1990.

Outro elemento conjuntural entrou em cena na segunda metade dos anos 1990. No período do Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o Ministério da Educação comandou o projeto de ampliação da rede privada de ensino superior com a proposta de aumentar o quantitativo de cidadãos brasileiros com diploma de graduação. Conseqüentemente, as instituições de ensino superior foram incentivadas a contribuir com tal política, cujo sintoma imediato foi o aumento da demanda por professores com diploma de pós-graduação.

Esse novo pleito encontrou o PPGHIS/UnB em processo de revitalização. Diante do desafio de formar docentes, pesquisadores e profissionais para atuarem principalmente no mercado de ensino superior, o Programa adotou como medidas de solução a ampliação dos temas das áreas de concentração e a instalação do doutorado a partir de 1994.

Numa visão panorâmica, as mudanças e revisões mais marcantes do Programa ao longo de sua existência se resumem a três: a criação do curso de doutorado entre 1993-1994 e as reestruturações temáticas formalizadas em 1994 e em 2003, que “Traduzem, assim, os redirecionamentos teórico-metodológicos, epistemológicos, institucionais e políticos” (MUNIZ; SALES, 2007, p. 15) surgidos de demandas internas e externas, tais como: exigências da própria disciplina, avanços praticados nas pesquisas e orientações, diversidade do corpo docente, diretrizes governamentais, normas institucionais, interesses dos docentes e discentes e necessidades do mercado (MUNIZ; SALES, 2007, p. 16).

Para Fico e Polito, esse comportamento, verificado também em nível nacional, não se configura em fragilidade:

Há, afinal, uma boa mobilidade no que se refere ao predomínio de temáticas, enfoques, orientações metodológicas e teóricas. Ora, isto não é uma fragilidade da área, mas uma de suas riquezas: a multiplicidade e constante renovação dos enfoques, o contato com tendências estrangeiras que acabam por ser absorvidas e recriadas, as questões do presente inspirando novas reflexões sobre o passado (FICO; POLITO, 1995, p. 3).

As reformas pelas quais passaram o PPGHIS/UnB atestam a consonância com os rumos da pós-graduação no Brasil, conforme pode ser verificado nas áreas de concentração criadas e renovadas no percurso estudado (Quadro 4).

Período	Áreas de concentração
1976-1994	História Política do Brasil História das Relações Exteriores do Brasil
1994-2003*	História das Relações Internacionais História Social e das Idéias História: Discurso, Imaginário e Cotidiano
2003-2006	História Social História Cultural Estudos Feministas e de Gênero História das Idéias e Historiografia

Quadro 4 – Organização do PPGHIS/UnB por área de concentração entre 1976 e 2006

Fonte: Elaboração própria, com base no sítio do PPGHIS/UnB.

*Nesse período as “áreas de concentração” foram denominadas “linhas de pesquisa”.

O primeiro momento (1976-1994) focou a História do Brasil com duas vertentes: a construção da História Política brasileira e de suas relações internacionais. Ao avaliar o desempenho dessas áreas, o historiador da UnB, José Flávio Saraiva, destaca a consolidação da História das Relações Exteriores do Brasil:

A segunda área, especialmente adquiriu extrema solidez e manteve constante atualização. Liderada por Amado Luiz Cervo, esta área foi a única a continuar no Brasil os desenvolvimentos dos historiadores das relações internacionais que haviam construído objeto específico de estudos desde os anos trinta (SARAIVA, 1996 apud MUNIZ; SALES, 2007, p. 19).

Enquanto essa se demarcava, a área História Política do Brasil expandia-se e passava a absorver novos temas, objetos, perspectivas teóricas e metodológicas. Assim, no período subsequente (1994-2003), foi desmembrada em “História Social e das Idéias” e “História: Discurso, Imaginário e Cotidiano”. Para alguns historiadores esse movimento não se traduziu em avanço:

O alargamento era visto menos como revigoração e mais como diluição e perda de identidade como área de especialização. Nessa leitura, a História Política tornara-se desfigurada, imprecisa e descaracterizada porque sintonizada com a ampliação do conceito de política e com os incontornáveis diálogos com outros campos disciplinares, bem como com áreas/sub-áreas do campo disciplinar da História (MUNIZ; SALES, 2007, p. 19).

Na reformulação de 2003, uma reivindicação dos Departamentos de Relações Internacionais e de História foi atendida: a criação do Instituto de Relações Internacionais (iREL). Os docentes e as pesquisas em andamento na área de concentração História das Relações Internacionais do PPGHIS/UnB foram transferidos para o novo Instituto.

A mesma reforma também teve por motivação a busca por um alinhamento com a tendência acadêmica mundial. Deste modo, a “História das Idéias” associou-se à “Historiografia” deixando a “História Social” numa posição de relevo. A área História: Discurso, Imaginário e Cotidiano foi substituída por “História Cultural” e “Estudos Feministas e de Gênero”.

Os resultados de todas as transformações ocorridas estão refletidos no conjunto da produção acadêmica, cujo quantitativo encontra-se na Tabela 1:

Tabela 1 – Quantitativo de dissertações e teses defendidas no PPGHIS/UnB entre 1976-2006

<i>Ano/período</i>	<i>Dissertações</i>	<i>Teses</i>
1976-1994	87	0*
1995-2003	112*	42
2004-2006	57	32
Total	256	74
<i>Total geral</i>	<i>330</i>	

Fonte: Elaboração própria, com base no Catálogo de Teses e Dissertações do PPGHIS/UnB, 2008.

* O doutorado foi criado em 1994, por isso não houve nenhuma defesa de tese no período.

** Em 2002 foram aprovadas 14 dissertações de estudantes da UEG, resultante do Mestrado Interinstitucional em História firmado entre as duas instituições.

A trajetória do Programa não difere da configuração nacional explicitada nos estudos historiográficos de Fico e Polito. As áreas de concentração guardam, no entanto, uma convergência com as possibilidades de pesquisa na capital federal. Ou seja, elas propiciam estudos voltados para o político nacional tendo como incentivos a proximidade geográfica e a possibilidade de diálogo com órgãos de governo, especialmente o Itamaraty e embaixadas estrangeiras.

3.2.2 Perfil do historiador

Para melhor compreensão da presença do historiador do PPGHIS/UnB na COREG/AN, procurou-se olhar de perto como este usuário potencial atua. Foram mantidos contatos com os professores e alunos no segundo semestre de 2008, onde encontramos um universo estratificado de 139 pessoas, composto por 23 professores efetivos, 51 alunos de mestrado, 63 alunos de doutorado e 2 alunos de pós-graduação em Educação/UnB, que

estavam cursando disciplinas da História. A adesão à nossa pesquisa em relação à população foi representada na Tabela 2.

Tabela 2 – Composição da população investigada e quantidade de adesões

<i>Grupos componentes</i>	<i>População</i>	<i>Adesão n (%)</i>	
professores	23	11	(48,0)
alunos de mestrado*	51	28	(55,0)
alunos de doutorado**	63	15	(24,0)
outros***	2	2	(100,0)
Total	139	56	(40,3)

Fonte: Elaboração própria.

* Incluindo sete alunos especiais inscritos na seleção de mestrado para 2009.

** Incluindo um aluno especial inscrito na seleção de doutorado para 2009.

*** Alunos vinculados ao Mestrado em Educação.

Três foram os procedimentos de aplicação dos questionários, conforme detalhamento abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Resultados das formas de aplicação do questionário

<i>Grupo alvo</i>	<i>Forma de aplicação do questionário</i>	<i>Questionário aplicado</i>	<i>Respostas n (%)</i>
alunos	Presencial (em sala de aula)	33	33 (100,0)
alunos	Remota (por correio eletrônico)	83	12 (14,5)
professores	Depositado nos escaninhos	23	11 (48,0)
Total		139	56 (40,3)

Fonte: Elaboração própria.

A forma de aplicação mais bem sucedida foi a presencial, que contou com a participação dos 33 (100,0%) alunos presentes nas salas de aula nos dias em que ocorreram as visitas. Dos questionários colocados nos escaninhos dos professores, 48,0% retornaram preenchidos. Essa forma favoreceu, em alguns casos, o contato presencial com o participante e contou com o auxílio da secretária do Departamento de História, a qual nos intermediou no incentivo aos professores para o preenchimento das fichas. As respostas aos questionários enviados por correio eletrônico ficaram em último lugar com 12 participações (14,5%), após duas tentativas. Foi imputado a esta última forma de aplicação o encargo pela baixa participação dos alunos. Pode-se concluir que apesar de a Internet ser considerada um meio de comunicação eficiente, os contatados não demonstraram interesse em responder ou a perspicácia os forçaram a não abrir mensagens de origem desconhecida.

O questionário (APÊNDICE A) foi estruturado em três seções: a) dados pessoais do entrevistado; b) necessidades e usos da informação e c) diálogo com o Arquivo Nacional e percepções sobre os serviços arquivísticos. As respostas obtidas nas questões fechadas foram quantificadas em frequência absoluta (n) e relativa (%). As respostas às perguntas abertas foram categorizadas de modo a permitir melhor compreensão das informações fornecidas pelos respondentes.

As características dos entrevistados foram agrupadas na Tabela 4, onde foram considerados: sexo, faixa etária e área de concentração em que seus trabalhos estão inseridos.

Tabela 4 – Características dos indivíduos entrevistados (n=56)

<i>Características</i>	<i>n (%)</i>
1. sexo	
<i>masculino</i>	30 (53,6)
<i>feminino</i>	26 (46,4)
2. faixa etária (anos)	
<i>até 30</i>	21 (37,5)
<i>31 a 50</i>	27 (48,2)
<i>51 a 60</i>	6 (10,7)
<i>> 60</i>	2 (3,6)
3. área de concentração no PPGHIS/UnB	
<i>História Social</i>	28 (50,0)
<i>História Cultural</i>	21 (37,5)
<i>História, Discurso, Imaginário e Cotidiano</i>	1 (1,8)
<i>História das Idéias e Historiografia</i>	1 (1,8)
<i>Estudos Feministas e de Gênero</i>	2 (3,6)
<i>História das Relações Internacionais</i>	1 (1,8)
<i>Outros*</i>	2 (3,6)

Fonte: Elaboração própria.

* Alunos vinculados ao Mestrado em Educação/UnB.

Dentre os respondentes, a maioria é do sexo masculino (53,6%) e ocupa a faixa etária entre 31 e 50 anos (48,2%). Faz-se necessário acrescentar que a inclusão da mulher nos estudos históricos é um fenômeno do início do século XX. No mesmo período apareceram as primeiras historiadoras acadêmicas, fazendo nascer os estudos feministas e de gênero.

A História Social (50,0%) e a História Cultural (37,5%) apresentam-se como as áreas de concentração preferidas por professores e alunos. As outras abrigam no máximo duas pesquisas cada. Vale destacar que dois alunos indicaram áreas extintas em 2003: História: Discurso, Imaginário e Cotidiano e História das Relações Internacionais.

No que diz respeito às necessidades e usos da informação, alcançamos dados sobre o comportamento na seleção de repositórios³² durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado, doutorado ou na atividade docente. Para tanto, foram apontados no questionário

³² Chamamos de repositório de informação qualquer organização, real ou virtual, legitimamente instituída com a dupla missão de armazenar informações registradas e de garantir o acesso a elas.

oito alternativas que poderiam ser assinaladas de forma concomitante: biblioteca, Internet, arquivo, centro de documentação, imprensa (jornal), museu, televisão e outros, conforme Figura 2:

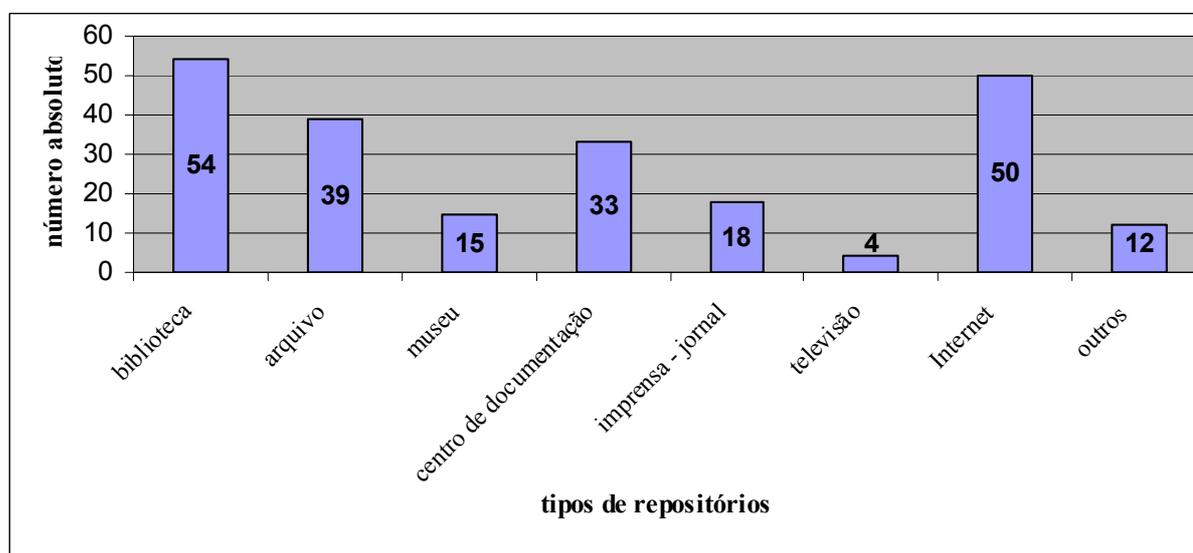


Figura 2 – Escala de uso de repositórios de informação pelos entrevistados

Fonte: Elaboração própria.

A biblioteca foi apontada como a mais utilizada pelos respondentes (96,4%); a Internet ocupou o segundo lugar (89,2%) e o arquivo ficou em terceiro (70,0%). O repositório menos utilizado pelos pesquisadores do PPGHIS/UnB foi a televisão (7,1%). Um respondente assegurou ter recorrido apenas à biblioteca, outro assinalou todas as opções. A média indicou que o pesquisador utiliza entre três e quatro repositórios para realização de suas pesquisas e o trio é formado por biblioteca, arquivo e Internet. Sendo a Internet um ambiente virtual capaz de oferecer em suporte digital as informações existentes nos ambientes reais, subentendemos que quando o respondente assinalou um arquivo, por exemplo, ele se referiu à utilização a partir de um contato direto com a instituição, não intermediado pela rede de acesso virtual.

Em outro item, os entrevistados assinalaram, dentre as fontes relacionadas, o grau de frequência de uso em suas pesquisas: não usa, usa pouco, mais ou menos, usa muito (Tabela 5).

Tabela 5 – Frequência absoluta e relativa do uso de fontes de informação pelos entrevistados na elaboração da pesquisa

<i>Fontes</i>	<i>Não usou n (%)</i>	<i>Usou pouco n (%)</i>	<i>Usou médio n (%)</i>	<i>Usou muito n (%)</i>	<i>Total n*</i>
Acervos arquivísticos	3 (5,8)	8 (15,4)	11 (21,1)	30 (57,7)	52
Artigos eletrônicos	3 (5,6)	4 (7,4)	18 (33,3)	29 (53,7)	54
Artigos em papel	1 (1,8)	11 (20,0)	13 (23,6)	30 (54,6)	55
Bancos de dados	11 (22,4)	15 (30,6)	16 (32,7)	7 (14,3)	49
Entrevistas (história oral)	26 (50,0)	7 (13,5)	8 (15,4)	11 (21,2)	52
Filmes	23 (42,6)	17 (31,5)	5 (9,3)	9 (16,7)	54
Fotografias	16 (31,4)	11 (21,6)	13 (25,5)	11 (21,6)	51
Guias, catálogos	14 (28,0)	8 (16,0)	18 (36,0)	10 (20,0)	50
Livros eletrônicos	9 (17,6)	15 (29,4)	17 (33,3)	10 (19,6)	51
Livros em papel	3 (5,4)	0 (0,0)	0 (0,0)	53 (94,6)	56
Outras **	2 (11,1)	5 (27,8)	6 (33,3)	5 (27,8)	18

Fonte: Elaboração própria.

* Os totais diferem dos 56 entrevistados em razão de itens não preenchidos.

** Foram citados como “Outras”: arquivos particulares, cd, cd-rom, livrarias, *softwares* de fontes antigas compiladas, repertórios musicais.

Nesse caso, os acervos arquivísticos foram interpretados como fontes oficiais sob a custódia de um arquivo público, independentemente do suporte. As entrevistas, os filmes e as fotografias foram destacados como fontes pertencentes a acervos particulares, emanadas da produção e/ou depoimento pessoal de um ator histórico e não disponíveis em arquivos. Os artigos eletrônicos, artigos em papel, livros eletrônicos, livros em papel, guias e catálogos foram concebidos como fontes bibliográficas existentes em bibliotecas ou na Internet. Os bancos de dados foram também compreendidos como alternativa disponível fora do ambiente arquivístico.

No quesito “usou muito” sobressaíram os acervos arquivísticos (57,7%), artigos em papel (54,6%) e artigos eletrônicos (53,7%), mas não resta dúvida que a escolha da maioria recaiu sobre o livro impresso (94,6%). No extremo oposto, ou seja, “não usou”, os mais assinalados foram entrevistas (50,0%) e filmes (42,6%).

Para uma análise mais apurada do emprego concomitante de mais de uma fonte, associamos as respostas com grau de frequência de uso intenso, “usou muito”, aos grupos de professores, de alunos de doutorado e de mestrado. Os professores afirmaram terem utilizado cerca de cinco espécies de fontes de informação, e as mais empregadas foram os documentos de arquivo, os livros impressos, os artigos eletrônicos, os artigos em papel e os instrumentos de pesquisa (guias e catálogos). A média ponderada resultou em um professor fazendo uso de oito fontes; outro utilizando seis fontes; quatro empregando quatro fontes e três usando três. Os professores, portanto, fazem uso intenso de fontes variadas.

Os alunos de doutorado empregaram por volta de quatro fontes no desenvolvimento de suas pesquisas, sendo as mais representativas: documentos de arquivos,

livros impressos, artigos eletrônicos e em papel. Na média ponderada, foram obtidos: um doutorando usando seis fontes; quatro usando cinco fontes; três usando quatro fontes; dois usando três fontes; três usando apenas duas fontes e ainda dois estudantes que elegeram apenas uma fonte para a pesquisa (livro impresso e acervo arquivístico). A fonte publicada, livros e artigos, é a mais utilizada pelo grupo.

Quanto aos mestrados, utilizaram em média três fontes concomitantemente: livro, artigo em papel e eletrônico. Um pesquisador fez uso intenso de sete fontes e outro usou seis; quatro usaram cinco fontes; cinco usaram quatro fontes; dez deles aproveitaram três fontes intensamente; seis usaram duas e três fizeram uso apenas do livro impresso. Os acervos arquivísticos foram bastante citados, mas não o suficiente para ocupar um lugar na média.

Percebemos nas respostas que à proporção que os pesquisadores utilizam “muito” as entrevistas, os filmes e as fotografias pertencentes a arquivos pessoais há uma tendência em reduzir o uso de documentos de arquivos. Há, certamente, um contraponto nesse comportamento, pela adoção de uma metodologia que desafia a imposição de uso daquela fonte tradicional.

Não foi possível, pelo caráter abrangente da pergunta, saber se as fontes publicadas (livros e artigos) foram empregadas para a elaboração do referencial teórico ou na pesquisa empírica.

De forma sintética, professores e alunos de doutorado utilizam largamente as tradicionais fontes documentais de arquivos enquanto os alunos de mestrado dão preferência às bibliográficas. Das fontes bibliográficas, o livro impresso é o mais utilizado enquanto o livro eletrônico tem baixa aceitação; a situação é diferente para os artigos eletrônicos e impressos, pois o uso de ambos é nivelado. As fontes arquivísticas estão na preferência dos professores e doutorandos, sendo que os instrumentos de pesquisa (guias e catálogos) só atingiram a evidência entre os primeiros. Os mestrados, por utilizarem em larga escala apenas três fontes, todas bibliográficas, provocaram a eliminação da fonte tradicional. Mas, sem dúvida, as fontes tradicionais continuam ocupando um lugar importante entre os cientistas da História.

Insistindo na compreensão sobre o uso que o historiador faz da fonte arquivística, foi explorada na terceira parte do questionário a interação do historiador do PPGHIS/UnB com o Arquivo Nacional. Para tanto, foram feitas perguntas sobre o nível de conhecimento e contato efetivo com a instituição, tanto no Rio de Janeiro como em Brasília (Tabela 6).

Tabela 6 – Respondentes que conhecem o AN e pesquisaram na sede e na COREG/AN (n=56)

<i>Interação com o Arquivo Nacional</i>	<i>participantes</i>	<i>n (%)</i>	
1. sabem da existência do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)			
<i>aluno</i>	45	21	(46,7)
<i>professor</i>	11	11	(100,0)
<i>total</i>	56	32	(57,1)
2. sabem da existência da COREG/AN (Brasília)			
<i>aluno</i>	45	16	(35,5)
<i>professor</i>	11	9	(81,8)
<i>total</i>	56	25	(44,6)
3. pesquisaram no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)			
<i>aluno</i>	45	9	(20,0)
<i>professor</i>	11	8	(72,7)
<i>total</i>	56	17	(30,4)
4. pesquisaram na COREG/AN (Brasília)			
<i>aluno</i>	45	4	(8,9)
<i>professor</i>	11	2	(18,2)
<i>total</i>	56	6	(10,7)

Fonte: Elaboração própria.

Todos os professores responderam que sabem da existência do Arquivo Nacional/Rio de Janeiro. Dentre os quais, 8 (72,7%) afirmaram já ter estado na instituição. Quanto às motivações, 5 buscaram informações para realização de suas pesquisas acadêmicas e 3 não informaram a razão. Em referência aos alunos, apenas 21 dos 45 (46,7%) responderam ter conhecimento da instituição e 9 deles (20,0%) a visitaram. Cinco alunos se dirigiram ao Rio de Janeiro em busca de insumos para seus temas de pesquisas, 6 não responderam o porquê da visita e 1 afirmou que foi motivado pela importância do AN no cenário de atuação do historiador. Ainda que um número menor de alunos esteja ciente da existência do AN no Rio de Janeiro, cabe ressaltar que o comparecimento efetivo deles na sala de consulta foi superior ao dos professores.

Passando para a questão relativa à unidade de Brasília, os resultados são numericamente inferiores. Desta vez, nove professores (81,8%) responderam saber da existência da COREG/AN em Brasília, enquanto menos da metade dos alunos participantes (35,5%) a conhecem. Apenas quatro alunos declararam ser usuários. Ainda assim, superaram os dois únicos professores que declararam tê-la visitado.

Os totais gerais confirmam que de 32 historiadores do PPGHIS/UnB que conhecem o AN/Rio de Janeiro, 17 (53,1%) freqüentaram a sua sala de consultas. Dos 25 que sabem da existência da COREG/AN, apenas 6 (24,0%) a visitaram. As consultas dessas seis pessoas foram efetuadas da seguinte maneira: quatro pessoalmente; uma à distância (Internet,

telefone ou correspondência) e uma não foi informada. Segundo eles, as solicitações foram atendidas.

Alguns dos pesquisadores que desconhecem o Arquivo Nacional/RJ e outros que, apesar de conhecê-lo, ainda não se tornaram consulentes apresentaram os seguintes argumentos (Tabela 7):

Tabela 7 – Razões da ausência do historiador do PPGHIS/UnB no Arquivo Nacional/RJ

<i>Frequência (n)*</i>	<i>Por quê?</i>
5	Falta de necessidade/oportunidade
5	Distância e dificuldade de deslocamento
4	Inexistência de fontes sobre o tema pesquisado
2	Utilização de fontes de outros arquivos (Pernambuco e Colômbia)
1	Desconhecimento do local de funcionamento
1	Horário de atendimento restrito
1	Há pretensão de pesquisar em 2009
21	Ignorado

Fonte: Elaboração própria.

* Há casos em que o respondente apresenta mais de um argumento.

Quando as respostas são guiadas pela necessidade intrínseca ao trabalho acadêmico temos mais de um argumento: “falta de necessidade/oportunidade”, “utilização de fontes de outros arquivos (Pernambuco e Colômbia)”, “inexistência de fontes sobre o tema pesquisado” e ainda “há pretensão de pesquisar em 2009”. No conjunto, verifica-se que o acervo arquivístico não se alinha às necessidades objetivas e imediatas dos pesquisadores em questão.

Conforme afirmação dos pesquisadores Sofia Baptista e Murilo Cunha (2007, p. 171), um usuário tende a escolher um canal de informação com o menor número de barreiras, independentemente da confiabilidade e da riqueza dos conteúdos. Nesse sentido, o “princípio do menor esforço” explica as respostas baseadas na “distância e dificuldade de deslocamento” e no “horário de atendimento restrito” para explicar a não consulta ao Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

Ainda com relação à alternativa “horário de atendimento restrito”, recorremos ao que Duchein (1983, p. 7) denomina de condições materiais que dificultam ou impedem a consulta aos arquivos públicos, dentre elas está “a limitação de dias e horários para funcionamento das salas de consulta e número insuficiente de empregados destinados ao atendimento do usuário”.

A Figura 3, abaixo, refere-se aos canais que propiciam a divulgação da COREG/AN. Constaram no questionário as seguintes opções para múltipla escolha: jornal,

rádio, televisão, sítio do AN na Internet, AN/Rio de Janeiro, publicações, instituições públicas, arquivos públicos e outros.

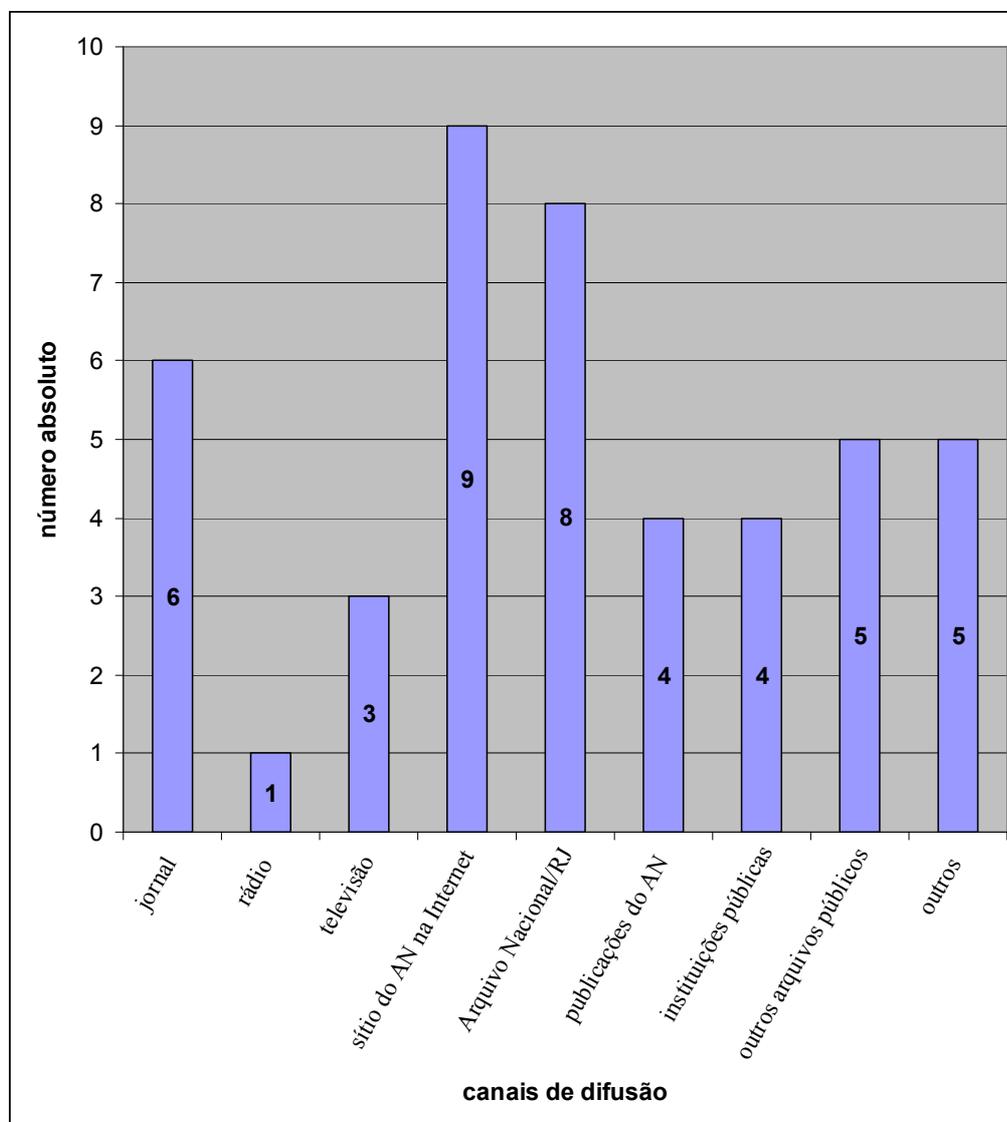


Figura 3 – Canais de difusão da COREG/AN

Fonte: Elaboração própria.

Vinte e cinco respondentes preencheram esse item. Tomando o AN como canal de difusão, o portal institucional na Internet foi o mais indicado (36,0%). Logo atrás apareceu a sede (32,0%) como divulgadora do acervo abrigado em Brasília. As publicações editadas pelo órgão foram apontadas quatro vezes (16,0%). Todos eles podem ser considerados veículos cruciais nas ações de difusão por parte do órgão.

Afora o Arquivo Nacional, o jornal impresso mostrou-se como um bom canal de disseminação (24,0%), enquanto o rádio apareceu em apenas uma das respostas (4,0%). Os

arquivos congêneres (20,0%) e as instituições públicas (16,0%) também se prestam bem ao papel de propagador.

A opção “Outros” foi apropriada para aqueles que obtiveram informação sobre a COREG/AN por meio de outras pessoas. No caso, três respondentes tomaram conhecimento por intermédio de professor, colegas e arquivistas. O quinto participante que assinalou esta opção complementou informando ter trabalhado na instituição entre 1983 e 1984.

Os professores se mostraram mais bem informados ao testemunharem ter presenciado a divulgação da COREG/AN em até cinco canais. O próprio AN/Rio de Janeiro e seu portal na Internet mantêm-se na liderança como os mais citados. Vale destacar que as publicações editadas pela instituição foram assinaladas apenas por esse grupo.

Apesar da baixa presença dos pesquisadores na sede do AN/Rio de Janeiro e na Coordenação Regional, quando questionados sobre a importância da instituição para a pesquisa histórica, 52 (92,9%) assinalaram que a consideram fundamental.

Embora grande parte desconheça a COREG/AN, 54 (96,4%) responderam afirmativamente à pergunta: “Você considera esse acervo [composto de documentos produzidos pela administração pública federal] uma importante fonte para a pesquisa histórica no Distrito Federal?”

Essa etapa da pesquisa revelou o grande nível de desconhecimento do historiador do PPGHIS/UnB sobre a existência da COREG/AN e dos serviços por ela oferecidos. Apesar da situação colocada, muitos dos participantes da pesquisa manifestaram-se no sentido de contribuir para mudar a realidade atual, preenchendo livremente a última questão (Tabela 8):

Tabela 8 – Sugestões para aumentar a publicidade da COREG/AN

	quantidade
• Relativas ao acervo	
Ampliar o acervo	1
Organizar o acervo	1
• Relativas a instrumentos de pesquisa	
Disponibilizar instrumentos de pesquisa (guias de fontes, catálogos, inventários) na Internet	2
Distribuir instrumentos de pesquisa dos fundos existentes na COREG/AN em instituições de ensino médio e superior	3
Publicar catálogos de fontes	1
• Relativas às instalações físicas e ao serviço de atendimento e difusão	
Ampliar o horário de atendimento	1
Facilitar o acesso	3
Provocar o serviço de difusão do Arquivo Nacional no sentido de divulgar o acervo da COREG/AN e as condições reais de atendimento	2
Treinar melhor os funcionários no atendimento ao usuário	1
• Relativas à comunicação com o público	
▪ Internet	
Divulgar em outros sítios (sítios de periódicos, sítios de programas de pós-graduação, sítio da Biblioteca Nacional)	8
Divulgar mais em meios de comunicação (Internet, televisão)	6
Melhorar o sítio na Internet, conferindo maior destaque à COREG/AN	3
Remeter mensagens eletrônicas de eventos e informes aos pesquisadores, por meio de um cadastro disponível no sítio do Arquivo Nacional	4
▪ Intercâmbio com instituições de ensino e instituições de classe	
Divulgar em instituições de ensino de todo o Brasil (universidades, programas de pós-graduação)	7
Divulgar em organizações de classe como a Associação Nacional de História (ANPUH)	1
Financiar bolsas de estudo	1
O Departamento de História da UnB deveria estimular a divulgação do acervo da COREG/AN e promover o uso constante	1
Promover concursos com premiação	1
Promover cursos e palestras para alunos de graduação em História	4
Promover visitas guiadas para estudantes de graduação e pós-graduação	1
▪ Bibliotecas	
Divulgar em capas de livros	1
Divulgar em rede de bibliotecas	1
• Opiniões livres	
Está satisfeito com a agenda de eventos acadêmicos, disponível no sítio do AN na Internet	1
Gostaria de conhecer	1
Os meios atuais de difusão são satisfatórios	1
“Tá parecendo que essa Coordenação é devagar quase parando, hein?”	1

Fonte: Elaboração própria.

Novamente as respostas foram compiladas de modo a facilitar uma visualização mais coerente. Houve sugestões direcionadas ao acervo (2), aos instrumentos de pesquisa (6), às instalações físicas e ao serviço de atendimento e difusão (7), e à comunicação com o público (39). A “comunicação com o público” conteve o maior número de sugestões, merecendo ser subdividida de acordo com os canais mais lembrados: Internet, instituições de ensino e bibliotecas. As opiniões livres (4) foram registradas em separado.

No quesito relativo à comunicação com o público via Internet, alguns entrevistados reivindicaram maior divulgação da COREG/AN nesse canal e melhoria do sítio de forma a facilitar a identificação da referida unidade arquivística. Analisando essas duas sugestões e somando-as às propostas de manutenção de um canal de comunicação via mensagens eletrônicas e inclusão de *links* em outros sítios por onde o pesquisador navega, arriscamos em assinalar que manter um sítio na Internet não garante a plena divulgação.

A afirmação acima se deve pela verificação de mudanças realizadas pelo AN em seu sítio no ano anterior à aplicação do questionário. Em 2007, o Arquivo Nacional postou na Internet seu Relatório de Atividades, divulgando a substituição do antigo sítio *web* por um portal institucional. Entre as novidades do portal foi destacada a criação das seguintes seções: 1) *Consultas ao Acervo*, com o oferecimento de acesso integrado às bases de dados e sítios institucionais, como SIAN e CONARQ; 2) *Serviços aos Usuários*, contendo informações sobre o acesso presencial e à distância ao acervo existente no Rio e em Brasília; 3) *Publicações*, apresentando o catálogo das publicações institucionais além de versões digitais; 4) *Pós-Graduação em Arquivos*, com a reunião de informações sobre o Curso de Especialização *Lato Sensu* oferecido em parceria com a UFF; e o serviço de 5) *Ouvidoria*, para dúvidas, sugestões e críticas do público. Com isso, percebe-se a importância de se fazer publicar em outros portais, sítios, salas virtuais de debate etc. É preciso perseguir e conquistar novos consulentes.

A despeito das melhorias, cabe um alerta de Tibbo para melhor alcance e satisfação das necessidades dos usuários: “fornecer acesso em rede aos instrumentos de pesquisa não os torna acessíveis, conhecidos ou úteis. Otimização do acesso só poderá ocorrer com o entendimento das necessidades dos usuários e os comportamentos de busca de informação” (TIBBO apud OLIVEIRA, 2006, p. 45).

O Arquivo Nacional vem oferecendo desde 1991 o *Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa*, um concurso de monografias de âmbito nacional e temática livre, aberto a pesquisadores brasileiros e estrangeiros com trabalhos referenciados nas fontes documentais existentes na instituição. A iniciativa coincide com uma das sugestões: “promover concursos com premiação”, que pode ser interpretada como um sinal da baixa divulgação nas instituições de ensino localizadas em pontos distantes do Rio de Janeiro. A COREG/AN pode assumir o papel de difusor de ações como essa na sua área geográfica de atuação, com isso, poderá despertar o interesse no seu acervo.

A falha na comunicação entre historiador e arquivo está evidente nas inúmeras sugestões que colocam a necessidade de intercâmbio entre instituição de ensino e arquivo.

Esse contato pode ser concretizado por meio de palestras, cursos, visitas guiadas, concursos, financiamento de bolsas e por estabelecimento de parcerias duradouras entre ambas as instituições. No Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional mantém um programa de concessão de bolsas de estágio a alunos de História, patrocinadas integralmente pela UERJ. Decorrente de convênio entre CONARQ e UERJ, o intercâmbio promove a colaboração nos projetos de organização e descrição de acervos do Brasil Colônia e Império, aprovados pela COLUSO. Em Brasília, as condições são favoráveis à implantação de projetos semelhantes.

3.2.3 Delimitações da produção acadêmica

Antes de tratarmos do impacto da fonte documental pública sobre o trabalho de pesquisa do historiador, faz-se necessário explicitar também a influência da História Política no âmbito do Programa, bem como as delimitações geográficas, temporais e temáticas mais comuns ao conjunto das obras.

3.2.3.1 *História Política*

O professor e pesquisador José Flávio Sombra Saraiva acredita que a criação do mestrado do PPGHIS/UnB e de uma área de concentração dedicada à História Política do Brasil foi impulsionada por um apelo conjuntural do Estado. Dessa forma, a finalidade da criação do mestrado em História foi “capacitar pessoal para atender às necessidades do país, cuja história político-administrativa ainda estava por ser feita em quase toda sua totalidade” (SARAIVA, 1996 apud MUNIZ; SALES, 2007, p. 16). Olhando mais de perto, o delineamento do Programa moldou-se tendo como base as ocorrências regionais associadas à política nacional, cuja finalidade foi assim apresentada:

Associar a saga da construção de Brasília e da transferência da capital para o Planalto ao desenvolvimento da pesquisa histórica sobre o governo, a construção das instituições políticas, os movimentos políticos e sociais, a política exterior do Brasil e as relações internacionais (SARAIVA, 1996 apud MUNIZ; SALES, 2007, p. 17).

A assertiva desse autor converge com a análise dos historiadores Fico e Polito sobre a pós-graduação brasileira quanto ao apego à história regional, o que contribuiu para a sobrevivência da História Política. Na UnB, conseqüentemente, a História Política dá um destaque especial à narrativa de acontecimentos que tiveram lugar na Região Centro-Oeste e

nos estados e/ou nas cidades a ela circunscritas: Brasília/Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso (MUNIZ; SALES, 2007, p. 23).

No princípio, a História Política no PPGHIS/UnB foi abraçada como uma vocação institucional. O modelo de história factual, baseada em fontes oficiais, com o objetivo de narrar os acontecimentos político-administrativos, ocupou a maioria das pesquisas até 1996. Entretanto, a partir da primeira reestruturação (1994) ela desapareceu como área de concentração e foi pulverizada no Programa. Não obstante, ressalta-se que a sua essência foi transportada em maior escala para a área História Social e das Idéias (1994-2003), e mais tarde para suas sucessoras: História Social e História Cultural (2003-2006).

A reformulação também encontrou respaldo numa nova maneira de trabalhar do historiador. A partir da reestruturação, novas tendências foram incorporadas e a história factual ou política foi revista e ampliada encontrando suporte na problematização das instituições sociais, do poder político, das culturas, identidades e sistemas de trabalho. No contexto, os confrontos do dia-a-dia, sejam entre Estado e sociedade, entre senhor e escravo, entre membros de uma família, entre patrão e empregado, entre elite e excluído passaram a fazer parte desse quadro.

Ao perseguirmos a História Política, entendemos que estamos investigando as pesquisas que mantêm vínculo estreito com a fonte escrita depositada nos arquivos. De modo que elegemos parte das dissertações e teses defendidas entre 1994-2006³³. No período foram defendidas 126 dissertações e 53 teses, pertencentes a quatro áreas de concentração, conforme retrato exposto na Tabela 9:

Tabela 9 – Quantitativo de dissertações e teses defendidas nas áreas de concentração selecionadas para análise

<i>Período</i>	<i>História das Relações Internacionais</i>		<i>História Política do Brasil</i>		<i>História Social e das Idéias</i>		<i>História Cultural</i>	
	D	T	D	T	D	T	D	T
1994-2006	30	19	20	0*	55	24	21	10
Total geral	<i>126 dissertações e 53 teses = 179</i>							

Fonte: Elaboração própria.

* O doutorado foi criado em 1994, por isso não houve nenhuma defesa de tese no período.

Esse conjunto exerce com maior evidência a temática política, conforme afirmam Muniz e Sales (2007):

A abordagem da política, por oposição ao social ou com ele articulada, não desapareceu das relações que iluminam as pesquisas desenvolvidas no

³³ O ano de 1994 foi escolhido porque possibilitaria a comparação com os atendimentos efetuados na COREG/AN, a partir de 1990.

PPGHIS/UnB. Associada à dimensão mais factual e descritiva da história, ou aos diálogos mais ou menos aproximados com a História Social, das Idéias e Cultural, evidencia-se sua permanência nas dissertações e teses do programa. Tal persistência remete-nos à tradição primeira da cultura historiográfica brasileira e sua ênfase no político, haja vista a vocação inicialmente pensada para o PPGHIS/UnB (MUNIZ; SALES, 2007, p. 22).

Ao seguir o argumento dos autores acima, buscamos uma alternativa prática. Por necessidade de delimitação do *corpus* em razão do tempo regulamentar para execução da pesquisa, foram eliminadas da análise 54 pesquisas pertencentes às seguintes áreas de concentração: “História: Discurso, Imaginário e Cotidiano” (1994-2003), “Estudos Feministas e de Gênero” (2003-2006) e “História das Idéias e Historiografia” (2003-2006). Ficaram de fora também outras 5 pesquisas cujas áreas não foram identificadas e 14 defendidas em 2002 por alunos da UEG. O total de excluídas no período estudado foi 73 (29,0%).

Procurou-se uma mostra real da presença do argumento político no conjunto de teses e dissertações selecionadas. A metodologia utilizada para atingir esse objetivo foi leitura, análise e extração de dados dos seguintes elementos das obras: títulos, agradecimentos, resumos, palavras-chave e introdução. Nem todas as obras chegaram às nossas mãos e foi preciso extrair elementos das bases de dados de referência bibliográfica da BCE/UnB e do PPGHIS/UnB.

Foram eleitas arbitrariamente, mas com base no contexto das pesquisas, oito palavras-chave que possuem conexão com História Política: política, poder, identidade nacional, Estado nacionalista, identidade regional, pátria, formas de governo e democracia (Tabela 10). Para cada obra, apenas um dos termos foi computado com o intuito de chegar a um valor absoluto.

Tabela 10 – Quantitativo de pesquisas que contêm termos relacionados à História Política (n=179)

<i>Termos</i>	<i>n</i>	<i>(%)</i>
política/poder	68	(38,0)
identidade nacional/Estado nacionalista/identidade regional/pátria	17	(9,5)
formas de governo/democracia	1	(0,6)
Total	86	(48,0)

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de teses e dissertações do PPGHIS/UnB.

Em variadas dimensões e escalas, 48,0% do conjunto apresentou uma linha política que perpassa: o Estado brasileiro ou países latinos; a ação de seus governantes no relacionamento com outros países ou no exercício de poder dentro de seus territórios; a construção de identidades nacionais, raciais, religiosas e de gênero.

Relembrando as palavras de René Rémond (1996) a respeito da presença do político nas pesquisas:

Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada... [Entretanto] o historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia; não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social (RÉMOND, 1996, p. 442 e 447).

A História Política está presente no *corpus* selecionado. Não tivemos a intenção de avaliar se essa presença possui padrões de uma história tradicional ou se carrega as características metodológicas, de abordagens e de problemas introduzidos pela nova História Política, pois ambas recomendam a utilização de fontes documentais arquivísticas.

3.2.3.2 Abrangência geográfica

Quanto à abrangência geográfica das pesquisas, a História do Brasil, a História da América Latina, da Europa e da África foram as mais contempladas.

O intercâmbio internacional constitui-se em fator de influência nesse quesito. Os contatos estabelecidos com pesquisadores e professores visitantes especialmente de Cuba, Colômbia, Guatemala, Chile, Portugal e África vêm gerando pesquisas assentadas nesses países, a exemplo da declaração de Danilo Rabelo na introdução da sua tese:

Desde a fundação, em 1999, pela historiadora e educadora, Olga Cabrera, que o Centro de Estudos do Caribe no Brasil (CECAB) vem preenchendo uma lacuna no meio acadêmico brasileiro nos estudos sobre as diversas culturas caribenhas. O CECAB foi o primeiro centro brasileiro dedicado aos estudos dessas culturas. Assim, nos últimos vinte anos várias dissertações de mestrado e teses de doutorado vêm sendo defendidas com êxito junto aos programas de pós-graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), ao mesmo tempo em que se estabeleceram vários projetos de pesquisa e cooperação internacional entre o CECAB e diversos centros de pesquisa e universidades nacionais e estrangeiros (RABELO, 2006, p. 2).

É necessário esclarecer que na distribuição geográfica foram considerados indicadores os “lugares” explicitados nos títulos, resumos, palavras-chave ou nas introduções das teses e dissertações. A delimitação espacial de cada obra foi construída nas relações diplomáticas estabelecidas entre dois ou mais países, em temas que buscavam paralelos ou comparações entre cidades ou regiões, e, também, demarcações utilizadas para contextualização de episódios, biografias, teorias etc. Portanto, A Figura 4 dá uma visão da envergadura do recorte espacial.

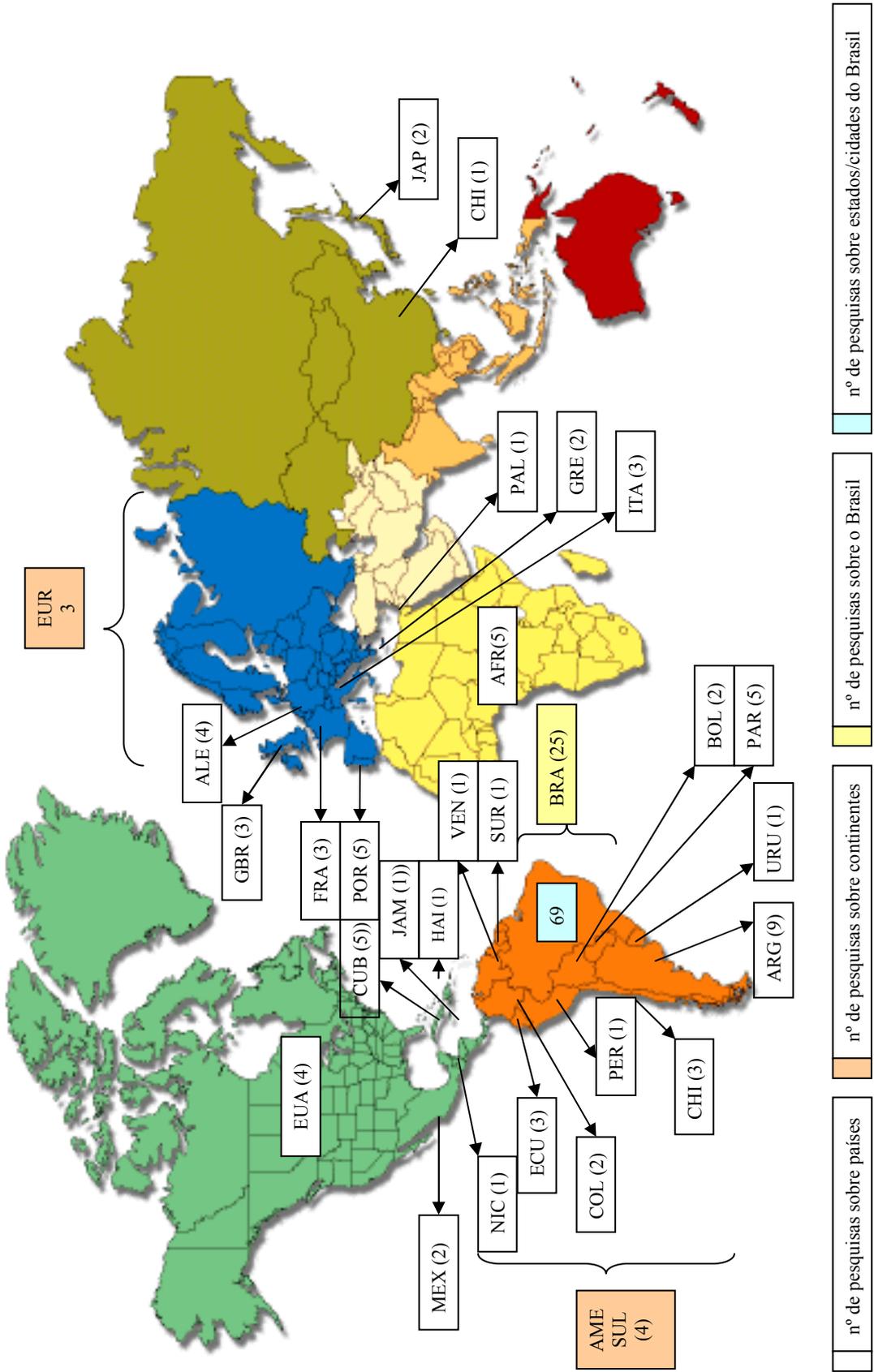


Figura 4 – Cobertura geográfica das teses e dissertações do PPGHIS/UnB, 1994-2006

Fonte: Elaboração própria, sobre mapa capturado da Internet.

Os números encontrados não respeitaram o quantitativo de teses e dissertações, pois há estudos que envolvem várias cidades ou estados ou países. Ao todo, foram encontradas 221 ocorrências, sendo 79 referentes a países em alguma situação atada às relações internacionais brasileiras, 69 circunscritas aos limites dos estados brasileiros, 40 situadas em países da América Latina (América Central e América do Sul), 20 assentadas em terras européias, 5 no continente Africano, 4 nos Estados Unidos da América, 3 no Oriente e 1 no Oriente Médio.

Na busca pela confirmação de um limite espacial preponderante, em consonância com a historiografia brasileira, o panorama geográfico mostra o Brasil como o mais pesquisado: 25 apresentam o país como objeto das pesquisas e 69 referem-se a estados ou cidades brasileiros. Depois do Brasil, o país mais examinado é a Argentina (9). Em seguida, Uruguai (5), Portugal (5), África (5) e Cuba (5) encontram-se em situação de igualdade. A América Central e a América do Sul compõem com a maior concentração em termos continentais.

As demarcações deixam transparecer que o ponto de partida está na história do Brasil, o que quer dizer que Argentina e Paraguai são explorados pelo viés das relações territoriais e de fronteiras do Brasil com os países da Bacia do Prata, com especial enfoque na Guerra do Paraguai. Portugal e África são fundamentais nas pesquisas relativas à historiografia brasileira e à formação de identidades nacionais, culturais e sociais. Cuba, além do intercâmbio internacional já citado, representa, por sua História Política revolucionária, um campo estimulante de investigação.

Imergindo no Brasil, conseguimos um detalhamento igualmente acurado daquelas 69 prevalências de cidades ou estados representados na Figura 5. Na situação, foram considerados como referências geográficas os estados ou cidades que serviram de esteio para as investigações ou que estimularam análises comparativas e de laços tanto dentro do próprio Brasil, quanto de suas partes com cidades, estados ou países estrangeiros.

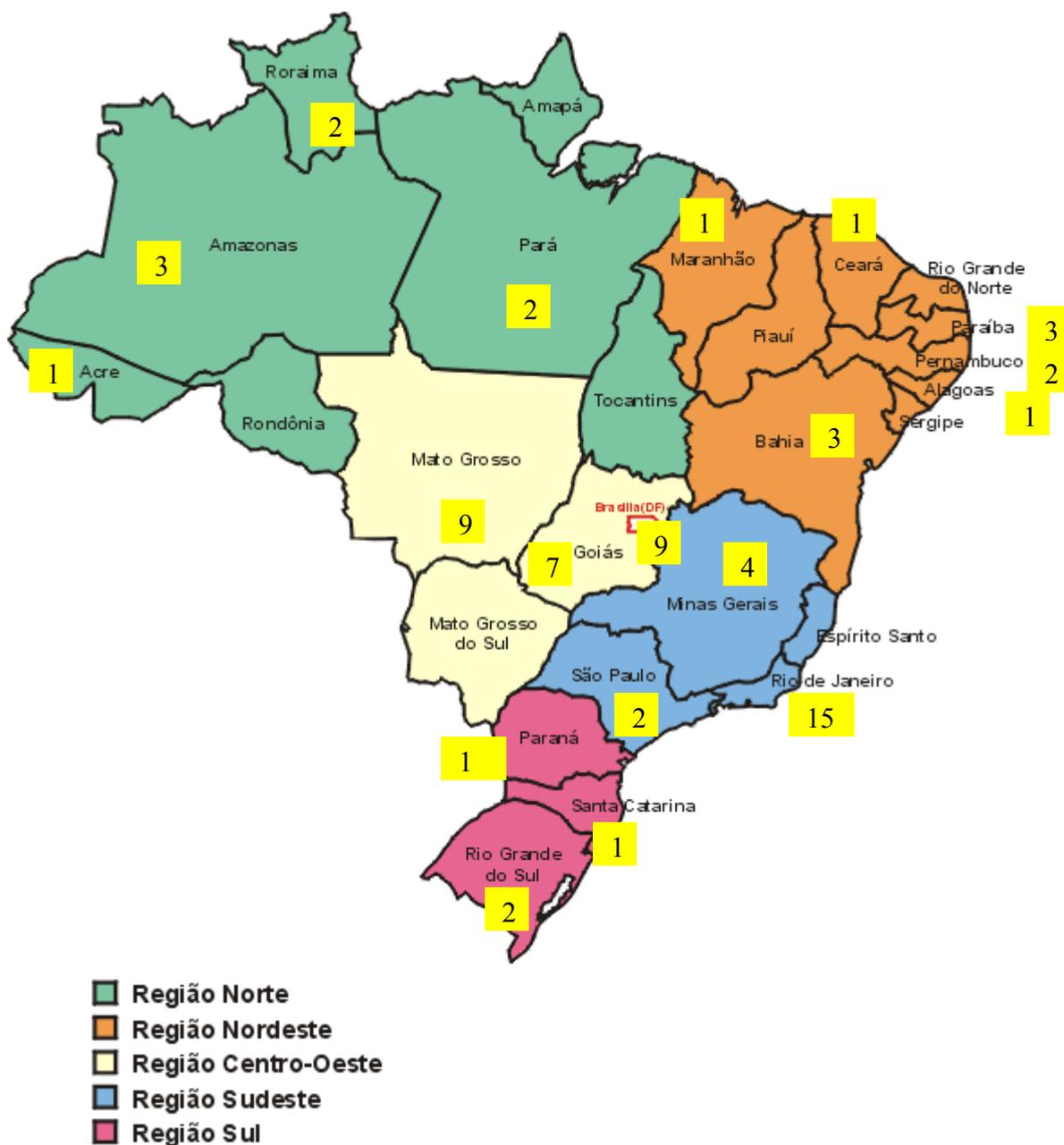


Figura 5 – Quantidade de pesquisas por Estados/cidades brasileiros, 1994-2006

Fonte: elaboração própria, sobre mapa capturado da Internet.

Os estados de Mato Grosso (9) e Goiás (7) e o Distrito Federal (9), componentes da Região Centro-Oeste, são os mais explorados. Na perspectiva regional a configuração foi a seguinte: Região Norte, 8; Nordeste, 11; Centro-Oeste, 25; Sudeste, 21 e Sul, 4. Afora essa manifestação de estudos regionalistas, o Rio de Janeiro esteve presente em 15 pesquisas, cujas justificativas estão respaldadas nos acontecimentos que tiveram lugar na cidade durante o longo período em que foi sede da Corte, capital do Império, centro político, econômico e cultural.

3.2.3.3 Delimitações temporais

O tempo é matéria fundamental da História, portanto, a cronologia atua como fio condutor nas pesquisas. O instrumento principal da cronologia é o calendário, que vai muito além do âmbito do histórico, sendo mais que nada o quadro temporal do funcionamento da sociedade (LE GOFF, 1994, p. 12).

O recorte temporal na pesquisa histórica corresponde, na maioria dos casos, ao período em que ocorre o fenômeno examinado. Pela importância que ocupa, os limites são estampados nos títulos dos trabalhos acadêmicos, inclusive nos do PPGHIS/UnB.

Traçamos a linha do tempo (Figura 6) contemplando a periodização clássica mundial do lado direito e a periodização da história do Brasil no lado esquerdo. Com base nos recortes indicados pelos autores, as pesquisas acadêmicas foram distribuídas dentro dos períodos. O objetivo foi avaliar se a produção científica acompanha a tendência nacional verificada por Fico e Polito (1992, p. 48) de maior concentração no período republicano do Brasil.

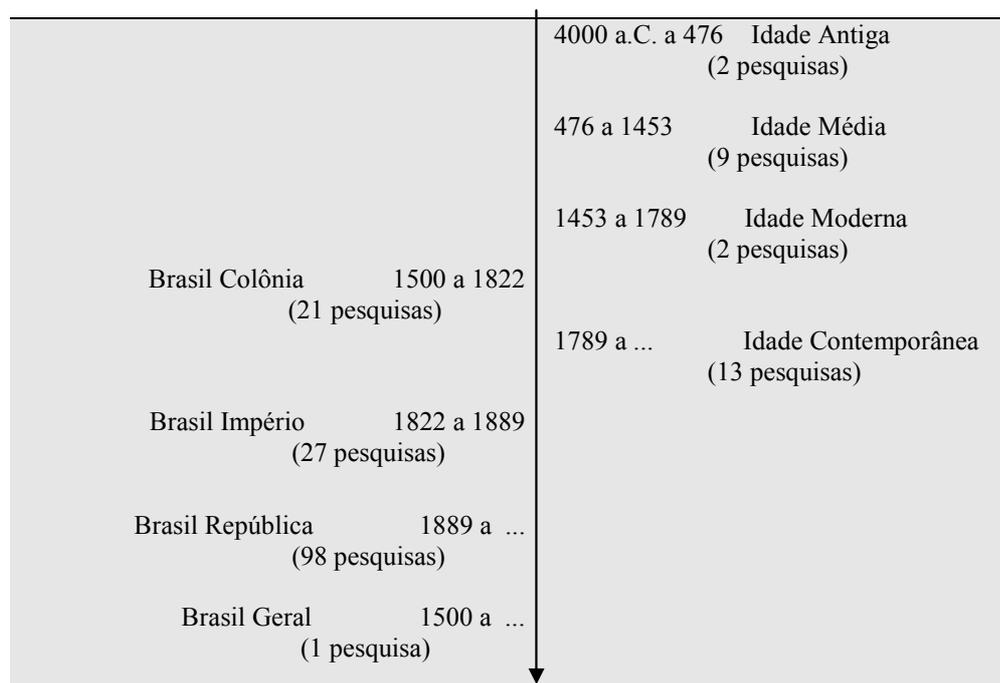


Figura 6 – Distribuição das pesquisas do PPGHIS/UnB de acordo com suas delimitações Temporais

Fonte: elaboração própria.

* Seis pesquisas não definiram recorte temporal.

No cômputo geral, as delimitações cronológicas se estendem por todos os períodos da civilização: Idade Contemporânea (7,5%), Idade Média (5,2%), Idade Moderna (1,2%) e Idade Antiga (1,2%). Ao analisarmos a presença do Brasil nas pesquisas, constatamos a ênfase no período republicano: Brasil República (56,6%), Brasil Império (15,6%), Brasil Colônia (12,1%) e História Geral do Brasil (0,6%).

3.2.3.4 Demarcações temáticas

Para a disciplina História atual não é mais admissível uma produção científica meramente descritiva ou narrativa com intenção exclusivamente factual. É necessário analisar, compreender e decifrar. Portanto, o modelo da Historiografia pós-Escola dos *Annales* é a História-problema, onde em torno de um tema central são propostas hipóteses e é realizada a reflexão científica.

De igual relevância, impõe-se a pluralidade de abordagens. As marcas da Nova História e da Nova História Política conduzem à interação com outras disciplinas, especialmente a Sociologia, o Direito Público, a Psicologia Social, a Linguística, a

Matemática, a Informática, a Cartografia e a Educação. Ao buscar as dissertações e teses nas estantes da BCE/UnB foi possível verificar a grande concentração na Classe 9, da CDU, destinada à ciência História. Contudo, muitas outras obras foram classificadas em áreas diversas do conhecimento, demonstrando a versatilidade da disciplina, conforme abaixo:

0 – imprensa	5 – ciência e homem	91 – geografia
1 – filosofia	61 – ciências médicas	92 – biografia
2 – teologia	65 – comunicação de	93 – ciência História
30 – sociologia	massa	94 – História Antiga,
32 – ciência política	66 – industrialização	Medieval e Moderna
33 – partidos políticos	7 – arquitetura	96 – África
34 – direito	74 – desenho	97 – América Central e
35 – ciência militar	78 – música	do Norte
37 – educação	8 – literatura	98 – América do Sul e
39 – etnologia	90 – memória	Brasil

A categorização da CDU adotada na BCE/UnB desce a níveis mais específicos. Somando-os às palavras-chave das produções acadêmicas chega-se a uma variedade quase infinita de temas (Quadro 5):

Adolescência	Expedições científicas	Monarquia
Análise do discurso	Exploração	Movimentos populares brasileiros
Antiguidade Clássica	Federalismo brasileiro	Monumento nacional
Antropologia	Feminismo	Mulheres
Aristóteles	Fernand Braudel	Música
Bacia do Prata	Festas populares	Narcóticos
Biografia	Filosofia da história	Narrativa de viajantes
Biomedicina	Formas de governo	Naturalista
Cachaça	Fronteira	Navio prisão
Capitalismo	Fundação Brasil-Central	Ocupação territorial
Capitania de Mato Grosso e Cuiabá	Futebol	Ouro Preto
Capoeira	Golpe de Estado	Pátria
Casamento no Brasil	Governo do Distrito Federal	Patrimônio cultural
Centralização nacional brasileira	Governo Getulio Vargas	Período colonial mexicano
Cidadania brasileira	Governo militar brasileiro	Petróleo
Clero	Governos brasileiros	Política de defesa nacional
Colonialismo português	Guerra de Canudos	Política externa brasileira
Colonização do Centro-Oeste	Guerra do Paraguai	Política indigenista
Comércio	Heródoto	Política interna brasileira
Comunicação de massa	História da África	Política internacional
Confederação do Equador	História da Paraíba	Princesa Isabel
Costumes na vida privada	História de Brasília	Produção econômica
Cotidiano	História de Pernambuco	Prostituição
Cotidiano naval	História regional	Psicanálise
Crimes no Brasil	Historiografia	Questão agrária
Crise de 1929	Iconografia	Racismo
Cultura mexicana	Identidade nacional	Relações internacionais
Cultura popular	Identidade negra	Religiosidade
Degredo	Identidade regional	República Velha
Democracia	Igreja	Ressurreições brasileiras
Desapropriação de terra	II Guerra Mundial	Revolução Francesa
Descobrimto	Imaginário	Saúde pública
Desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e Norte do Brasil	Império de Justiniano	Segurança nacional
Direito civil	Inconfidência Mineira	Sindicato dos trabalhadores
Direito internacional	Independência do Brasil	Sisal
Direito penal	Índios	Sistema educacional brasileiro
Direitos humanos	Infração	Sistema jurídico internacional pós-1945
Doença	Inquisição	Sistemas econômicos
Economia mundial	Intelectuais europeus	Teologia moral cristã
Educação a distância	Jesuíta	Trabalho forçado
Encarceramento	Justiça e direitos feudais	Tráfico de escravos
Escravidura	Língua portuguesa	Tragédia grega
Estado nacional	Literatura	Tragédia humana
Estatuto da criança e do adolescente	Literatura brasileira	Tribunal Militar Internacional
Estudo de gênero	Literatura grega	Urbanização do Rio de Janeiro
Europa	Literatura romântica	
	Literatura clássica	
	Medicina	
	Migração	
	Mineração de ouro	
	Modernismo no Brasil	

Quadro 5 – Temas abordados nas teses e dissertações do PPGHIS/UnB (1994-2006)

Fonte: Elaboração própria.

A extensão mostra a viabilidade de uso de informações existentes no estoque sob a guarda da COREG/AN, independente de saber quais são seus conteúdos. Cabe ao pesquisador o desafio de propor temas a partir de fontes lá preservadas.

Passando para a *Introdução* das dissertações e teses, encontramos grande parte dos dados necessários à nossa análise quanto ao uso das fontes pelo historiador e as escolhas tomadas a partir das possibilidades reais de acesso a elas, enquanto elementos essenciais na definição dos recortes temáticos, cronológicos e espaciais. A constatação é possível graças às descrições metodológicas sobre as escolhas de cada trabalho. Tomemos alguns comentários como exemplos, retirados das teses e dissertações, cuja identificação completa pode ser encontrada no APÊNDICE B:

As fontes utilizadas foram as impressas, selecionadas a partir de um levantamento preliminar que permitiu verificar a existência de publicações tanto das obras dos viajantes quanto da legislação colonial referente ao período.

As fontes iconográficas – mapas e gravuras – foram selecionadas levando-se em conta a qualidade da reprodução e têm por objetivo ilustrar e esclarecer dados referentes à representação gráfica da imagem do índio brasileiro no século XVI.

As leis quinhentistas e seiscentistas foram levantadas no Inventário da legislação indigenista – 1500-1800, de Beatriz Perrone-Moisés, publicado por Manuela Carneiro da Cunha (SOUZA, 1995, p. 16).

O primeiro passo foi a busca de documentos legais que pudessem mapear as principais punições e também os principais crimes no Brasil do século XIX [...]. Logo nas leituras iniciais, evidenciou-se a necessidade de completar o conjunto das fontes com o Código Criminal do Império do Brasil de 1830 e com Código do Processo Criminal de 1832, documentos fundamentais para a compreensão do arcabouço do Direito criminal no Brasil império. A princípio, o projeto de pesquisa previa a incorporação de outros documentos legais [...] No entanto, ao entrar em contato com a legislação penal do Império, percebi que a quantidade de documentos encontrados era suficiente para delimitar tanto um conjunto documental quanto um corte conceitual [...]

[Descreve a metodologia para seleção e classificação dos documentos e acrescenta:] Ao todo foram catalogados, em uma primeira etapa, 259 documentos. No entanto, [...] separei desse conjunto 102 documentos, devido aos seus conteúdos considerados como os mais relevantes para a elaboração desse trabalho, e que constituíram ao lado dos dois Códigos [Código Criminal do Império do Brasil de 1830 e Código do Processo Criminal de 1832], nossa principal base documental (NORONHA, 2003, p. 8-9).

[...] sobre os documentos impressos utilizou-se de compilações publicadas, site dos Franciscanos do Uruguai e crônicas antigas, traduzidas para o Português.

[Sobre documentos oficiais:] Enquanto que o segundo tipo de documentos, os oficiais – as bulas pontificias e os documentos lavrados por tabeliães – são mais precisos na datação, nos nomes dos envolvidos, mas, por serem oficiais, são mais lacônicos quanto às informações sobre o cotidiano das pessoas e daqueles que compunham a Ordem, além de seguir um esteriótipo [sic.], como é próprio desse tipo de documentação. [As crônicas elaboradas posteriormente aos acontecimentos] são documentos que, além de contar fatos, deixam perceber informações acerca da vida social, das devoções, dos costumes, enfim do cotidiano; mas têm o problema de não serem contemporâneas aos fatos, isto é, foram escritas posteriormente (MENDES, 2004, p. 2).

A existência ou não de fontes e as possibilidades reais de uso participam da configuração do problema e é fundamental no desenvolvimento de pesquisas históricas.

3.2.3.5 *Uso de fontes*

A escolha de um tema para a pesquisa acadêmica é afetada pelo interesse do pesquisador, pela sua relevância no contexto acadêmico, pela viabilidade da investigação, pela originalidade e também pelas pressões que têm origem na sociedade, na época, nos paradigmas vigentes na disciplina, nas práticas disciplinares impostas pela instituição de pesquisa e por fomentadoras e, sem dúvida, pelos pares.

Por mais interessante e relevante que pareça ser uma proposta, é preciso testar a sua viabilidade. Para exercitar, o historiador Barros (2005) sugere algumas perguntas:

Existirá uma documentação adequada a partir da qual o tema poderá ser efetivamente explorado? Se esta documentação existe, conseguirei ter um acesso efetivo a ela? Existirão aportes teóricos já bem estabelecidos que me permitam abordar o tema com sucesso? Se não existirem, terei plena capacidade para forjar eu mesmo o instrumental teórico que me permitirá trabalhar com a temática proposta? (BARROS, 2005, p. 35).

O autor destaca a importância da fonte de informações, pois em grande medida é ela que dará suporte à pesquisa e contribuirá para as delimitações temporais e espaciais. Por essa razão, o historiador, ao empreender uma pesquisa acadêmica, sempre dedica no texto da dissertação ou da tese um capítulo onde descreve os materiais sobre os quais trabalhou.

Denominadas “fontes primárias”, “*corpus* documental”, “fontes de apoio”, apresentamos alguns exemplos compulsados da *Introdução* das obras defendidas no PPGHIS/UnB:

Quanto à pesquisa documental, foram utilizadas somente fontes primárias de arquivos nacionais, o que reforça o caráter provisório deste trabalho. A documentação sobre a Liga das Nações existente no Arquivo Histórico do Itamarati é particularmente abundante e pode ser ainda objeto de novas e frutíferas investigações. Foi também de grande valia a consulta à Coleção Afrânio de Melo Franco, guardada na Biblioteca Nacional (GARCIA, 1994, p. 2).

Com relação à pesquisa documental foram utilizadas as fontes disponíveis, elencadas ao final da dissertação, e gravadas duas entrevistas com o embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes [...]. Elucidativas, instigantes e reveladoras de muitos atos dificilmente verificados pela documentação oficial (que, diga-se, encontra-se fechada a pesquisadores nos arquivos do Itamaraty) [...] (PENNA FILHO, 1994, p. 4).

A história do imaginário terá como fonte a iconografia e a literatura, pois estas formas de expressão traduzem a imagem projetada (fruto da imaginação) e as modificações que ela sofre no tempo (longa duração). A representação da imagem iconográfica e/ou literária traduz o imaginário que se formou sobre o acontecimento

e a investigação dos elementos simbólicos que aí estão impregnados permite ao historiador construir seu objeto de análise.

A narrativa dos viajantes e as gravuras por eles divulgadas sobre o índio brasileiro constituem documentos de investigação do imaginário dos séculos XVI e XVII porque são o suporte da imagem projetada.

As fontes iconográficas – mapas e gravuras – foram selecionadas levando-se em conta a qualidade da reprodução e têm por objetivo ilustrar e esclarecer dados referentes à representação gráfica da imagem do índio brasileiro no século XVI. As leis quinhentistas e seiscentistas foram levantadas no Inventário da legislação indigenista – 1500-1800, de Beatriz Perrone-Moisés, publicado por Manuela Carneiro da Cunha (SOUZA, 1995, p. 10).

Utilizei largamente suas obras, artigos e folhetos. Vários outros tipos de documentos, tais como jornais da época, o depoimento de sua filha, documentos eclesiásticos das duas igrejas em que atuou, foram fartamente utilizados. Porém, nossa principal fonte, foram dois cadernos manuscritos deixados pelo próprio Victor Coelho (uma espécie de diário pessoal e relatos de infância) (SANTOS, 1995, p. 13).

O cenário vivenciado pela gente nos sertões de Cuiabá está apresentado a partir das leituras dos relatos de cronistas, dos depoimentos das viagens, dos relatórios e correspondências dos ‘descobridores’ e funcionários do Estado colonial, das atas da Câmara da vila e do povoado e outros diversos depoimentos em cartas, ordens régias, alvarás, bandos, relações, etc, disponíveis nas publicações dos Arquivos Públicos de São Paulo e Mato Grosso (GUIMARÃES, 1996, p. 23).

[...] tendo como instrumento a imagem que os próprios indígenas fizeram da sua realidade e a imagem que um missionário fez deles – obriga o pesquisador a navegar por universos culturais complexos e distantes, dos quais restam tão somente impressões fragmentárias, memórias e reflexos das atitudes que protagonizaram tais acontecimentos. [...] apresentam-se ao pesquisador como pedaços desconexos de um mundo estranho – não fundamentalmente pela distância espaço-temporal, mas pela complexidade e pela dinâmica dos elementos fundadores daquela realidade – e, talvez por isso mesmo, apaixonante e instigador (OLIVEIRA, 1998, p. 9).

Se a historiografia, na esfera da história das idéias, pode ser explorada pelo historiador, somente é possível com o mais cuidadoso uso das fontes, neste caso a obra de Heródoto: edição inglesa, francesa e tradução para o português (RODRIGUES, 2000, p. 1).

A presente pesquisa emprega como fontes, além da bibliografia especializada e da imprensa escrita da época, os discursos de Ernesto Geisel, Presidente da República (1974-1979) e de Antônio Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores (1974-1979) [...]; documentos emitidos pela Presidência da República; resenhas e relatórios emitidos pelo MRE [...]; telegramas e memoranda pertencentes ao Arquivo Histórico do Itamarati, 1974-1978; o arquivo Azeredo da Silveira, disponível no Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e aerogramas, memoranda e correspondência contidos no General Records of the Department of State, Record Group 59, Subject Numeric Files 1970-73, National Archives at College Park, MD, E.E.U.U. (WANG, 2003, p. 3).

As bases empíricas são formadas basicamente por correspondências entre as autoridades administrativas do Maranhão e às do reino (cartas, ofícios, mapas da escravatura) que informam sobre a entrada de negreiros nessa capitania, e são denominadas neste trabalho ‘registros de viagem’. A essas fontes somam-se os registros de visitas da saúde às embarcações [...] reunida no grupo ‘fontes do tráfico’. O outro grupo de fontes é formado pelos códices de casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (MEIRELES, 2006, p. 12).

Desses excertos é possível admitir a dinâmica dos historiadores na vastidão de fontes utilizadas: entrevistas, documentação oficial, iconografia, narrativas de viajantes, mapas, gravuras, leis, jornais de época, documentos eclesiásticos, cadernos manuscritos, obras literárias, discursos etc.

Para reafirmar a importância da fonte na definição e construção do arcabouço de uma pesquisa histórica, temos um exemplo do passo a passo metodológico:

O primeiro passo foi a busca de documentos legais que pudessem mapear as principais punições e também os principais crimes no Brasil do século XIX [...]. Logo nas leituras iniciais, evidenciou-se a necessidade de completar o conjunto das fontes com o Código Criminal do Império do Brasil de 1830 e com Código do Processo Criminal de 1832, documentos fundamentais para a compreensão do arcabouço do Direito criminal no Brasil império. A princípio, o projeto de pesquisa previa a incorporação de outros documentos legais [...] No entanto, ao entrar em contato com a legislação penal do Império, percebi que a quantidade de documentos encontrados era suficiente para delimitar tanto um conjunto documental quanto um corte conceitual [...].

Ao todo foram catalogados, em uma primeira etapa, 259 documentos. No entanto, [...] separei desse conjunto 102 documentos, devido aos seus conteúdos considerados como os mais relevantes para a elaboração desse trabalho, e que constituíram ao lado dos dois Códigos [Código Criminal do Império do Brasil de 1830 e Código do Processo Criminal de 1832], nossa principal base documental (NORONHA, 2003, p. 8-9).

Noutro exemplo, evidencia-se a intimidade do historiador com o documento arquivístico:

[...] documentos avulsos, de caráter administrativo, fruto de correspondência entre autoridades da administração pública, depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – parecem nos bem arcaico [se comparados a documentos produzidos em suporte digital] em sua composição manuscrita, desgastada pelo tempo, mas seus documentos têm enorme valor administrativo. Esses estão inseridos em uma série, sendo legítimo perguntar como está arranjado o arquivo, para, de posse da resposta, ser possível localizar a presiganga³⁴ nesse conjunto documental e compreender a lógica desse arquivo (FONSECA, 2003, p. 29).

Para além da familiaridade com o documento e com as rotinas de um arquivo, os historiadores costumam desempenhar sua responsabilidade na transmissão de informação, sobretudo a inédita:

A fim de detectar e reconstituir a matriz de pensamento, preferimos dar a palavra às fontes e deixar que elas nos guiassem os passos. Embora essa postura exija a utilização de grande número de citações, o que pode tornar maçante a leitura do texto, ela tem, contudo a vantagem de transcrever e divulgar documentos até agora pouco pesquisados e, portanto, pouco conhecidos (CHALLANDES, 2002, p. 7).

Como se vê, é prática comum entre os historiadores a incorporação de transcrições de documentos considerados importantes com a possibilidade de estimular novas pesquisas, a exemplo dos anexos de algumas dissertações:

³⁴ Navio-prisão que custodiava mão de obra forçada (1808-1831), durante o processo de independência do Brasil.

Transcrição de documentos importantes para o estudo da atuação da Ordem de Nossa Senhora das Mercês (LIMA, 2004, anexo).

Transcrição de entrevistas de Braudel a Marcello Tassara, 1984
Manuscrito do Ensaio sobre o Brasil – século XVI (SOUZA, 2000, anexo).

Panfletos referentes à propaganda eleitoral
Transcrição de carta de Filinto Muller para Philogonio Corrêa (FANAI, 1994, anexo).

Atitudes assim confirmam o pensamento de Gabriele Blais sobre a missão do historiador na difusão do patrimônio documental (BLAIS, 1995, p. 7-8).

A forma de organização da bibliografia ao final das dissertações e teses reflete mais uma vez a importância do *corpus* documental. As fontes diretas ou primárias sempre aparecem separadas da bibliografia geral, precedendo-a. O capítulo Bibliografia possui pelo menos uma subdivisão para separar a fonte primária assimilada como material pertinente ao problema examinado das obras de autores vários que refletiram sobre o mesmo tema empregado na revisão da literatura e na interlocução resultante dessa revisão. Um bom exemplo de referência das fontes primárias está na dissertação *Do Castelo ao vale das luzes* (TAVARES, 1994):

Fontes primárias

Jornais

Correio da Manhã
Jornal do Comércio
O Paiz
Voz do Povo

Revistas

A exposição de 1922
Revista da Semana

Publicações oficiais

Anais do Conselho Municipal
Anais da Câmara dos Deputados
Guia Oficial da Exposição do Centenário, Rio de Janeiro, Bureau Oficial de Informações, 1922
Relatório dos Trabalhos: exposição internacional do centenário – Rio de Janeiro – 1922-1923, Imprensa Nacional

Outras publicações

Publicações da Tipografia da Gazeta da Bolsa, entre outras

Literatura

Obra de Lima Barreto

Iconografia

Biblioteca Nacional – vistas da Exposição de 22 e álbum de fotografias do Morro do Castelo

Como dito anteriormente, não foi possível o contato direto com todas as obras. Entretanto, ratificamos o uso de fontes custodiadas por arquivos em 76 (42,5%) das 179 pesquisas. Identificamos também a presença de fontes impressas, iconográficas, filmográficas, orais, etc., cujos locais de custódia não foram identificados, em 99 (55,3%) trabalhos. O uso

concomitante de fontes localizadas em arquivos públicos e em outros locais como bibliotecas, arquivos privados, repartições públicas ou em locais não identificados foi observado em 54 (30,2%) pesquisas.

3.2.3.6 *Lócus das fontes*

Nessa altura da pesquisa, a análise das teses e dissertações tencionou encontrar os repositórios das fontes utilizadas. Mais uma vez os resumos, as introduções e as bibliografias foram suficientes.

O panorama das pesquisas deixou transparecer o quanto a orientação que vigorou no PPGHIS/UnB desde a sua criação, em 1976, até 1994, sob o domínio das áreas História Política do Brasil e História das Relações Exteriores, marcou de forma definitiva o período estudado neste trabalho.

A História das Relações Exteriores sempre gozou de grande aceitação no Programa. Em consequência, o Arquivo Histórico do Itamarati, no Rio de Janeiro e em Brasília, é um dos locais mais citados nas pesquisas (19). A riqueza do acervo o torna um pólo de fonte privilegiada para a História diplomática e, de forma geral, para a História Política, Econômica, Cultural, entre outras.

O enfoque nas relações do Brasil com outras nações levou pesquisadores a buscarem fontes em arquivos nacionais de outros países e seus ministérios de relações estrangeiras: África, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Itália, Jamaica, Peru, Portugal, Uruguai.

O Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, e as várias reproduções digitais dos conjuntos documentais colocados à disposição do público pesquisador em universidades brasileiras e instituições culturais foi também bastante consultado pelos acadêmicos do PPGHIS/UnB (9).

Os arquivos públicos mais visitados no Brasil foram: Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (12), Arquivo Público de Mato Grosso (8), Arquivo Público do Distrito Federal (7), Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro (3) e Arquivo Público Mineiro (3). Vários outros arquivos foram citados e vale a pena mencionar onde estão localizados: Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

As universidades também preservam documentação arquivística produzida por instituições públicas e privadas ou arquivos pessoais. Algumas delas possuem, em sua

estrutura, núcleos de documentação histórica que são verdadeiros laboratórios para os cientistas historiadores. A Universidade Federal da Paraíba, Universidade de Campinas e a Universidade Federal de Ouro Preto são algumas delas. O Núcleo de Documentação Histórica Regional do Mato Grosso, da Universidade Federal de Mato Grosso (NDHIR/UFMT) exerce especial atração ao pesquisador do PPGHIS/UnB. No período estudado aparece em 8 trabalhos, que somados às ocorrências do Arquivo Público do Mato Grosso (8) e da Casa Barão de Melgaço (1) revelam um ambiente atraente ao usuário e com fontes instigantes. Carece acrescentar que esta é uma tendência evidente da nuance de história regional circunscrita ao Centro-Oeste do Brasil. Mas há também uma vertente nacional atrativa, com possibilidade de exploração das relações de fronteiras e acontecimentos que tiveram lugar na Bacia do Prata, a exemplo da Guerra do Paraguai.

Ao contrário, os acontecimentos ocorridos no estado de Goiás são explorados pelas fontes arquivísticas em apenas três pesquisas, apesar da proximidade geográfica. A precária situação dos arquivos pode ser uma das justificativas:

Quanto às fontes manuscritas do período setecentista, os manuscritos existentes nos arquivos goianos são formados de correspondências oficiais, muitas delas realizadas entre Goiás e Portugal. Porém, são incompletos e muitos sem condições de serem pesquisados. Na melhor das hipóteses, encontraram-se processos administrativos, cujas partes achavam-se separadas entre a cidade de Goiás e Goiânia, efeito provável da transferência da capital nos anos 1930, quando a documentação histórica do estado foi dividida sem seguir qualquer critério (SILVA, 2002).

Documentos de arquivo também são encontrados pelos pesquisadores em centros de documentação, arquivos particulares e organizações variadas: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (8); Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas (8), arquivo do Senado Federal (7); arquivos privados (5); arquivo da Câmara dos Deputados (4), Casa de Rui Barbosa (3). Além desses há uma variedade extensa de instituições citadas, especialmente órgãos públicos do Poder Executivo, câmaras municipais e igrejas.

Da mesma forma como ocorreu na França pós-Revolução, quando documentos históricos foram parar na Biblioteca Nacional, no Brasil há também a dispersão de documentos em entidades culturais e patrimoniais. Na Seção de Obras Raras e Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional há grande volume de documentos de interesse para os historiadores. Configuram entre as bibliotecas mais consultadas na busca de documentos raros: Biblioteca Nacional, biblioteca da Câmara dos Deputados, biblioteca do Senado Federal e biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. No exterior, destacam-se as bibliotecas nacionais de Portugal, Cuba, Argentina e Uruguai.

A fonte primária arquivística continua sendo utilizada nos trabalhos acadêmicos e os pesquisadores não medem esforços para se deslocarem para outros estados brasileiros ou para o exterior em busca desses insumos. Quando são bem recebidos, expressam sua gratidão:

[A autora agradece] a equipe de funcionários da Biblioteca do STF, juntamente com sua Diretora, Dra. Maria Cristina Rodrigues Silvestre, por proporcionarem o acesso irrestrito às minhas fontes de maneira cortês e organizada (NORONHA, 2003).

Em novembro de 2002, consultei, no Arquivo Central da Universidade de Campinas, os documentos do antigo arquivo pessoal de Sergio Buarque de Holanda. Parte do material pesquisado com a ajuda dos prestativos e competentes funcionários do arquivo foi empregada na elaboração do capítulo 4 (ASSIS, 2004, p. 9).

Ao pessoal do Arquivo Público do Maranhão, em especial a Lourdes, a Helena, a Ivone e Dona Mariza, profissionais que tornaram mais agradáveis as minhas tardes de pesquisa nesse local (MEIRELES, 2006, p.6).

Dispensei a pesquisa em Manaus, tendo em vista que há, na capital de Roraima, uma extensão do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA), cujo diretor e funcionários se dispuseram a me ajudar na busca dos dados necessários ao *corpus* o qual me propus trabalhar (BURGARDT, 2006, p. 25).

Mas quando são impedidos de chegar à fonte, não deixam passar em branco:

Também nestes acervos e arquivos a riqueza do material conseguido foi de grande valia, principalmente pelo fato de que, foi no acervo do CIMI³⁵, que consegui alguns recortes de jornais antigos de Boa Vista, uma vez que os funcionários da Folha de Boa Vista, através de manobras burocráticas, me negaram o acesso ao acervo e sequer desenvolveram a pesquisa para mim, mesmo tendo eu pago pelo referido trabalho (BURGARDT, 2006, p. 25).

Em síntese, o panorama revela que os cursos de pós-graduação *lato sensu* em História, existentes no Distrito Federal, são ofertados exclusivamente pela Universidade de Brasília. O Programa de Pós-Graduação em História foi fundado em 1976 com enfoque na História Política do país e na diplomacia com outras nações. Ao longo da sua trajetória, passou por duas reformas que buscaram o alinhamento com tendências internacionais da disciplina e exigências político-educacionais. Tais reformas abriram um leque de opções temáticas e metodológicas, tornando-se receptiva às pesquisas sobre a macro-história, a micro-história, a história regional e a história nacional. Nesse ambiente, o historiador possui um perfil semelhante aos seus contemporâneos. Verifica-se um equilíbrio entre gênero, com pequena margem de vantagem para os pesquisadores do sexo masculino. A maior parte ocupa a faixa etária entre 30 e 50 anos e as áreas de concentração preferidas permanecem sendo aquelas que possuem como espinha dorsal a História Política. Por isso, a História Social e a História Cultural representam a vertente mais adequada para a exploração de temáticas que

³⁵ Conselho Indigenista Missionário.

envolvem relações de poder construídas pela humanidade. As linhas de pesquisa inspiradas na Nova História – Discurso, Imaginário e Cotidiano; Estudos Feministas e de Gênero – apresentam quantidade menor de pesquisas. A linha História das Idéias e Historiografia é recente no PPGHIS/UnB e não oferece ainda uma produção de destaque. Na execução dos trabalhos, os historiadores buscam matéria-prima variada (documentos textuais oficiais ou privados, obras impressas, iconografias, filmografias, repertórios musicais, entrevistas etc.) e alcançam grandes distâncias em busca de seus repositórios, sejam arquivos, bibliotecas e instituições públicas ou privadas em geral. Então, se o pesquisador do PPGHIS/UnB carrega as mesmas características de um historiador acadêmico, qual a explicação para não explorar o material bruto que se encontra na COREG/AN?

4 O AMBIENTE DE PRESERVAÇÃO E DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA ARQUIVÍSTICA – A COORDENAÇÃO REGIONAL DO ARQUIVO NACIONAL NO DISTRITO FEDERAL

O objetivo é o uso. Precisamos estar sempre atentos a este fato. Identificação, aquisição, descrição e todo o resto são simplesmente os meios que usamos para atingir essa meta. Eles são ferramentas. Precisamos empregar todas essas ferramentas habilmente, mas se, após avaliar meticulosamente, arranjar, descrever e conservar nossos documentos, ninguém vem para usá-los, então nós desperdiçamos nosso tempo (ERICSON apud COUTURE, 2003, p. 379, tradução nossa).

Compreender a Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal é um exercício que demanda o conhecimento do seu órgão principal, o Arquivo Nacional. É preciso também conhecer a importância da Coordenação no cenário da instituição maior, bem como suas competências. É nesse sentido que apresentamos a origem e a trajetória do Arquivo Nacional para em seguida alcançarmos o ambiente da COREG/AN e colocarmos os resultados alcançados nesta pesquisa.

4.1 Arquivo Nacional do Brasil

A criação dos arquivos nacionais ou centrais na América Latina independente foi marcada pela missão de preservar os documentos do período colonial e os da conquista da independência, de forma descolada da administração pública. Os arquivos não tinham o encargo de servi-la e, muito menos, de acompanhar sua evolução. O Diretor-Executivo do Conselho Internacional de Arquivos nos anos 1980, Charles Kecskeméti (1988, p. 6), denominou esse fenômeno de “síndrome dos arquivos nominais”, ou seja, tais instituições foram criadas na estrutura da administração pública de forma simbólica, pois não havia previsão dos recursos essenciais ao seu pleno funcionamento.

O Arquivo Nacional brasileiro não foge à regra dos “arquivos nominais”. D. Pedro I outorgou a Carta Magna em 1824, dentro de um contexto de formação dos estados modernos e de afirmação da independência do Brasil. Essa primeira Constituição brasileira determinou a criação do Arquivo do Império com a função de protegê-la, bem como as demais leis a serem assinadas pelo imperador.

Em 1838, o órgão foi regulamentado, passando a funcionar de fato em 1840. O regimento estipulou a responsabilidade pela preservação dos documentos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Com o fim do Império, a instituição passou a Arquivo Público Nacional, sofrendo os reflexos da descentralização geopolítica, com a implantação do estado federalista. Assim, as funções de órgão centralizador e recolhedor da documentação pública ficaram comprometidas e sobressaiu-se a função histórica, pautada pelo interesse de construção de uma identidade nacional. Espelhando-se nos *Archives Nationales* francês, a instituição possuía em sua estrutura as seguintes seções responsáveis pelo tratamento da documentação que recebia: Seção Legislativa, Seção Administrativa, Seção Judiciária e Seção Histórica. Os documentos qualificados como preciosos e indispensáveis à construção da memória nacional eram destinados à Seção Histórica.

Esse modelo permaneceu inalterado até 1978, quando houve a criação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). A partir de então, houve a descentralização e cada Poder passou a ser responsável pelas políticas de preservação dos respectivos acervos, sob a orientação central do Sistema. Ao Arquivo Nacional coube a competência pela preservação dos documentos gerados no Poder Executivo Federal.

Ao lado dessa mudança, as instituições arquivísticas passaram a sentir a necessidade de acompanhar de perto a produção documental nas administrações a fim de estabelecer uma política de gestão documental. Essa necessidade impulsionou o Arquivo Nacional a trabalhar com a possibilidade de descentralização administrativa. Desse modo, em 1975 foi instalado o primeiro arquivo intermediário em Brasília.

Em 8 de janeiro de 1991, foi sancionada a Lei nº 8.159. Conhecida como “Lei de Arquivos”, ela dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e determina que cabe ao Arquivo Nacional “a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos”.

4.2 O Arquivo Nacional em Brasília. Do Pré-Arquivo à Gestão de Documentos

A ênfase do Arquivo Nacional dada aos arquivos permanentes ou históricos até meados da década de 1970 foi consequência da importação do modelo de arquivo francês, que

se reproduziu na Europa e na América Latina. Em virtude disso, o AN institucionalizou-se no processo de independência e formação do Estado Moderno brasileiro, sem nenhuma ascendência sobre a gestão de documentos correntes e intermediários. A adoção do modelo voltado para a preservação apenas do estoque informacional recolhido aos seus depósitos trouxe graves prejuízos ao cumprimento da função a que se propunha: de preservação da memória nacional.

Tal deficiência foi acirrada com a mudança da capital Federal para longe da instituição arquivística nacional em 1960. Uma década mais tarde, o Arquivo Nacional buscou sanar a falta de comunicação com a administração pública. A saída foi a reestruturação de suas funções e atividades e instalação de depósitos para guarda de documentos em fase intermediária. Mais uma vez, manteve-se fiel ao modelo francês. Portanto, em 1975, substituiu o Serviço de Registro e Assistência pela Divisão de Pré-Arquivo (DPA) e instalou em Brasília uma unidade representante.

A DPA foi contemplada com a Seção de Tombamento e a Seção de Processamento Técnico. A medida tinha por desígnio atuar na redução do arsenal que estava abarrotando os arquivos correntes e gerando depósitos improvisados nas organizações públicas federais. Além de funcionar como local para salvaguardar documentos em fase de retenção temporária, cabia a ela adotar a avaliação como alternativa para a eliminação de documentos desprovidos de valor histórico.

O texto do Regimento do Arquivo Nacional (1975) dedicou à Divisão de Pré-Arquivo as seguintes atribuições:

Art. 5º. Compete à Divisão de Pré-Arquivo recolher e conservar a documentação ainda com interesse administrativo e selecionar a que será incorporada ou eliminada e:

I. Através da Seção de Tombamento:

- a) conferir e examinar a documentação recebida;
- b) providenciar termo de recolhimento;
- c) solicitar tratamento imunológico.

II. Através da Seção de Processamento Técnico, registrar, classificar, catalogar, inventariar e conservar a documentação recebida.

O regimento apresentava uma confusão terminológica ao utilizar o termo “recolhimento”, possivelmente por falta de clareza sobre suas definições na época. Se a terminologia fosse seguida, qualquer fundo “recolhido” passaria à condição de “arquivo permanente” e fugiria às características de “arquivo intermediário”. Somava-se a esse equívoco, a não existência de um local pré-estabelecido para abrigar os documentos de guarda permanente em Brasília, o que levou a DPA a assumir, mais tarde, as duas funções,

exercitando aquilo que Duboscq e Mabbs consideraram grave: a confusão entre papéis do depósito intermediário e de guarda permanente.

No processo de modernização do AN, iniciado na década de 1980, a DPA/Arquivo Nacional foi incluída no levantamento que deu origem ao *Cadastro Nacional de Arquivos Federais* (1990). No *Cadastro* constam as seguintes informações sobre a unidade de Brasília (Quadro 6):

Acervo da Divisão de Pré-Arquivo	
Datas-limite	1875-1988
Quantificação total	6.000 metros lineares.
Número de depósitos	4
Acesso	Consulta apenas ao órgão produtor da documentação ou através de sua autorização. <i>A consulta à documentação da Divisão de Censura de Diversões Públicas será aberta ao público a partir de junho de 1990.</i>
Condições de admissão do usuário	Marcar previamente.
Horário	8 h às 17 h
Acervo	Documentação textual: Ministério da Justiça (1960-1975), Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (1938-1988), Divisão de Censura de Diversões Públicas (1960-1988), Ministério da Viação e Obras Públicas (1953-1964), Ministério do Trabalho (1930-1985), Ministério da Agricultura (1933-1972), Ministério da Saúde (1954-1977), Presidência da República (1943-1984), Departamento Administrativo do Serviço Público (1964-1984), Ministério das Minas e Energia (1961-1976), Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1960-1984), Ministério da Educação (1968-1981), Ministério da Indústria e Comércio (1960-1968).
Instrumentos de recuperação da informação	Listagem, fichário.
Ordenação	Numérico-cronológica, cronológica, por assunto.
Armazenamento	95,0% - estantes de aço 5,0% - fichários de aço
Acondicionamento	45,0% - caixas-box 30,0% - amarrados 20,0% - latas 5,0% - sem acondicionamento
Estado de conservação	Regular

Quadro 6 – Informações sobre o acervo da DPA/Arquivo Nacional, Brasília, 1990

Fonte: Elaboração própria, com base no *Cadastro Nacional de Arquivos Federais*, 1990 e no SIAN.

O Arquivo Nacional, com a atitude de implantar em sua estrutura um arquivo intermediário, manifestou “preocupação com sua atuação junto à administração pública na capital federal” (JARDIM, 1988, p. 34). Entretanto, o então diretor da DPA, José Maria Jardim, foi pessimista quanto aos resultados da iniciativa:

A criação dessa nova área de trabalho, vale frisar, não resultou do estabelecimento de uma política de arquivos por parte do governo federal nem de uma proposta de descentralização e regionalização do Arquivo Nacional. Isto talvez explique as dificuldades político-administrativas enfrentadas pelo Arquivo Nacional nos últimos

anos para atuar em direção à gestão dos documentos federais com a desenvoltura institucional que tal atividade pressupõe (JARDIM, 1988, p. 34).

Por outro lado, reconheceu ter sido o ponto de partida para transformações que já estavam em andamento. Fruto significativo da modernização do Arquivo Nacional, a DPA representou um canal de diálogo e prestação de serviços técnicos ao governo federal, ensaiando a gestão de documentos. Ao mesmo tempo provocou a revisão do modelo tradicional historicista tão comum nos arquivos públicos.

A partir de 1991, a DPA/Arquivo Nacional passou a se chamar Núcleo Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, instituído pela Portaria MJ nº 384, de 12 de julho de 1991, admitindo explicitamente a responsabilidade de abrigar arquivos públicos por recolhimento, a saber:

[...] promover e supervisionar, junto aos órgãos federais, programas de gestão de documentos, bem como receber por *transferência e recolhimento*, os documentos produzidos e/ou acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, mantendo registro de entrada desses acervos e dos de origem privada, administrando a guarda e o controle físico e intelectual e procedendo às medidas necessárias à sua conservação, proteção e segurança, além de garantir o acesso e a disseminação das informações (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1991).

Após várias reformulações, em 2002, o Núcleo Regional passou ao estatuto de Coordenação Regional no Distrito Federal (COREG/AN). Dentre as suas competências, destacam-se:

- II – arranjar e descrever os documentos sob sua guarda;
- III – elaborar instrumentos de pesquisa;
- IV – prestar informações e atender às consultas aos acervos intermediário e permanente;
- V – analisar códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, encaminhados à aprovação do Diretor-Geral;
- VI – prestar orientação técnica, com vistas ao tratamento e a destinação dos acervos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal em processo de extinção, liquidação, municipalização e desestatização;
- VIII – acompanhar a transferência e o recolhimento de documentos oriundos de órgãos e entidades da Administração Pública Federal para o Arquivo Nacional;
- IX – processar tecnicamente e avaliar os documentos de valor intermediário sob sua guarda.

Essas competências reforçam a compreensão de que a COREG/AN ocupa uma posição regimental de representante do Arquivo Nacional em Brasília ao exercer todas as funções desempenhadas pelo conjunto de Coordenações em funcionamento na sede do órgão no Rio de Janeiro. Entretanto, ela está posicionada na estrutura orgânica (Figura 7) no mesmo nível das citadas Coordenações, o que dificulta a compreensão das suas reais funções.

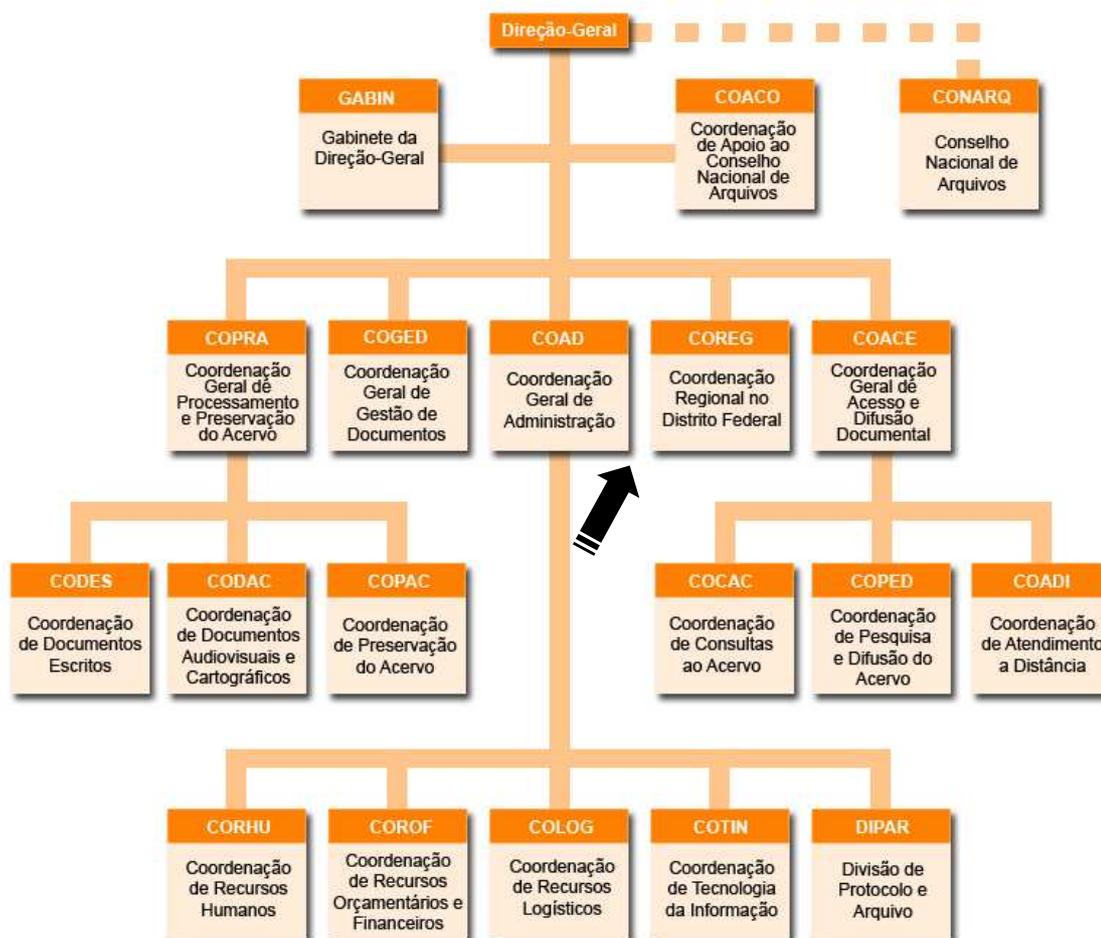


Figura 7 – Estrutura organizacional do Arquivo Nacional

Fonte: Arquivo Nacional.

A Coordenação Regional possui hoje as características de um arquivo público, responsabilizando-se pelo processamento arquivístico dos documentos públicos sob sua custódia, além de adotar medidas de preservação e de viabilizar o acesso.

A COREG/AN teve vários endereços em Brasília e desde 1980 funciona no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6 Lote 800. A área atual ocupada equivale a 7.085 metros quadrados, sendo mais de 90,0% destinada a estocagem do acervo.

4.3 O acervo

Em 2009 o acervo era composto de, aproximadamente, 12 quilômetros de documentos textuais, com datas-limite entre 1724 e 2005; 237 mil microfichas, 4.942 microfilmes, 3.132 cartuchos e 3.784 fitas magnéticas. Quanto à região de origem, os

documentos são oriundos de órgãos da administração pública federal, situados no Distrito Federal e nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O quantitativo de fundos registrados era 98, sendo 39 deles de acesso restrito e 59 ostensivos. Os de acesso restrito formam um conjunto guiado por uma temática em comum por terem sido gerados por órgãos que existiram no período da ditadura militar brasileira³⁶. Nesta pesquisa, foram estudados os fundos ostensivos que tiveram entrada registrada até 2007, conforme Quadro 7:

Nome do fundo	Datas-limite	Dimensão (m)	Código no SIAN	Data de recebimento
Banco de Roraima S.A.	1983-1999	22,3	CB	1999
Banco Nacional de Crédito Cooperativo	1946-1995	4.067,0	TO	1992
Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica	2001-2002	9,38	Z2	2004
Centro de Memória dos Presidentes da República/Fernando Henrique Cardoso	1995-2001	39,5	FH	2003
Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial	2001-2006	52,9	ZF	2007
Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços	1968	31,0	DR	1981
Companhia de Colonização do Nordeste	1972-1999	7,28	CC	1999
Companhia Siderúrgica da Amazônia S.A.	1961-1999	17,5	CF	1999
Departamento Administrativo do Serviço Público	1964-1984	10,0	2C	1978
Divisão de Censura de Diversões Públicas	1960-1988	466,2	NS	1990
Empresa de Portos do Brasil S. A.	1920-1990	152,0	TR	1991
Fundação Brasil-Central	1943-1990	26,8	-	1991
Fundação Roquette Pinto	1924-2000	286,4	Z5	2003
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes	1955-1965	5,2	IP	2007
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	1975-1979	6,9	DO	1980
Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social	1978-1992	170,1	IM	2007
Instituto Nacional de Previdência Social	1967-1981	19,4	IN	2007
Ministério da Agricultura	1933-1972	173,0	DP	1982
Ministério da Educação e Cultura	1968-1981	39,2	DQ	1982
Ministério da Fazenda - Delegacia do Mato Grosso	1746-1973	485,2	Z6	2000
Ministério da Justiça	1960-1975	1.333,3	4V	1979
Ministério da Saúde	1954-1977	395,6	DW	1980

³⁶ Serviço Nacional de Informações (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI), Divisões de Segurança e Informações (DSI) do Ministério das Relações Exteriores e da Saúde e Assessorias de Informação (ASI) de diversos órgãos e entidades. No caso desse conjunto há restrições de acesso amparadas na legislação vigente que defende a preservação da intimidade das pessoas físicas citadas no acervo, bem como a soberania do Estado brasileiro.

Cont.

Ministério da Viação e Obras Públicas	1931-1964	260,4	4Y	1978
Ministério das Minas e Energia	1961-1976	245,72	DT	1978
Ministério do Interior	1964-1990	20,3	55	1981
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1997-2000	2,5	Z7	2003
Ministério do Trabalho	1930-1985	173,3	DV	1979
Presidência da República	1943-1994 1985-2004	324,5	DX	1978
Projeto Grande Carajás	1974-1991	17,5	-	2006
Projeto Pólo Noroeste	1979-2004	18,8	-	2006
Secretaria de Planejamento	1960-1984	141,8	DV	1984
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/AL	1959-1985	22,0	E0	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/AP	1979-1985	2,0	E2	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/AM	1939-1987	17,0	E1	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/BA	1939-1986	80,0	E3	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/CE	1939-1986	9,0	BK	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/DF	1968-1984	40,0	N7	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/GO	1969-1987	33,0	E4	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/MA	1939-1988	11,0	E5	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/MT	1979-1987	54,0	E6	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/MS	1939-1983	2,0	E7	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/PA	1939-1975	55,0	E8	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/PB	1940-1987	8,0	E9	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/PE	1938-1986	65,0	N6	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/PI	1962-1986	1,0	EA	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/RN	1938-1987	12,0	EB	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/RO	1939-1986	2,0	EC	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/RR	1968-1986	2,0	ED	1986
Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/SE	1938-1984	3,0	EE	1986
Siderurgia Brasileira S.A.	1973-1990	613,06	TQ	1994
Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	1943-1990	286,0	TS	1991
Telecomunicações Brasileiras S.A.	1972-1999	640,0	CZ	2000

Quadro 7 – Características dos fundos documentais sob a guarda da COREG/AN, recebidos até 2007

Fonte: Elaboração própria, com base no SIAN, 2008.

A pesquisa contemplou 52 fundos, todos produzidos na administração pública federal, somando 10.978,0 metros. Os documentos mais antigos foram gerados em 1724, pelo Ministério da Fazenda - Delegacia do Mato Grosso (1724-1964), e versam sobre a Guerra do Paraguai, escravidão e economia da região da Bacia do Prata. Os mais recentes datam de 2006

e foram produzidos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial durante a crise de energia elétrica brasileira ocorrida em 2003.

As dimensões, em metros lineares, referem-se apenas aos documentos registrados em suporte papel, que por sinal é a maioria. O fundo Banco Nacional de Crédito Cooperativo é o maior, com 4.067,0 metros acondicionados em 22.594 caixas-arquivo. Este fundo é composto por documentação administrativa, contábil-financeira, dossiês de cooperativas, correspondência, relatórios e documentos referentes à liquidação do Banco.

O AN utiliza o SIAN que supre duplamente o controle e a divulgação dos acervos sob sua guarda. Os padrões utilizados obedecem às normas de descrição estabelecidas pela ISAD(G). Portanto, o código dos fundos situados em Brasília são registrados com uma codificação comum (BR AN,BSB), seguida do código de registro do fundo, por exemplo fundo Banco de Roraima (BR AN,BSB CB).

A data de recebimento é alusiva à primeira parcela, pois há casos como Presidência da República, Telecomunicações Brasileiras S.A., Ministério da Justiça e Ministério da Agricultura que efetuaram mais de um envio à COREG/AN.

Ao longo dos anos foram efetuados ingressos na forma de transferência de arquivos intermediários e de recolhimento para guarda permanente. Independente dessas duas possibilidades, a partir da liberação à consulta pública do fundo DCDP, em 1990, outros temas foram requisitados por pesquisadores. Como solução, o Arquivo Nacional decidiu franquear também ao público os fundos que até então haviam sido recebidos por transferência, desde que não contivessem restrição expressa pelo órgão produtor.

Em síntese, diferentemente da maioria dos arquivos públicos brasileiros, a COREG/AN resguarda um acervo produzido em décadas recentes e sofre acréscimos anualmente. Congrega documentos públicos produzidos em maior escala na região Centro-Oeste, mas abriga parcelas trazidas de outros estados situados nas Regiões Norte e Nordeste. Por ter sido criada com o objetivo de arquivo intermediário, para aliviar os órgãos produtores, possui acervos recebidos para guarda temporária. No início dos anos 1990 passou a receber documentos com valor secundário. O fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) inaugurou essa nova função arquivística de guarda permanente, impulsionando a abertura das portas ao público em geral.

4.4 Serviços prestados e condições de acesso

A fim de estabelecer o recorte da nossa pesquisa no ambiente da COREG/AN, buscou-se seguir a meta institucional do Arquivo Nacional, registrada no Relatório de Atividades de 2007, que propõe “garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativas e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural”. Há três agentes sociais que o Arquivo Nacional pretende atingir: o governo, o cidadão e o pesquisador cientista e cultural.

Perseguindo esses parâmetros, adentramos o balcão de atendimento da COREG/AN a fim de compreender: como se efetua o contato com o usuário, quais as formas de acesso, quais os serviços oferecidos, quais os instrumentos de pesquisa disponíveis e as condições do acervo.

Até 2006 havia um servidor para realizar o atendimento às pesquisas oriundas dos órgãos depositários de documentos intermediários e probatórios e outro destacado para administrar as consultas de caráter acadêmico-científico, cultural e comercial. Em meados de 2006, o Arquivo Nacional admitiu novos servidores, por concurso público, o que permitiu à COREG/AN estruturar o serviço de atendimento.

Hoje há dois núcleos informais de atendimento: um voltado exclusivamente para o público que busca informações sobre o período da ditadura³⁷ e outro núcleo que atende às demais buscas: administrativas, probatórias, acadêmico-científico, cultural e comercial. Esse segundo núcleo era composto, em 2009, por uma técnica de nível superior, formada em História, e duas servidoras que prestaram concurso para nível médio, sendo uma graduada em Arquivologia e outra formada em Tecnologia Ambiental. As visitas guiadas não são controladas por tais núcleos.

No portal institucional do Arquivo Nacional estão disponíveis informações quanto aos procedimentos de atendimento específico da unidade em Brasília. O horário de funcionamento tem início às 8 horas e 30 minutos e estende-se até as 17 horas e 45 minutos. Para os que buscam contato a distância, a COREG/AN disponibiliza um endereço eletrônico e atende também por meio de correspondência, fax e telefone. É possível obter cópias dos documentos consultados, desde que observadas as normas específicas sobre o assunto e a

³⁷ O fundo DCDP está inserido nesse período, porém o acesso é livre e pode ser acessado pelo público dos dois núcleos de atendimento.

tabela de preços. No caso de emissão de certidões com extratos de informações pessoais não há custo para o solicitante. Visitando o portal é possível comparar essas informações com o atendimento prestado na sede. Em linhas gerais o serviço é semelhante nos dois locais.

Para atendimento presencial, a estrutura comporta uma sala para acomodação dos usuários, contendo três mesas individuais e duas estantes para colocação do material em uso. Em sala contígua são acomodados três atendentes e respectivos materiais de trabalho. De modo geral, as instalações são precárias.

No primeiro contato, o interessado deve seguir as seguintes formalidades:

- apresentar documento de identificação;
- agendar consulta;
- obedecer aos prazos para atendimento, estabelecidos nas normas do Arquivo Nacional;
- selecionar documentos por intermédio dos instrumentos de busca;
- preencher formulário de atendimento;
- preencher termo de responsabilidade sobre o uso da informação coletada.

Além dessas orientações, observa-se a ocorrência de uma triagem guiada pelas demandas de investigação. Para facilitar o entendimento e a condução da pesquisa, criamos quatro categorias resultantes dessa seleção:

Grupo A - usuários com objetivos acadêmico-científicos, culturais ou comerciais têm seus dados registrados no *Formulário de Atendimento ao Usuário*. Nesses casos se enquadram, fundamentalmente: professores; pesquisadores acadêmicos (mestrando, doutorando); estudantes universitários, de nível médio e fundamental; profissionais de meios de comunicação de massa (jornalista de mídia impressa e televisiva);

Grupo B - as pesquisas administrativas e probatórias solicitadas pelos órgãos depositários ou por cidadãos são anotadas pelo atendente no *Formulário de Requisição de Documentos*. No grupo enquadram-se servidores públicos a serviço dos órgãos depositários e cidadãos;

Grupo C - visitas técnicas ou guiadas são computadas por um servidor, destacado dentre o corpo técnico da instituição. Não há formulário padronizado; a quantidade de atendimentos/mês é repassada ao coordenador-geral para constar nos relatórios de atividades. As visitas mais comuns são realizadas por alunos de graduação em Arquivologia e servidores públicos interessados em conhecer o funcionamento do AN;

Grupo D - os interessados em documentos dos fundos gerados no período da ditadura militar, que possuem diferentes graus de sigilo, são encaminhados ao núcleo de atendimento relativo aos acervos da ditadura e orientados a realizar a solicitação por meio de requerimento pessoal padronizado. Os consulentes mais comuns são autoridades, cidadãos comuns, entidades de

defesa de direitos humanos, pesquisadores brasileiros e estrangeiros e profissionais de meios de comunicação de massa.

As consultas efetuadas por telefone não são registradas e as realizadas por correio eletrônico ou correspondências postais são inseridos nos grupos acima.

Dados gerais dos fundos podem ser obtidos no SIAN, via Internet. Entretanto, a existência de barreira intelectual de acesso é uma realidade que se configura na fragilidade dos instrumentos de pesquisa postos à disposição do usuário. Esses instrumentos são mantidos fisicamente próximos aos depósitos e distantes dos consulentes. São compostos, na maioria, por listagens elaboradas no momento da entrada do acervo, para controle de recebimento. Poucos são os fundos que detém instrumento informatizado com a possibilidade de acesso por computador.

Quanto ao conjunto de situações inerentes ao estado de tratamento arquivístico dos acervos, que interferem diretamente no acesso, vários são os obstáculos. Para se ter uma idéia, o Quadro 8 remete aos seguintes dados: forma de entrada do acervo, previsão de avaliação e eliminação, estágio de tratamento, condições de acesso e “instrumentos de pesquisa”.

Sigla do fundo	Condições que interferem no acesso					Instrumento de pesquisa
	Forma de entrada	Previsão de avaliação com eliminação de parcela	Estágio de tratamento	Condições de acesso		
1. BANRORAIMA	recolhimento de órgão extinto	sim	não organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo datilografada	
2. BNCC	recolhimento de órgão extinto	sim	não organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo datilografada	
3. GCE	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo digitada	
4. CMPR/FHC	recolhimento	não	organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo e banco de dados	
5. CBEE	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo digital, cópia em CD	
6. CONEP	recolhimento	não	organizado	sem restrição	listagem por assunto	
7. COLONE	recolhimento	não	organizado	sem restrição	listagem por assunto	
8. SIDERAMA	recolhimento de órgão extinto	não	parcialmente organizado	sem restrição	listagem por assunto	
9. DASP	recolhimento de órgão extinto	não	não informado	não informado	acervo digitalizado	
10. DCDP	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	listagem para subséries peças teatrais, filmes, letras musicais, radionovelas, telenovelas e programas de TV	
11. PORTOBRAS	recolhimento de órgão extinto	sim	não organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo datilografada	
12. FBC	recolhimento de órgão extinto	não	não organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo datilografada	
13. FRP	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	inventário	
14. IAPC	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	não informado	
15. IPEA	recolhimento	sim	não organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo digitada	
16. INAMPS	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	não informado	
17. INPS	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	não informado	
18. MA	recolhimento de parcela do acervo	sim	não organizado	necessidade de organização	listagem por assunto e ordem numérico-cronológica	
19. MEC/SEPLAN	transferência de parcela do acervo	sim	não organizado	sem restrição	listagem por procedência e espécie	
20. MF/DMT	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	não informado	
21. MJ	recolhimento de parcela	sim	não organizado	sem restrição	fichários e listagem numérico-cronológica	
22. MS	recolhimento de parcela	sim	parcialmente organizado	sem restrição	não informado	
23. MVOP	recolhimento de órgão extinto	sim	parcialmente organizado	sem restrição	inventário sumário, catálogo de documentos fotográficos e cartográficos	
24. MME	recolhimento de parcela	sim	não organizado	sem restrição	listagem numérico-cronológica	
25. MINTER	recolhimento de parcela	sim	não organizado	sem restrição	catálogos para documentos cartográficos	
26. MPOG	recolhimento	não	organizado	sem restrição	listagem descritiva	

Cont.

27. MT	recolhimento em 1979 e 1980; transferência de parcela em 1992	sim	não organizado	sem restrição	listagem por assunto
28. PR	recolhimento de parcela	sim	parcialmente organizado	com autorização do órgão	listagem de recuperação do acervo datilografada
29. PGC	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo digitada
30. PPN	recolhimento de órgão extinto	não	organizado	sem restrição	listagem descritiva do acervo digitada
31. SEPLAN	recolhimento de parcela	sim	não organizado	sem restrição	listagem de documentos por assunto datilografada
32. SPM/AF/AL	recolhimento	não	não organizado	sem restrição	fichário e listagem onomásticos
33. SPM/AF/AP	recolhimento	não	não organizado	sem restrição	fichário onomástico
34. SPM/AF/AM	recolhimento	não	não organizado	sem restrição	fichário e listagem onomásticos
35. SPM/AF/BA	recolhimento	não	não organizado	sem restrição	fichário onomástico
36. SPM/AF/CE	recolhimento	não	organizado	sem restrição	não informado
37. SPM/AF/DF	recolhimento	não	não organizado	sem restrição	fichário onomástico
38. SPM/AF/GO	recolhimento	não	não organizado	sem restrição	fichário onomástico
39. SPM/AF/MA	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
40. SPM/AF/MT	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	listagem onomástica
41. SPM/AF/MS	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário e listagem onomásticos
42. SPM/AF/PA	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
43. SPM/AF/PB	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
44. SPM/AF/PE	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
45. SPM/AF/PI	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário e listagem onomásticos
46. SPM/AF/RN	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
47. SPM/AF/RO	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
48. SPM/AF/RR	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
49. SPM/AF/SE	recolhimento	não	parcialmente organizado	sem restrição	fichário onomástico
50. SIDERBRAS	recolhimento de órgão extinto	sim	não organizado	sem restrição	listagem de recuperação por assunto
51. SUDECO	recolhimento de órgão extinto	sim	não organizado	sem restrição	não informado
52. TELEBRAS	recolhimento de órgão em processo de dissolução	não	organizado	com autorização do órgão	não informado

Quadro 8 – Elementos que comprometem o acesso ao acervo da COREG/AN

Fonte: Elaboração própria, com base no SIAN, 2009.

As condições de conservação não foram incluídas no quadro, pois, por se tratar de documentos produzidos majoritariamente nas últimas quatro décadas, a conservação é regular e não há registros de impedimento por essa via.

Inexistindo também dificuldades jurídicas neste conjunto, as limitações de ordem prática ou materiais assumem grandes proporções. Tomando por base os 52 fundos registrados, apenas 15 deles estão tratados, perfazendo 1.775,58 metros, ou seja, 16,2% dos 10.988,84 metros alocados nos depósitos.

Poucos são os fundos que dependem de autorização formal para ser acessado pelo público. As restrições são interpostas atualmente pelos produtores da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Telecomunicações Brasileiras.

No SIAN consta que apenas o fundo Ministério da Educação e Cultura e uma parcela do Ministério do Trabalho foram transferidos. Todos os demais foram recolhidos. Essa informação indica que há apenas dois fundos na situação de arquivo intermediário. Ao lado desse dado, encontra-se que 15 (28,3%) fundos serão submetidos “à avaliação e seleção nos termos da Lei nº 8.159, de 08/01/1991 e do Decreto nº 4.073, de 03/01/2002, obedecidos os parâmetros técnicos definidos pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e pelo Arquivo Nacional”. Considerando que documentos recolhidos detêm valor secundário atribuído no momento da avaliação e antes da destinação, a afirmativa foi considerada inconsistente. Além do mais, os dados são conflitantes com o *Cadastro Nacional de Arquivos Federais* (Quadro 6), ao afirmar que o acesso só é permitido “ao órgão produtor da documentação ou através de sua autorização”. Grande parte dos fundos existentes na COREG/AN em 1990 não foi submetida a processamento arquivístico, evidenciando a manutenção da situação de documentos em fase intermediária. Percebemos que há uma razoável incidência de dados questionáveis o que nos leva a concluir que as informações constantes no SIAN não representam as reais condições de acesso.

O Artigo 17, do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, define que os arquivos públicos de guarda permanente gerados por empresas em processo de desestatização devem ser recolhidos aos arquivos públicos. Obedecendo à norma, 19 (36,5%) fundos nessa situação foram recolhidos à COREG/AN. Os que chegaram até a década passada não atendiam às prerrogativas de organização e tratamento arquivístico, com exceção da CONEP e da COLONE.

A partir de 2000, aparecem os primeiros resultados da assistência técnica em gestão de documentos prestada aos órgãos públicos, associada à divulgação e aplicação dos

instrumentos normativos sobre o assunto³⁸. As evidências estão computadas nos onze recolhimentos processados neste novo século, com acervos organizados e avaliados: Telecomunicações Brasileiras S.A., Centro de Memória dos Presidentes da República/Fernando Henrique Cardoso, Fundação Roquette Pinto, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/*Bug* do Milênio, Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, Projeto Grande Carajás, Projeto Pólo Noroeste, Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, Instituto Nacional de Previdência Social.

O problema se agrava com a análise dos instrumentos de recuperação da informação. Guias, inventários, catálogos, índices são consagrados entre os teóricos como instrumentos de pesquisa. O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* foge à regra e admite as listagens de transferências de acervo como tal. O SIAN aceita “listagem de documentos por assunto datilografada”, “listagem descritiva do acervo digitada” e até “fichários” como veículos que possibilitam o acesso nas condições reais.

A atitude do Arquivo Nacional encontra ressonância no pensamento de Couture (2003, p. 288) quando afirma que os termos de transferência, que nada mais são que listagens de documentos a transferir, são verdadeiros instrumentos de pesquisa. Para aumentar a certeza, acrescenta as palavras de Michael Cook: “A lista de transferência tem a função de agir como um auxílio básico, pelo qual qualquer item transferido pode ser recuperado e colocado em uso” (COOK, 1993 apud COUTURE, 2003, p. 288, tradução nossa). Mas reconhece tratar-se de uma alternativa primária que deve ser substituída o quanto antes por instrumentos legítimos de recuperação para atendimento do usuário externo.

O mesmo autor enumera os elementos cruciais no arquivo intermediário que devem constar em um instrumento de descrição (COUTURE, 2003, p. 289, tradução nossa):

- unidade administrativa onde os documentos foram gerados;
- título de cada unidade (dossiê, processo, item documental) e conteúdo;
- datas-limite das unidades descritas;
- tipo de tratamento, período de vida e destinação (recolhimento ou eliminação);
- data de recolhimento ou eliminação;
- código de identificação;

³⁸ O Decreto nº 2.182, de 20 de março de 1997, atualizado em 2002 pelo 4.073, estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional. A Instrução nº 1, de 18 de abril de 1997, estabelece os procedimentos para entrada de acervos no Arquivo Nacional.

- localização.

Boa parte das 28 listagens de controle dos documentos existentes nos fundos é datilografada (9); outras digitadas (6), sendo que apenas duas são acompanhadas de uma cópia do documento em meio digital, que sobremaneira facilita a busca aleatória. Segundo a equipe de atendimento, há também listagens manuscritas. Nenhuma delas contém todos os itens acima mencionados, em geral são relações onde constam apenas dados numéricos de processos ordenados cronologicamente.

Segundo consta no SIAN, dezessete fundos são intermediados por fichas ordenadas alfabeticamente, um fundo não contém instrumento e um foi totalmente digitalizado para viabilizar o acesso. Há dois catálogos e dois inventários, no entanto, foram definidos assim por termos genéricos e não seguem as especificidades de um instrumento arquivístico. Oito fundos não contém informações sobre a existência de instrumento de pesquisa. O único fundo contemplado com quadro de arranjo e listagens por subséries é o Fundo DCDP, organizado integralmente no AN.

A idéia repassada desse cenário atual é de manutenção da realidade retratada há vinte anos no *Cadastro Nacional de Arquivos Federais* (1990), apenas ampliada com o recebimento de mais acervos. Apesar da boa vontade e do notável esforço para dar conta da manutenção do acervo da instituição por parte das várias equipes que se sucederam na COREG/AN, fatores como mudanças constantes de endereço, poucos recursos financeiros e humanos, precárias condições das instalações e baixo uso de recursos tecnológicos contribuíram para essa imagem negativa.

Ainda que esteja garantido o acesso público por vias legais, conclui-se que o acesso de fato é prejudicado pela falta de controle dos conteúdos e da localização física dos documentos. Não existe uma metodologia para elaboração de instrumentos de recuperação, que necessariamente são o resultado final do tratamento arquivístico. Todos ou quase todos os instrumentos que intermedeiam o acesso foram herdados dos produtores ou acumuladores por ocasião da passagem dos conjuntos para o arquivo. Enfim, sem se dar conta das suas responsabilidades sociais, o Arquivo Nacional transfere ao usuário a decisão de pesquisar ou não diante de tantos obstáculos.

4.5 Perfil do usuário

Dentre o público freqüentador, o nosso foco se deteve no pesquisador acadêmico em busca de informação sem restrições de acesso legal, portanto, cadastrado no instrumento elaborado na COREG/AN, denominado *Formulário de Atendimento ao Usuário* (ANEXO A). Relembrando, o grupo analisado, que chamamos de Grupo A, contempla os usuários com finalidades acadêmico-científicas, culturais ou comerciais.

Não há relatórios estatísticos ou documentos consolidados estabelecendo o perfil do usuário no período estudado. Dados numéricos alusivos à quantidade de atendimentos por ano só existem nos relatórios anuais, mas não descrevem características do grupo de indivíduos. Por causa dessa lacuna, foram analisados diretamente os 119 formulários preenchidos entre 1993 e 2007. Eles contêm quatro partes: a) identificação do interessado; b) demanda de busca, dividida em tema pesquisado, finalidade da pesquisa e documentos solicitados; c) serviço fornecido e d) data e assinaturas.

É comum em formulários de inscrição de usuários, disponíveis nos arquivos, a existência de questões destinadas a permitir aos serviços de arquivo conhecer as tendências globais de pesquisa, bem como realizar suas próprias estatísticas. Entretanto, o público é livre para respondê-las ou não. No caso da COREG/AN, muitos campos importantes do formulário foram deixados em branco, especialmente quanto ao vínculo e a finalidade da pesquisa.

Além dos formulários, foram consultadas também as correspondências e mensagens eletrônicas encontradas juntas aos formulários. Esses documentos encontram-se organizados em dossiês por fundo consultado e estão ordenados cronologicamente.

Para o alcance desse enquadramento, foram deixadas de lado as consultas administrativas, efetuadas pelos produtores dos fundos custodiados na fase intermediária na COREG/AN; as probatórias solicitadas também no âmbito das consultas administrativas ou por cidadãos em busca de comprovantes de direitos sociais, e as informações sigilosas buscadas nos fundos do período da ditadura militar³⁹.

No *corpus* analisado foram extraídas três naturezas de pesquisa que receberam as seguintes denominações: pesquisa acadêmico-científica, pesquisa cultural e pesquisa comercial. O elemento que unifica as três naturezas é a possibilidade de reconstituição

³⁹ Esse recorte exclui boa parte dos atendimentos efetuados diariamente pelo órgão. Caso fossem consideradas elevariam muito o quantitativo de atendimentos. A título de ilustração, o Relatório de Gestão de 2007 (p. 30-31) informa: a) atendimento por fundos pesquisados: 181, com 50 mil documentos consultados e 15 mil cópias fornecidas; b) atendimento a órgãos depositários: 546 consultas com 488 empréstimos de documentos; c) atendimento aos acervos do período militar: 1.452 requerimentos de consultas.

histórica por intermédio dos arquivos públicos. Como tal, especialistas de várias disciplinas fazem uso da metodologia desenvolvida pelos historiadores para remontar às origens de uma instituição, produzir um filme ou publicar a biografia de uma personalidade.

Foram consideradas consultas acadêmico-científicas aquelas cujas demandas se originaram das atividades desenvolvidas por indivíduos em decorrência da sua vinculação a uma instituição de ensino, seja como estudante, professor ou pesquisador, e que objetivaram a coleta de informações para a aplicação em trabalhos escolares do ensino fundamental ou médio; trabalhos acadêmicos de graduação, mestrado ou doutorado, como também na publicação de artigos e livros, entre outros.

As pesquisas culturais foram entendidas por aquelas em que o pesquisador tem por finalidade a promoção da arte e da cultura, sem visar, em primeiro nível, retorno financeiro, como é o caso de um ator que deseja remontar uma peça e busca no arquivo a obra original ou o representante de determinada instituição que pretende montar um centro de documentação com reprodução de fontes existentes em arquivos; ou ainda o usuário em busca de ampliação de conhecimento.

As consultas agrupadas como de cunho comercial foram aquelas originadas de projetos profissionais autônomos que visavam, explicitamente, o lucro, tais como produção de artigo jornalístico, filme, livro biográfico.

As caracterizações acima são frutos da análise das finalidades de cada pesquisador que entrou em contato com a COREG/AN. Essas finalidades foram estratificadas na Tabela 11.

Tabela 11 – Classificação das pesquisas de acordo com a necessidade do usuário (n=119)

Finalidade \ Classificação	Acadêmico-científica	Comercial	Cultural	Ignorada	Total
coleta de informações	5	1	1	0	7
criação de sítio na Internet	0	1	0	0	1
doutorado/pós-doutorado	28	0	0	0	28
graduação	15	0	0	0	15
história de entidades/ memória institucional	0	4	9	0	13
mestrado	13	0	0	0	13
produção de filme/teatro	0	3	1	0	4
produção de livro/artigo/reportagem	6	10	2	0	18
programa de pesquisa acadêmica	2	0	0	0	2
ignorada	12	3	1	2	18
total	81	22	14	2	119

Fonte: Elaboração própria.

Com o foco na pesquisa acadêmico-científica, foi encontrada no esquema acima a preponderância dos consulentes na busca por fontes para aplicação no meio acadêmico (68,1%). Dessa maneira, torna-se evidente que a COREG/AN exercita a função de atendimento ao usuário e que este é proveniente, em grande parte, das instituições de ensino superior (doutorado/pós-doutorado, graduação, mestrado e programa de pesquisa acadêmica).

Até 2007, como pode ser visto na Figura 8, a situação do atendimento ao público concernente à delimitação proposta nesta pesquisa foi insignificante em quantidade.

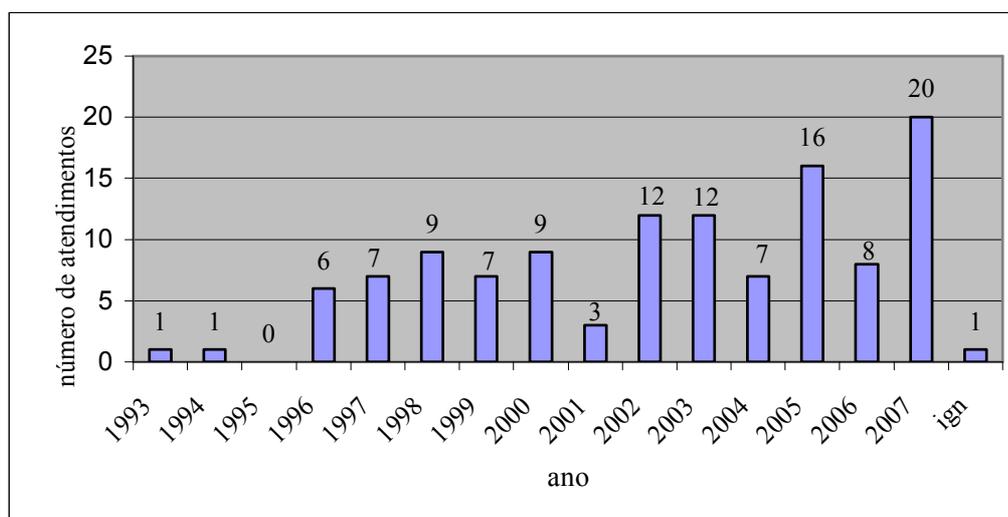


Figura 8 – Distribuição por ano das pesquisas atendidas pela COREG/AN entre 1993 e 2007

Fonte: Elaboração própria.

A distribuição de consultas por ano faz crer que a afluência de pesquisadores ocorreu espontaneamente e não houve planejamento do órgão para atração de usuários. Ao compararmos os dados dos formulários de atendimento dos anos 1995 e 1996 com os Relatórios de Atividades, deduzimos que a equipe esteve voltada prioritariamente à recepção e tratamento do acervo. Em 1995, as atividades da Coordenação Regional foram classificadas em quatro grupos: 1. recolhimento, 2. transferência, 3. assistência técnica e 4. organização, descrição e controle da informação. Esse último item tinha como alvo:

[...] identificar, organizar, descrever, acondicionar e, em alguns casos, avaliar e classificar quanto ao grau de sigilo e destinar documentos em fase intermediária e permanente transferidos e a transferir e ou documentos recolhidos e a recolher ao AN, de modo a facilitar o acesso e propiciar a recuperação e disseminação de informações (ARQUIVO NACIONAL, 1995, p. 1).

O fundo DCDP tanto nesse ano quanto nos seguintes foi objeto de tratamento arquivístico, constituindo-se no conjunto que melhor atende às expectativas dos consulentes, como é possível constatar nos temas mais procurados (Tabela 12):

Tabela 12 – Fundos e temas mais pesquisados entre 1993 e 2007

Fundo	Temas das pesquisas	Nº de consultas*
BANRORAIMA	-	0
BNCC	-	0
GCE	-	0
CMPR/FHC	-	0
CBEE	-	0
CONEP	-	0
COLONE	-	0
SIDERAMA	-	0
DASP	-	0
DCDP	-censura no regime militar brasileiro -cineasta José Mojica Marins -cineasta Roberto Santos -cinema documentário -cinema de Glauber Rocha -cinema nacional em 1960-1970 -Cinema Novo -contracultura nos anos 1970 -Henfil e a Revista Pasquim -linguagem utilizada nas peças teatrais no Brasil no regime militar brasileiro -manifestação da sociedade civil no regime militar brasileiro -modernização na sociedade brasileira através do cinema -músicas de Gonzaguinha -peça de teatro de José Vicente: O Assalto -programa de rádio no regime militar brasileiro -teatro brasileiro -telenovelas brasileiras	70
PORTOBRAS	-	0
FBC	-Coronel Fawcett -Estado, instituições e territórios na Região Centro-Oeste (1943-1991) -Fundação Brasil-Central -Fundação Brasil-Central e sua contribuição para o processo de povoamento, desenvolvimento econômico e urbanização da Região Centro-Oeste -genealogia de família -Hotel JK 1960-1961 -impacto da Ferrovia Tocantins sobre povos indígenas do Tocantins	7
FRP	-Rádio Sociedade de autoria de Edgard Roquette Pinto	3
IAPC	-	0
IPEA	-	0
INAMPS	-	0
INPS	-	0
MA	-acordo com UNESCO usando a formação de quadro da Estação Experimental de Combustíveis e Minerais -Escola de Aprendizes Artífices do Mato Grosso -marcas comerciais e registros de rótulos -Ministério da Agricultura - história -Ministério da Agricultura no Governo Vargas -obras do início da década de 1960	6

Cont.

MEC/SEPLAN	-desenvolvimento da cultura com o Estado, 1970-1980 -educador Paulo Freire no Governo João Goulart -Escola de Aprendizes Artífices do Mato Grosso -Ministério da Educação - história	4
MF/DMT	-escravidão -trabalhadores no transporte fluvial em Mato Grosso e relação com os portos platinos (1910-1930)	3
MJ	-	0
MS	-Instituto de Malariologia -política de saúde materno-infantil no Brasil	2
MVOP	-	0
MME	-	0
MINTER	-mineração em MG no séc. XVIII ⁴⁰	1
MPOG	-	0
MT	-acordo com UNESCO usando a formação de quadro da Estação Experimental de Combustíveis e Minerais -concurso cultural promovido pelo Ministério do Trabalho -engenheiros e arquitetos atuantes na construção civil -história da FIEMG - fundação e organização das entidades sindicais patronais da indústria -legislação trabalhista brasileira -medicina do trabalho na década de 1960 -Ministério do Trabalho - história -Ministério do Trabalho - denúncias -Ministério do Trabalho - Departamento Estadual do Trabalho-SP, 1930-1952 -Ministério do Trabalho - relações com sindicatos trabalhistas de Juiz de Fora -Ministério do Trabalho e sindicatos -movimento sindical -política trabalhista brasileira entre 1930-1945 -Revolução de 1930 e relações de trabalho -serviço de recuperação operária do MT, 1943 -trabalhadores rurais na Era Vargas	16
PR	-	0
PGC	-Sesquicentenário da Independência do Brasil	2
PPN	-	0
SEPLAN	-	0
SPMAF/AL	-	0
SPMAF/AP	-registros de estrangeiros na Amazônia	1
SPMAF/AM	-	0
SPMAF/BA	-	0
SPMAF/CE	-	0
SPMAF/DF	-	0
SPMAF/GO	-	0
SPMAF/MA	-	0
SPMAF/MT	-	0
SPMAF/MS	-	0
SPMAF/PA	-	0
SPMAF/PB	-registros de estrangeiros no Nordeste do Brasil	1
SPMAF/PE	-	0
SPMAF/PI	-	0
SPMAF/RN	-registros de estrangeiros no Rio Grande do Norte	2
SPMAF/RO	-	0
SPMAF/RR	-	0
SPMAF/SE	-	0
SIDERBRAS	-Projeto Itaqui - Usina Siderúrgica do Maranhão	1

⁴⁰ Tese de doutorado de José Ribeiro Neto: **A economia de mineração brasileira no sistema comercial atlântico e as relações anglo-lusas nos anos 1700**, defendida no PPGHIS/UnB em 2002.

Cont.

SUDECO	-Estado, instituições e territórios na Região Centro-Oeste (1943-1991) -índios Kaiowa-Guarani	2
IGN.	-policimento de costumes e relações Igreja-Estado -relações entre Brasil e Canadá	3

Fonte: Elaboração própria.

* Há casos em que um mesmo usuário pesquisou mais de um fundo.

A pulverização é grande e apenas dois fundos merecem ser citados como atraentes ao público nas condições em que se encontram: DCDP, com 56,5% do total de acessos e, MT, com 12,9%. Segundo a historiadora da UnB, Ione Oliveira, as mudanças conjunturais recentes têm motivado pesquisas voltadas para o entendimento dos períodos de conturbação recentes e estabelecimento da democracia:

No Brasil, o principal motivo foi o processo da transição democrática nos anos de 1980 e todos os desafios da sociedade brasileira para consolidar a democracia, fundamentada nos princípios básicos de cidadania.

Alguns estudos sobre o político, resultante do conhecimento historiográfico centrado na dimensão da História Política renovada, abarcam os cortes clássicos das estruturas políticas: órgãos burocráticos, partidos, sindicatos, forças armadas, governos e políticas públicas (OLIVEIRA, 2007, p. 99-100).

O fundo DCDP é importante instrumento para estudo e compreensão das ações de controle do Estado ditatorial sobre as manifestações culturais no campo da música, do cinema, do teatro, do rádio e editorial, empreendidas entre os anos 1960 e 1988. O fundo Ministério do Trabalho (MT) apresenta a possibilidade de estudos dos movimentos sindicais, pela importância social e participação nos rumos da política brasileira.

De modo geral, o número de fundos ignorados (3) é baixo. Deve-se salientar que a maioria dos formulários foi preenchida pelos próprios atendentes, deixando transparecer preocupação com o acervo. Por conseguinte, os dados constantes nos relatórios de atividades replicam a quantidade de consultas por fundo e ignoram o perfil do público atendido.

O fundo Ministério da Fazenda - Delegacia do Mato Grosso merece ser mencionado pela trajetória percorrida. A referida documentação foi objeto de convênio entre o Ministério da Fazenda e a Universidade Federal de Mato Grosso, entre as décadas de 1970 e 2000, cujos resultados acordados previam organização, microfilmagem e confecção de instrumentos de acesso para o uso acadêmico. Pelo que observamos nas dissertações e teses do PPGHIS/UnB, enquanto essa documentação esteve no NDHIR/UFMT, foi bastante consultada por pesquisadores da UnB. Em 2000, o acordo foi desfeito e o acervo recolhido à COREG/AN. Desde então, não há registros de consulta por membros da UnB.

Apesar do número reduzido de atendimentos num raio de quinze anos e de vários campos em branco nos formulários, foi possível desenhar o perfil do usuário do “Grupo A” da COREG/AN (Tabela 13).

Tabela 13 – Características dos usuários da COREG/AN (n=119)

<i>Características sócio-demográficas</i>	<i>n (%)</i>
1. Sexo	
<i>Masculino</i>	70 (58,8)
<i>Feminino</i>	49 (41,2)
2. Área do Conhecimento e Profissão/Ocupação	
<i>Arquitetura - pesquisador</i>	1 (0,8)
<i>Arquivologia - estudante</i>	1 (0,8)
<i>Audiovisual - ignorado</i>	1 (0,8)
<i>Comunicação e Artes - professor</i>	2 (1,7)
<i>Direito - advogado</i>	1 (0,8)
<i>Direito - estudante</i>	2 (1,7)
<i>Economia - economista</i>	1 (0,8)
<i>Economia - estudante</i>	1 (0,8)
<i>Educação - estudante</i>	2 (1,7)
<i>Educação - professor</i>	1 (0,8)
<i>Engenharia - engenheiro</i>	1 (0,8)
<i>História - estudante</i>	13 (10,9)
<i>História - pesquisador</i>	20 (16,9)
<i>História - professor/pesquisador</i>	16 (13,5)
<i>História da Educação - estudante</i>	1 (0,8)
<i>Jornalismo - estudante</i>	3 (2,6)
<i>Jornalismo - jornalista</i>	11 (9,3)
<i>Letras/Linguística - estudante</i>	2 (1,7)
<i>Letras - professor</i>	1 (0,8)
<i>Psicologia - psicólogo</i>	1 (0,8)
<i>Relações Internacionais - pesquisador</i>	1 (0,8)
<i>Sociologia - pesquisador</i>	2 (1,7)
<i>Área ignorada - ator</i>	1 (0,8)
<i>Área ignorada - estudante</i>	9 (7,6)
<i>Área ignorada - militar</i>	1 (0,8)
<i>Área ignorada - pesquisador</i>	2 (1,7)
<i>Área ignorada - produtor cultural</i>	2 (1,7)
<i>Área ignorada - professor</i>	7 (5,9)
<i>Área ignorada - profissão ignorada</i>	9 (7,6)
<i>Área ignorada - servidor público</i>	3 (2,6)
3. Vínculo institucional	
<i>Administração pública</i>	16 (13,4)
<i>Empresa privada</i>	3 (2,5)
<i>Instituição de ensino brasileira</i>	54 (45,4)
<i>Instituição de ensino estrangeira</i>	13 (10,9)
<i>Jornal</i>	4 (3,4)
<i>Televisão</i>	3 (2,5)
<i>Sem vínculo</i>	2 (1,7)
<i>Ignorado</i>	24 (20,2)
4. País/Estado de origem	
4.1 Brasil	107 (89,9)
4.1.1 Norte	
<i>Roraima</i>	2 (1,9)
<i>Tocantins</i>	1 (0,9)
4.1.2 Nordeste	
<i>Pernambuco</i>	1 (0,9)

Cont.

<i>Rio grande do Norte</i>	2 (1,9)
<i>Sergipe</i>	1 (0,9)
4.1.3 Centro-Oeste	
<i>Distrito Federal</i>	32 (29,9)
<i>Goiás</i>	5 (4,7)
<i>Mato Grosso</i>	1 (0,9)
<i>Mato Grosso do Sul</i>	2 (1,9)
4.1.4 Sudeste	
<i>Minas Gerais</i>	3 (2,8)
<i>São Paulo</i>	22 (20,6)
<i>Rio de Janeiro</i>	29 (27,1)
4.1.5 Sul	
<i>Paraná</i>	2 (1,9)
<i>Rio Grande do Sul</i>	3 (2,8)
<i>Santa Catarina</i>	1 (0,9)
4.2 Exterior	12 (10,1)
<i>Canadá</i>	1 (8,3)
<i>Estados Unidos</i>	8 (66,8)
<i>França</i>	1 (8,3)
<i>Índia</i>	1 (8,3)
<i>Noruega</i>	1 (8,3)

Fonte: Elaboração própria.

* Sem vínculo institucional.

Os homens são maioria dentre os usuários (58,8%). Quinze áreas do conhecimento foram identificadas, sendo as mais representativas: História (41,3%), com a presença de estudantes (10,9%), pesquisadores (16,9%) e professores/pesquisadores (13,5%); e Jornalismo (11,9%), também com a presença de estudantes (2,6%) e jornalistas (9,3%). As profissões e ocupações que mais se sobressaíram foram estudante (28,6%) e professor (22,7%).

No vínculo institucional se destacaram as instituições de ensino brasileiras com 54 ocorrências (45,4%). Os pesquisadores estrangeiros, na totalidade, mantêm vínculo com instituição de ensino em seu país ou no Brasil (10,9%). Um número considerável de pesquisadores é oriundo da administração pública (13,4%). A quantidade de usuários que não preencheu este campo (20,2%) diminui a certeza do perfil, mas, a nosso ver, não invalida a pesquisa.

A distribuição dos usuários por Regiões brasileiras de origem traça um panorama de conformidade com a realidade econômica e social brasileira. A Região Sudeste ocupa o primeiro lugar na prevalência com 50,5%, a despeito da facilidade de acesso oferecida pela proximidade aos que moram na Região Centro-Oeste (37,4%).

Uma radiografia dos usuários domiciliados no Distrito Federal (Tabela 14) nos aproxima da possibilidade de comparação com os historiadores do PPGHIS/UnB.

Tabela 14 – Vínculo ocupacional dos usuários domiciliados no Distrito Federal versus profissão (n=32)

Profissão	Vínculo	Adm. pública	Empre- sa privada	Instituição de ensino					Mídia (jor- nal e tv)	Sem víncu- lo	Ign.
				UnB	UPIS	Facul- dades JK	Escola Adven- tista	Ign.			
Ator	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Engenheiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudante	-	-	2	2	1	-	5	-	-	-	-
Historiador	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Jornalista	1	-	-	-	-	-	-	4	-	-	1
Produtor cultural	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Professor	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Psicólogo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Servidor público	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ignorado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total	7	1	2	2	1	1	5	4	1	8	

Fonte: Elaboração própria.

A Universidade de Brasília compareceu com apenas um estudante de Arquivologia e um estudante de História. Quanto aos dois pesquisadores identificados como historiadores um é servidor público e outro não indicou o vínculo profissional. No grupo de instituições de ensino de Brasília, o número de alunos que frequentou a COREG/AN (10) foi superior ao de professores (3).

A categoria profissional que se fez notar no período estudado foi o jornalista (6), provavelmente atraído pela notícia veiculada na mídia sobre a abertura do fundo DCDP. O número total de 32 é baixo tanto em relação as 119 pesquisas (26,9%), quanto em relação ao período, que leva a uma média de dois usuários por ano.

O estudante de História localizado entre os pesquisadores da COREG/AN foi encontrado entre os doutores do PPGHIS/UnB. José Luis Machado Neto defendeu em outubro de 2002 a tese *A economia de mineração brasileira no sistema comercial atlântico e as relações anglo-lusas nos 1700*. O tema da pesquisa, registrado em 2000 no Formulário de atendimento ao usuário, foi “economia da mineração em Minas Gerais no século XVIII”, e configurou-se na única consulta ao fundo Ministério do Interior. Provavelmente a busca não foi suprida, pois consta em sua tese de doutorado⁴¹, intitulada *A Economia de Mineração Brasileira no Sistema Comercial Atlântico e as Relações Anglo-Lusas nos anos 1700*, que “A pesquisa no Brasil fez-se no Arquivo Nacional (RJ), no Arquivo Público de Minas Gerais

⁴¹ Ver referência completa no APÊNDICE B.

(BH), nas bibliotecas das Universidades Federais de Brasília, Minas Gerais e Ouro Preto e na Mapoteca do Museu do Itamarati (RJ)”. Possivelmente, a partir da consulta realizada em Brasília o pesquisador foi instigado a se dirigir à sede, local onde há documentos do período colonial brasileiro.

5 UM ENCONTRO COMO SOLUÇÃO

Os historiadores Antunes e Silveira (2007, p. 7) ensinam a fórmula que pode dar certo: acentuar os vínculos entre arquivistas e os cursos de pós-graduação em História. Sabendo que as pesquisas acadêmicas do PPGHIS/UnB exploraram matérias que de algum modo poderiam agregar informações existentes nos fundos depositados na instituição arquivística, propusemos às atendentes da sala de consultas da COREG/AN um exercício que consistiu em identificar os fundos que eventualmente poderiam contribuir com alguma informação relevante para os temas abordados nas teses e dissertações. O teste serviu, de um lado, para analisar o domínio das atendentes sobre os fundos e, de outro, para avaliar a amplitude das convergências entre demanda de informação e estoque.

A metodologia consistiu na elaboração de uma ficha, nos moldes do Quadro 9, contendo os temas abordados nas dissertações e teses do PPGHIS/UnB. Essa ficha foi distribuída entre as servidoras do Serviço de Atendimento. Após explicar o objetivo do exercício, solicitamos que indicassem no campo à direita o(s) nome(s) do(s) fundo(s) que supostamente poderia(m) conter alguma informação relevante para os referidos assuntos.

Temas das D e T	Fundos da COREG/AN
Adolescência	MJ
Análise do discurso	TODOS
Antiguidade Clássica	-
Antropologia	-
Aristóteles	-
Bacia do Prata	MF/DMT
Biografia	SPMAF; DCDP
Biomedicina	MS; MA
Cachaça	-
Capitalismo	CONEP
Capitania de Mato Grosso e Cuiabá	MF/DMT
Capoeira	-
Casamento no Brasil	-
Centralização nacional brasileira	SUDECO
Cidadania brasileira	MJ
Clero	-
Colonialismo português	-
Colonização do Centro-Oeste	SUDECO
Comércio	COLONE; MF/DMT
Comunicação de massa	FRP
Confederação do Equador	-
Costumes na vida privada	DCDP
Cotidiano	DCDP

Cont.

Cotidiano naval	MF/DMT; PORTOBRAS
Crimes no Brasil	MJ
Crise de 1929	-
Cultura mexicana	-
Cultura popular	DCDP
Degredo	-
Democracia	-
Desapropriação de terra	MA
Descobrimento	-
Desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e Norte do Brasil	SUDECO; FBC; MINTER
Direito civil	MJ
Direito internacional	MJ
Direito penal	MJ
Direitos humanos	MJ
Doença	MS
Economia mundial	-
Educação a distância	FRP; ME
Encarceramento	-
Escravidão	-
Estado nacional	TODOS
Estatuto da criança e do adolescente	MJ
Estudo de gênero	MJ; SPMAF
Europa	-
Expedições científicas	-
Exploração	-
Federalismo brasileiro	MINTER
Feminismo	MJ
Fernand Braudel	-
Festas populares	-
Filosofia da história	-
Formas de governo	DCDP
Fronteira	MF/DMT; SUDECO
Fundação Brasil-Central	SUDECO; FBC
Futebol	-
Golpe de Estado	DCDP
Governo do Distrito Federal	-
Governo Getulio Vargas	-
Governo militar brasileiro	DCDP
Governos brasileiros	CMP/FHC
Guerra de Canudos	-
Guerra do Paraguai	MF/DMT
Heródoto	-
História da África	-
História da Paraíba	-
História de Brasília	-
História de Pernambuco	-
História regional	DASP; MINTER; SUDECO; FBC
Historiografia	-
Iconografia	MA (rótulos de produtos)
Identidade nacional	-
Identidade negra	-
Identidade regional	DASP; MINTER; SUDECO; FBC
Igreja	-
II Guerra Mundial	-
Imaginário	-
Império de Justiniano	-

Cont.

Inconfidência Mineira	-
Independência do Brasil	-
Índios	SUDECO; FBC; MS
Infração	MJ
Inquisição	-
Intelectuais europeus	-
Jesuíta	-
Justiça e direitos feudais	-
Língua portuguesa	-
Literatura	-
Literatura brasileira	DCDP
Literatura grega	-
Literatura clássica	-
Medicina	MS
Migração	MJ; SPMAF
Mineração de ouro	-
Modernismo no Brasil	-
Monarquia	-
Movimentos populares brasileiros	-
Monumento nacional	-
Mulheres	-
Música	DCDP
Narcóticos	-
Narrativa de viajantes	-
Naturalista	-
Navio prisão	-
Ocupação territorial	MA; SUDECO; FBC
Ouro Preto	-
Pátria	-
Patrimônio cultural	DCDP
Período colonial mexicano	-
Petróleo	-
Política de defesa nacional	-
Política externa brasileira	-
Política indigenista	MS; SUDECO; FBC
Política interna brasileira	-
Política internacional	-
Princesa Isabel	-
Produção econômica	CONEP; MA
Prostituição	-
Psicanálise	-
Questão agrária	-
Racismo	-
Relações internacionais	-
Religiosidade	-
República Velha	-
Ressurreições brasileiras	-
Revolução Francesa	-
Saúde pública	MS
Segurança nacional	-
Sindicato dos trabalhadores	MT
Sisal	-
Sistema educacional brasileiro	ME; FRP
Sistema jurídico internacional pós-1945	-
Sistemas econômicos	-
Teologia moral cristã	-
Trabalho forçado	-

Cont.

Tráfico de escravos	-
Tragédia grega	-
Tragédia humana	-
Tribunal Militar Internacional	-
Urbanização do Rio de Janeiro	-

Quadro 9 – Temas das dissertações e teses que apresentam alguma afinidade com as informações contidas nos fundos da COREG/AN

Fonte: Elaboração própria.

Foram arrolados 142 temas e dentre eles as atendedoras conseguiram visualizar a possibilidade de fornecer subsídios para 52 (37,0%). Em vários casos, foram indicados mais de um fundo documental: 35 temas foram contemplados com 1 fundo; 9 com 2 fundos; 6 com 3 fundos; 2 temas com 4 e 2 temas poderiam se basear em qualquer fundo.

O exercício expõe a viabilidade de estreitamento dos contatos entre os dois ambientes estudados, baseada na capacidade de atendimento e na afinidade dos fundos com os temas explorados. É evidente que se trata de um exercício abstrato, pois os assuntos utilizados no Quadro acima são genéricos e não encerram as especificidades atinentes a cada pesquisa analisada, assim como não há garantia de que os fundos atendem objetivamente às demandas.

O historiador sofre influências do seu tempo. Em grande medida, os temas atuais têm motivação na conjuntura do mundo moderno em que ele vive. As mudanças ocorridas nas décadas mais recentes originadas nas críticas ao modelo soviético autoritário, no reordenamento da economia mundial e no desenvolvimento social vêm oxigenando as pesquisas contemporâneas. Além dessas motivações internacionais, no Brasil o fim da ditadura militar, a transição para um regime democrático e as tendências da pesquisa histórica atual aumentaram as possibilidades de exploração de questões derivadas dessa conjectura, tais como: cidadania; comportamento de crianças e adolescentes; comunicação de massa; costumes na vida privada; cotidiano; crime; democracia; cultura popular; direitos humanos, civil e penal; educação; estudo de gênero; formas de governo; identidade negra; migração; movimentos populares brasileiros; manifestações culturais; saúde pública; sindicatos etc.

Os resultados nos levam a concluir pela existência de uma convergência entre a necessidade do historiador e o estoque do arquivo. Entretanto, não basta o empenho pessoal dos pesquisadores e dos atendedoras. Para que haja uma comunicação continuada, são necessárias políticas de incentivo à pesquisa por parte da instituição responsável pela guarda de acervos. Deve haver, também, a boa aceitação por parte do Departamento de História da UnB, acompanhada de impulso aos estudantes para o estudo dos princípios que norteiam a organização dos arquivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco pode ser feito [...] para antecipar as tendências de pesquisas futuras que alteram a pergunta ou a utilização de documentação. Os arquivistas anteciparam a história quantitativa, a social história, a história da mulher? Não, tudo isso representa novas formas de pensamento, para ambos, historiadores e arquivistas (SAMUELS apud COUTURE, 2003, p. 377, tradução nossa).

A pesquisa que ora concluímos buscou determinar qual a extensão da necessidade e uso efetivo do acervo da COREG/AN pelos historiadores do PPGHIS/UnB, partindo de três conjecturas: a) os historiadores não freqüentam o arquivo por desconhecimento ou b) por falta de interesse na documentação produzida pela administração pública federal ou, ainda, c) porque a instituição arquivística apresenta limitações nas ações de difusão e acesso.

As hipóteses “a” e “c” foram norteadas pelo desconhecimento da existência da COREG/AN por parte do historiador. Pelas informações coletadas, houve a confirmação da hipótese “a”, pois, mais da metade dos historiadores entrevistados (55,4%) ignora a existência do órgão arquivístico, bem como dos serviços que são oferecidos ao público. Esse resultado foi reforçado pela incidência de uma única consulta, realizada por um estudante de doutorado do PPGHIS/UnB no período estudado.

A outra causa do desconhecimento foi creditada ao raio de ação da COREG/AN, ou seja, suas ações de difusão e acesso são limitadas, conforme previsto na hipótese “c”. A pesquisa revelou que o órgão considera como função básica o recebimento e a preservação de documentos produzidos pela administração pública federal. Em vista do que, a preocupação com o usuário é compreendida como uma atividade colateral, restrita à prestação dos seguintes serviços: 1) fornecimento de informações solicitadas, 2) orientação quanto ao uso dos recursos disponíveis, 3) fornecimento de documentos solicitados, 4) fornecimento de cópias, 5) realização de pesquisas de caráter probatório. Encarando a difusão como consequência e não como meta, a unidade não tem desenvolvido atividades que visam à divulgação de seus serviços, como ensina Carbone:

Os verdadeiros arquivistas científicos tendem (...) a efetuar um trabalho científico que consiste em restabelecer o ordenamento original dos fundos recolhidos, a redigir guias, inventários e outros instrumentos auxiliares de pesquisa. Eles tendem

igualmente a exercer uma atividade de difusão por meio de edições de fontes, publicações de monografias e organização de mostras documentárias (CARBONE, 1984, p. 1.516).

A relação entre arquivista e usuário compreende o atendimento na sala de consulta; o atendimento a distância, por meio de telefone, correio, correio eletrônico ou fax; a disponibilização dos documentos para consulta; a reprodução e o empréstimo de documentos. Tão importante quanto o atendimento satisfatório, a difusão compreende também ações que acenam para um público potencial. Para tanto, o profissional de referência deve atuar na promoção de conferências e palestras relativas aos arquivos e a sua utilização, bem como sobre a Arquivística em geral. Deve também confeccionar instrumentos de pesquisa, folhetos, cartazes, CD, sítio *Web* na Internet; organizar *workshops* sobre metodologia de pesquisa e organizar exposições. Compete, também, o auxílio às outras funções do arquivo, por exemplo, aquisição, descrição, conservação etc. (COUTURE, 2003, p. 374). A COREG/AN não exerce nenhuma ação que vise a atrair o público potencial.

Para analisar o fenômeno da baixa procura dos historiadores do PPGHIS/UnB pelas informações contidas no acervo da COREG/AN e responder a hipótese “b”, foram utilizadas ferramentas que permitiram o emprego de abordagem quantitativa e qualitativa. A escolha do historiador, dentre os vários usuários de arquivo, permitiu a análise de hábitos semelhantes no tocante à necessidade e busca de informações arquivísticas.

O confronto do perfil do pesquisador do PPGHIS/UnB com o de outros que freqüentaram o referido Arquivo com demandas científico-culturais possibilitou concluir que possuem hábitos análogos aos de seus pares. Tal conclusão levou à rejeição da hipótese que considera que o historiador da atualidade vem substituindo a fonte documental arquivística por outros artefatos. Os historiadores persistem no uso de documentos oficiais e reconhecem o peso que eles exercem na pesquisa histórica. Tal convicção gera, inclusive, ansiedade entre os pares com relação ao aumento de pesquisas baseadas em fontes exclusivamente impressas e/ou disponíveis na Internet. Professores e pesquisadores mais experientes acreditam que tal comportamento pode ser prejudicial à pesquisa científica tornando-a pouco inovadora.

Ainda que alguns pesquisadores dêem preferência às fontes bibliográficas, induzidos pela facilidade de acesso, poucos descartam o emprego da fonte tradicional. Nas teses e dissertações é comum a citação de documentos oficiais encontrados em arquivos, tais como documentação iconográfica, mapas, gravuras, legislação, jornais de época, documentos eclesiásticos, entre outros. Com isso, as fontes tradicionais continuam ocupando o mesmo

lugar de importância entre os cientistas da História, especialmente no âmbito da História Política, que permeia a História Social e a História Cultural.

O diferencial da pesquisa histórica da atualidade está na maior diversificação de fontes que ao serem somadas às arquivísticas resultam em novos entendimentos e preenchimento de lacunas sobre a História, como descreve o doutor pelo PPGHIS/UnB, Pio Penna Filho:

Com relação à pesquisa documental foram utilizadas as fontes disponíveis, elencadas ao final da dissertação, e gravadas duas entrevistas com o embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes [...]. Elucidativas, instigantes e reveladoras de muitos atos dificilmente verificados pela documentação oficial (que, diga-se, encontra-se fechada a pesquisadores nos arquivos do Itamaraty)... (PENNA FILHO, 1994, p. 4).

As pesquisas realizadas por historiadores da Universidade de Brasília são ricas na variedade de assuntos e enfoques. Há, como em todo campo científico, a presença dos “modismos” temáticos, entretanto, estão recheadas de análises guiadas pela História Política e Social e moldadas pela História-problema. O cenário mostra que estão abertos às novas possibilidades que surgirem, posição que pode ser confirmada na amplitude das áreas de concentração disponíveis no Programa de Pós-Graduação.

Mas então, como chegam à COREG/AN pessoas dos mais diversos locais do Brasil e do exterior e tão poucos da UnB? Nos registros de atendimento ao usuário há indícios de que foram recebidos depois de terem passado pelo AN/Rio de Janeiro ou por instituições públicas governamentais. Pode-se agregar à afirmativa os resultados referentes aos canais que levaram a unidade em Brasília a ser conhecida por alguns acadêmicos do PPGHIS/UnB: o portal institucional na Internet, o próprio Arquivo Nacional, publicações, jornal, instituições públicas e arquivos públicos.

Cabe salientar a importância da Internet como canal de comunicação e difusão. Recuperamos as manifestações dos entrevistados do PPGHIS/UnB que reivindicaram maior divulgação da Coordenação Regional, o estabelecimento de um canal de comunicação por meio de mensagens eletrônicas e a inclusão de *links* em outros sítios por onde o pesquisador navega. O Arquivo Nacional deve explorar mais intensamente esse canal e se dirigir virtualmente aos ambientes onde possa despertar o interesse de novos usuários.

A COREG/AN, ao longo de sua trajetória, não exerceu completamente a função de arquivo intermediário e vem sendo impedida, regimentalmente e estruturalmente, de exercer suas competências, que encerram: recebimento, avaliação, tratamento,

classificação, descrição e difusão de seu arsenal de informações, prioritariamente produzido e acumulado pelos órgãos governamentais.

A qualidade de um arquivo e do serviço de atendimento transparece na precisão dos instrumentos de pesquisa de que dispõe. A falta de instrumentos de pesquisa dignos de atender o usuário satisfatoriamente tem impacto negativo, pois reflete a ausência de organização do acervo e o mantém inacessível. O uso corriqueiro de listagens de transferência ou recolhimento no lugar de instrumentos de pesquisa foge a qualquer expectativa de aproximação e busca de entendimento do arquivo com seu público. Concretamente, o serviço de atendimento deve ser investido de pessoal capaz de propor adaptações nos instrumentos arquivísticos de forma a possibilitar a interação com o público, procurando não ferir as regras teóricas vigentes.

Vale ressaltar que instrumentos de pesquisa são intermediários entre o usuário e o documento e, portanto não resolvem completamente um problema informacional. Eles indicam caminhos, descrevem contextos e conteúdos. Deve-se ter em mente que um indivíduo deseja alcançar o documento ou a informação de que necessita e não apenas sua descrição. O melhor uso da Internet envolve a inclusão de imagens digitais dos documentos descritos, assim, o usuário poderá alcançar o acesso pleno sem ter que sair do seu ambiente.

Ainda no espaço das redes virtuais, cabe observar que o papel do SIAN/AN como instrumento de pesquisa interage pouco com o usuário. Segue as normas da ISAD(G), conhecidas apenas pelos arquivistas, e não apresenta uma versão de fácil entendimento ao usuário leigo. Além disso, percebemos que os dados disponibilizados ao público possuem inconsistências no que se refere ao conjunto de documentos custodiados na COREG/AN.

Para uma maior fluência na comunicação interpessoal, é imprescindível treinar intelectualmente o atendente. A capacitação deve incluir: o desenvolvimento de uma percepção holística do indivíduo para a interpretação das suas necessidades de informação; o aprimoramento da capacidade de percepção do mundo de informações em que o atendente está inserido e o estímulo à compreensão do universo que está do lado de fora do balcão de atendimento, pois é nesse espaço externo que são forjadas as lacunas, dúvidas e a demanda pela informação.

O ambiente também pode exercer atração ou repulsão ao usuário que se dirige pela primeira vez a um arquivo. Dotar a COREG/AN de condições para atrair um público potencial e garantir o retorno dos usuários incide no cuidado em provê-la de uma estrutura física condizente. Uma sala de consulta deve oferecer segurança e conforto a todos: usuários, documentos e servidores.

É notória a inexistência de atividade relativa ao estudo do usuário da COREG/AN, seja centrado no estoque ou na necessidade do usuário. O serviço de atendimento modelado na sede do Arquivo Nacional já se encontra avançado em termos de “atendimento” e de análise prospectiva que resultam em injeção de melhorias em resposta às demandas. Elas devem ser estendidas à Coordenação visando à padronização de atividades.

Em todos os sentidos, o Arquivo Nacional pode dedicar maior atenção à unidade em Brasília naquilo que é pertencente à seara da transferência da informação existente no patrimônio documental. Na prática, verifica-se que a distância entre sede e Coordenação Regional não é suficiente para conceder a esta autonomia financeira, entretanto, a separação geográfica favorece a adoção de procedimentos e decisões que nem sempre são condizentes com os objetivos da instituição arquivística nacional. Tomemos como exemplo o tratamento diferenciado dado a dois fundos: o fundo do MF/DMT, que esteve aos cuidados da UFMT e foi destinado a mudar de logradouro porque assim estaria no local adequado à guarda e difusão, pode ser considerado “perdido” para o historiador que não foi informado sobre seu novo paradeiro. Por outro lado, o fundo DCDP, foi recolhido à mesma instituição arquivística, mas, diferentemente do fundo MF/DMT, foi tratado e teve a condição de livre acesso amplamente divulgada, revelando um caso em que a missão do arquivo foi cumprida ao permitir a todos o conhecimento da história. Em razão desses exemplos, retomamos a pergunta que deu origem a este trabalho: Afinal, um documento retirado dos arquivos públicos estará perdido para sempre ou estará perdido se for entregue a um arquivo?

Assim sendo, recomenda-se o desenvolvimento de um programa que garanta visibilidade aos acervos de guarda permanente e aprimoramento do seu sistema de atendimento. Do contrário, a Coordenação Regional continuará sendo julgada como um depósito da administração pública federal sem nenhum sentido social ou cultural.

O corpo técnico da COREG/AN até 2006 era composto por aproximadamente vinte servidores. Nesse ano o quadro de servidores do AN foi ampliado por meio de concurso público. A equipe atual é especializada e capacitada intelectualmente para prestar assistência técnica aos órgãos do governo federal; tratar o acervo custodiado, elaborar instrumentos legítimos de pesquisa, promover a difusão da informação e viabilizar o acesso seguindo as normas e teorias arquivísticas. Porém a falta de publicidade mantém o órgão afastado do circuito intelectual e acadêmico. Raras são as participações de representantes na qualidade de palestrantes em eventos da área ou de outras afins, como a História. Da mesma forma, é escassa a publicação de artigos e manuais com a finalidade de registro, transmissão e resgate do conhecimento gerado no ambiente de trabalho.

O desafio de tornar-se conhecida é maior do que se imagina. Os arquivos estaduais, municipais e, no caso de Brasília, o Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) participam bem mais da vida cotidiana das pessoas locais pelos laços de identidade regional e de preservação do patrimônio documental e da memória. O ArPDF, por exemplo, possui um acervo que remete à história de Brasília e atrai tanto o público acadêmico quanto o indivíduo com direitos derivados de suas manifestações enquanto cidadão. Ao contrário, a COREG/AN não possui tais características, naturalmente atrativas ao público da região onde está fixada, ou seja, ela não ocupa espaço no cotidiano das pessoas da região.

Verificam-se pelos indícios coletados nesta pesquisa que o acervo da COREG/AN guarda infinitas possibilidades de exploração histórica. No entanto, por não estar organizado não é divulgado. A não divulgação, por sua vez, não gera demanda. Está criado o ciclo vicioso: não se organiza porque não há demanda e não há demanda porque o acesso é inviável.

A solução deve ser buscada nos dois ambientes, academia e arquivo. Um encontro com perspectivas de pressão de ambos os lados para se chegar a um resultado comum: o acesso real e o enriquecimento das pesquisas por mais esse canal abarrotado de informação, que hoje se encontra adormecida no silêncio agradável dos depósitos.

O historiador acadêmico de hoje não mantém mais o forte vínculo com o Estado, entretanto continua prestando contas. Primeiro porque mantém vínculo empregatício com universidades públicas mantidas pelo Estado. Segundo porque a concessão de verbas pelas instituições públicas de fomento depende da avaliação da produtividade quantitativa e qualitativa dos cursos e do corpo de professores e pesquisadores.

O Arquivo Nacional é órgão presente na estrutura da administração pública federal e todo o seu recurso financeiro é oriundo dos cofres públicos, portanto a sua razão de existência é medida pela preservação da documentação pública e, principalmente, pelo uso da informação pelo cidadão. O baixo uso da informação preservada pela COREG/AN por membros da academia deve ser motivo de preocupação.

Se o Arquivo carrega a obrigação de preservar permanentemente o patrimônio documental e o historiador tem por missão interpretar e disseminar a história dos homens, então cabe aos dois procurar mecanismos para exploração desse arsenal localizado em Brasília e compartilhar sua riqueza com a sociedade.

7 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco Lopes de. **O controle de vocabulário como dispositivo metodológico para a organização, tratamento e recuperação da informação arquivística**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2008.

AGUIAR, Marcos Magalhães. Historiadores e arquivos: testemunho de uma experiência. **Revista Múltipla**, Brasília, ano 4, vol. 5, n. 7, p. 109-120, dez. 1999.

ANTUNES, Álvaro; SILVEIRA, Marco Antonio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. **Revista eletrônica Cadernos de História**: publicação do corpo discente do departamento de história da Universidade Federal de Ouro Preto, Ano II, n. 01, mar. 2007. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>. Acesso em: 22 abr. 2008.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Cadastro Nacional de Arquivos Federais**. Brasília: Presidência da República, 1990.

_____. **Catálogo do acervo de teses do Arquivo Nacional: 1896-1994**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996.

_____. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Série Publicações Técnicas, n. 51).

_____. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1995.

_____. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1996.

_____. **Relatório de atividades**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

ASSIS, Arthur Oliveira Alfaix. **O que fazem os historiadores, quando fazem História? A teoria das Histórias de Jörn Rüsen e do Império à República de Sérgio Buarque de Holanda**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, p. 168-184, maio/ago 2007.

BAPTISTA JUNIOR, Roberto. A interpretação multifacetada de quem vê o Brasil de fora. **Biblioteca EntreLivros – Retratos do Brasil**, São Paulo, edição especial, n. 8, p. 68-73, s.d.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BASTOS, Aurélio Wander Chaves; ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. A legislação e a política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4/5, n. 2/1, p. 19-33, jul./dez. 1989/jan./jun. 1990.

BELLOTTO, H. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BLAIS, Gabrielle. **Accès aux documents d'archives**: etat dès lieux. Etude RAMP. Paris: Unesco, 1995.

BLAIS, Gabrielle; ENNS, David. Intensificando o 'nobre sonho': programação pública nos arquivos canadenses. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 4/5, n. 2/1, p. 55-68, jul./dez. 1989/jan./jun. 1990.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. O uso das fontes documentais na pesquisa em história da educação e as novas tecnologias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 85-110, jul./dez. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 4 jan. 2002. Seção 1. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 8 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

BURGARDT, Victor Hugo Veppo. **Bravas gentes, cotidiano, identidade e representações**: terra indígena Raposa/Serra do Sol e Parque nacional Canaima. Ambiência de Boa Vista (Brasil) e Cidade Bolívar (Venezuela). 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Tradução de Nilo Odalia.

CARBONE, Salvatore. Arquivos, fontes de civilização. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 36, n. 9, p. 1514-1524, set. 1984. Tradução de Arlete M. Roveri.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALLANDES, Jean Philippe. **A pátria dos vencidos**: o crepúsculo de um projeto de nação Brasil 1839-1842. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CHOO, Chun W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam conhecimento para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. Tradução de Eliana Rocha.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes**. 2009. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em 8 abr. 2009.

COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. O acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v.2, n. 3, 1989.

COSTA, Sely M. de S. **Comportamento de planejadores e formuladores de política do IPEA e DNPA na busca e utilização de informações**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

COUTURE, Carol. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Canadá: Presses de l'Université du Québec. 2003.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília, Finatec, 1999.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **La gestión de documentos en las organizaciones**. Madrid: Pirámide, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DE DECCA, Edgar S. Memória e Cidadania. In: O DIREITO À MEMÓRIA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA. São Paulo: DPH, 1992.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Paris. 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 06 fev. 2008.

DUBOSCQ, Guy M; MABBS, A. W. **Organização do Pré-Arquivo**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1977. (Publicações Técnicas, 36).

DUCHEIN, Michel. **Les obstacles à l'accès, à l'utilisation et au transfert de l'information contenue dans les archives**: une étude RAMP. Paris: UNESCO, 1983.

_____. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. **Informativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 1, p. 2-10, jan-jun. 2006. Conferência pronunciada a convite da AAB e do Departamento Geral de Documentação da Secretaria de Estado de Justiça – RJ, em 31 de agosto de 1978.

_____. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro, v. 10/14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

_____.; MACNEIL, Heather. Proteção da integridade dos documentos eletrônicos: uma visão geral do Projeto de Pesquisa da UBC-MAS. In: **DIPLOMÁTICA APLICADA A DOCUMENTOS CONVENCIONAIS E ELETRÔNICOS**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Tradução de Fernanda Barroso, colaboração de Rosely Curi Rondinelly.

FANAI, João Edson de Arruda. **O Estado de Mato Grosso e a formação de uma nova liderança política (1930-1937)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

FAVREAU, Robert; VERHOEVEN, F. R. J. **Arquivos na França e na Malásia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1970. (Publicações Técnicas, 23).

FERREIRA, Marieta de M. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/109.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2009.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica / Carlos Fico, Ronald Polito. Ouro Preto: UFOP, v. 1, il., 1992.

_____. Teses e dissertações de História defendidas em 1995. **Estudos Históricos**, n. 17, 1996/1. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/191.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2008.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Informação e direitos humanos**: acesso às informações arquivísticas. Ciência da Informação. Brasília: IBICT, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007>. Acesso em: 20 out. 2008.

FONSECA, Paloma Siqueira. **A Presiganga Real (1808-1831)**: punições da marinha, exclusão e distinção social. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **A participação do Brasil na Liga das nações (1919-1926)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

GARCÍA BELSUNCE, César A. Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-39, jan./jun. 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **A produção do conhecimento histórico e o documento**: o uso das fontes e arquivos no universo historiográfico mineiro. Belo Horizonte: p. 1-9, s.d. (digit.).

GUIMARÃES, Thereza Martha Borges Presotti. **O novo descobrimento dos sertões e minas de Cuiabá: a mentalidade da conquista**. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

HONÓRIO, Cristiane da Cruz; DAMASCENO, Elizabeth Abreu. O direito à informação e os métodos de divulgação de arquivos e seus acervos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOS, II, 2006, Rio Grande do Sul.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2008.

JARDIM, José Maria. A função social dos arquivos e o direito à informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 7. 1988, Brasília, 10 p. Datilografado.

_____. A invenção da memória nos arquivos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 209-216, maio/ago. 1996.

_____. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.

_____. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-36, jul./dez. 1988.

_____. Informação governamental: acesso e sigilo. **Política & Administração**. Rio de Janeiro: FESP, v. 3, n. 4, p. 29-36, nov. 1998.

_____. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/>>. Acesso em: 19 dez. 2006.

_____; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out/2004. Disponível em: <http://www.dgzero.org/0ut04/Art_04.htm>. Acesso em: 19 dez. 06.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001. Tradução de Mário Vilela.

JENKINSON, Hilary. **O arquivista inglês: uma nova profissão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961. (Publicações Técnicas, 19).

KADARÉ, Ismail. **O palácio dos sonhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KECSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-9, jul./dez. 1988.

KURTZ, Clara Marli Scherer. **O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação**. 1990.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LIMA, Luis Corrêa. **Fernand Braudel e o Brasil: vivência e Brazilianismo (1935-1945)**. 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LISSOVSKY, Maurício. Quatro + uma dimensões do arquivo. In: MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LODOLINI, Elio. **Archivística: principios y problemas**. Madrid: Anabad, 1984.

MACÍAS, Jason. The Information Needs, Uses and Artifacts of Historians: A Review of the Literature. In: INFO 511: Information Resources and Services II, Winter 2004, Drexel University. Disponível em: <<http://www.pages.drexel.edu/~jm366/info511/rol.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

MARKONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MEADOWS, Arthur J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos.

_____. Avaliando o desenvolvimento da comunicação eletrônica. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice Jovelina Lima (Org). **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação/Universidade de Brasília, p. 23-34, 2000. (Série Estudos Avançados em Ciência da Informação, v. 1).

MEIRELES, Marinelma Costa. **Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão Setecentista**. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MENDES, Terezinha Maria Duarte. **Arautos da paz e bem: os Franciscanos em Portugal (1214 – 1336)**. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Portaria nº 600-B, de 15 de outubro de 1975. Aprova o Regimento Interno do Arquivo Nacional. Brasília, DF, 1975.

MULLER, S; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

MUNIZ; Diva do Couto G.; SALES, Eric de. Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006). **Textos de história**, Brasília, v. 15, n. 1/2, p. 11-33, 2007.

NORONHA, Fabrícia Rúbia Guimarães de Sousa. **O Império dos indesejáveis: legislação brasileira sobre o degredo. 1822-1889.** 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ODALIA, Nilo. Apresentação. In: **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Tradução de Nilo Odalia.

OLIVEIRA, Adão Rodrigues de. **Por sombras e reflexos.** O lugar-instante mexicano representado nos códices de Oaxaca e nas gravuras de Fr. Diego Valadés - Sec. XVI. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia do Brasil República. **Textos de história,** Brasília, v. 15, n. 1/2, p. 93-107, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivístico.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2006.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): ensaio de mudança.** 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Portaria nº 42, de 8 de novembro de 2002. Aprova o Regimento Interno do Arquivo Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 11 nov. 2002. Seção 1.

RABELO, Danilo. **Rastafari: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981.** 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAMOS, Gilmária Salviano; BURITI, Catarina de Oliveira; ARANHA, Gervácio Batista. **Annales e nova história: a gestação de uma historiografia Contemporânea.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E MODERNIDADE. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RIBEIRO NETO, José: **A economia de mineração brasileira no sistema comercial atlântico e as relações anglo-lusas nos anos 1700.** 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do arquivo nacional.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas, 7).

_____. Acessibilidade do público aos documentos. Sigilo e reserva. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 4/5, n. 2/1, p. 7-18, jul./dez. 1989/jan-jun/1990.

RODRIGUES, Rodrigo de Mello Falcão. **Heródoto e as musas ou Clio irmã de Calíope**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

ROPER, Michel. A utilização acadêmica dos arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4/5, n. 2/1, p. 91-115, jul./dez. 1989/jan-jun/1990.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SABBE, Etienne. **Os arquivos de estados**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1963. (Publicações Técnicas, 20).

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **Caminhos e descaminhos de um soldado de Cristo: a trajetória político-religiosa de Victor Coelho de Almeida (1879/1944)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, Série Plural 2, 1999.

SILVA, Paulo Thiago S. Gonçalves. **Entre a cor e o sentimento**, um certo instinto de nacionalidade. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Simone Schmatz de Rezende e. **Criação e consolidação da Capitania de Goiás no universo colonial**. O governo do Conde de Arcos, 1748-1755. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SOUSA, Renato Tarciso B. de. **Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. 2004. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Elizabeth Salgado de. **A história salgada: Imagem de índio**. Palavra de europeu. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

SOUZA, James Oliveira de. **Religião, estudo e escravidão na Amazônia Colonial: a situação de Nossa Senhora das Mercês (1640-1795)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. **Do Castelo ao Vale das Luzes: cultura e renovação – RJ (1920-1922)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

TAYLOR, Hugh A. **Los servicios de archivo y el concepto de usuário: estudio del RAMP**. Paris: UNESCO, 1984.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática contemporânea**: elementos para uma reflexão sobre a organização da informação. [2008]. Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/100.PDF>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

TOMANIK, E. A. **O olhar no espelho**: “conversas” sobre a pesquisa em Ciências Sociais. 2ª ed. Maringá: EDUEM, 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **Sistema de publicação eletrônica de teses e dissertações**. Disponível em: <https://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/processaPesquisa.php>. Acesso em 4 jan. 2009.

_____. Programa de Pós-Graduação. **Histórico do PPGHIS**. 2008. Disponível em: <www.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/pos_graduacao/pos_historico.htm> Acesso em: 08 abr. 2008.

_____. _____. **Objetivos do PPGHIS**. 2007. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/pos_objetivos_ppghis.htm>. Acesso em: 25 abr. 2009.

_____. _____. **Relação de teses e dissertações**. 2007. Disponível em <http://www.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/pos_graduacao/arquivos/relacao_de_teses_e_dissertacoes.pdf>. Acesso em 31 out. 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

WANG, Ana Beatriz Gaertner Marabuto. **Os anos Geisel**: dilema energético e Política Exterior. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos pesquisadores do PPGHIS/UnB

Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração e Ciência da Informação e Documentação – FACE

Departamento de Ciência da Informação e Documentação - CID

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCInf

Alunas: Marli Guedes da Costa (mestranda, guedesmarli@yahoo.com.br)

Susana Maleane (doutoranda, smaleane@yahoo.com.br)

PROJETO: O Historiador e as fontes de pesquisa

A mestranda Marli Guedes da Costa vem desenvolvendo, sob a orientação do professor doutor Renato Tarciso Barbosa de Sousa, uma pesquisa intitulada *O Historiador e as fontes de pesquisa*, cujo objetivo é investigar a relação entre três elementos participantes do processo de uso da informação arquivística: o historiador, o documento de arquivo e o arquivo público.

Gostaríamos de contar com a sua colaboração, respondendo a este questionário. Sua contribuição será de vital importância para compreensão do universo de pesquisa do historiador da UnB. Lembramos que as respostas são confidenciais e quaisquer informações que o identifique não serão declaradas ou publicadas. Esclarecimentos complementares poderão ser obtidos pelo e-mail: guedesmarli@yahoo.com.br.

PARTICIPANTE: IDENT nº _____

1. DADOS PESSOAIS

1.1. Sexo Masculino Feminino

1.2. Faixa etária Até 30 anos 31 a 50 anos 51 a 60 anos Acima de 60 anos

1.3. Qual o seu vínculo atual com o Programa de Pós-Graduação em História da UnB?

Aluno de mestrado

Professor

Aluno de doutorado

Outros (especificar) _____

1.4. Em qual área de concentração você está inserido?

História Social

História Cultural

História, Discurso, Imaginário e Cotidiano

História das Idéias e Historiografia

Estudos Feministas e de Gênero

História das Relações Internacionais

Outros (especificar) _____

1.5. Qual o tema da sua pesquisa?

2. NECESSIDADES E USOS DA INFORMAÇÃO

2.1. Quando você realiza uma pesquisa, busca informações em quais repositórios? (assinale quantas alternativas forem necessárias).

- Biblioteca Centro de documentação Internet
 Arquivo Jornal Outros: _____
 Museu Televisão _____

2.2. Quais dessas fontes você utiliza para realização de suas pesquisas? Assinale de acordo com o grau de frequência. Se for mestrando ou doutorando, responda em relação à sua pesquisa atual.

Fonte	Frequência de uso			
	Não usa	Usa pouco	Mais ou menos	Usa muito
Acervos arquivísticos (textuais)				
Artigos de periódicos eletrônicos				
Artigos de periódicos em papel				
Bancos de dados				
Entrevistas (história oral)				
Filmes				
Fotografias				
Guias de fontes, catálogos, inventários publicados por arquivos				
Livros eletrônicos				
Livros em papel				
Outras (especificar)				

3. A INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA

3.1. Você já ouviu falar no Arquivo Nacional?

- Sim Não

3.2. Você já ouviu falar que o Arquivo Nacional mantém uma Coordenação em Brasília?

- Sim Não

3.3. Se sim, como tomou conhecimento da Coordenação do Arquivo Nacional em Brasília? (assinale quantas alternativas forem necessárias)

- Jornal Publicações
 Rádio Instituições públicas
 Televisão Outros arquivos públicos
 Sítio na Internet Outros (especificar) _____
 Arquivo Nacional – Rio de Janeiro _____

3.4. Você alguma vez pesquisou no Arquivo Nacional – sede – Rio de Janeiro?

- Sim Não Por quê? _____

APÊNDICE B – Dissertações e teses do PPGHIS/UnB

Dissertações e teses defendidas no PPGHIS/UnB entre 1994 e 2006, nas Áreas de Concentração História das Relações Internacionais; História Política do Brasil; História Social e das Idéias e História Cultural (número de referência, autor, título, área de concentração, orientador).

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

Ano de defesa: 1994

1. Eugênio Vargas Garcia. *A participação do Brasil na Liga das nações (1919-1926)*. História das Relações Exteriores. Amado Luiz Cervo.
2. Tânia Maria Pechir Gomes. *A opinião pública e as relações internacionais do Brasil do Império a Castelo*. História das Relações Exteriores. Amado Luiz Cervo.
3. Antônio Carlos Moraes Lessa. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional desenvolvimentismo: Estratégias de diversificações*. História das Relações Exteriores. Amado Luiz Cervo.
4. Pio Penna Filho. *O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961): ensaio de mudança*. História das Relações Exteriores. José Flávio Sombra Saraiva.
5. Maria de Fátima Duarte Tavares. *Do Castelo ao Vale das Luzes: cultura e renovação – RJ (1920-1922)*. História Política do Brasil. Jaime de Almeida.
6. Tereza Maria Cotrim de Paiva-Chaves. *Memórias em construção no Centro-Oeste Brasileiro*. História Política do Brasil. Adalgisa Maria Vieira do Rosário
7. José Luiz de Andrade Franco. *A construção do silêncio: o caso Amilcar Lobo e a psicanálise*. História Política do Brasil. Elizabeth Cancelli.
8. João Edson de Arruda Fanai. *O Estado de Mato Grosso e a formação de uma nova liderança política (1930-1937)*. História Política do Brasil. Adalgisa Maria Veiria do Rosário.
9. Paula Francinetti da Silva. *Cotidiano e polícia: a vida social e a intervenção policial durante a construção de Brasília (1956-1960)*. História Política do Brasil. Elizabeth Cancelli.

Ano de defesa: 1995

10. Pablo José Sáinz Fuentes. *Cuba na política exterior do Brasil (1959-1964)*. História das Relações Exteriores do Brasil. Luiz Alberto Moniz Bandeira.

11. Aldenira Maria Piedade de Faria. *A construção do gênero nos discursos do Partido Comunista do Brasil e da Ação Integralista Brasileira (1935/1979)*. História Política do Brasil. Tânia Navarro Swain.
12. Deusdedith Alves Rocha Júnior. *A Guerrilha do Araguaia (1972/1974)*. História Política do Brasil. Adalgisa Maria Vieira do Rosário.
13. Elizabeth Salgado de Souza. *A história salgada: Imagem de índio. Palavra de europeu*. História Política do Brasil. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.
14. Kelerson Semerene Costa. *Meiaponte: impactos sócio-ambientais da mineração de ouro na Província de Goiás - 1881/1887*. História Política do Brasil. Adalgisa Maria Vieira do Rosário.
15. Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos. *Caminhos e descaminhos de um soldado de Cristo: a trajetória político-religiosa de Victor Coelho de Almeida - (1879/1944)*. História Política do Brasil. Jaime de Almeida.
16. José Theodoro Mascarenhas Menck. *O Parlamento Imperial. A liberdade religiosa e as relações Estado-Igreja no Brasil - 1823/1889*. História Política do Brasil. Jaime de Almeida.
17. Joelma Rodrigues da Silva. *Mulher: "pedra preciosa": a prostituição e as relações de gênero em Brasília - 1957/1961*. História Política do Brasil. Tânia Navarro Swain.
18. Josette Magalhães Lordello. *Entre o reino de Deus e dos homens: a secularização do casamento no Brasil - século XIX*. História Política do Brasil. Maria T. Ferraz Negrão de Mello.
19. Francisco José Lyra Silva. *Fala Taguatinga! - função referencial de uma cidade no cotidiano e memória de seus habitantes*. História Política do Brasil. Maria T. Ferraz Negrão de Mello.

Ano de defesa: 1996

20. Delmo de Oliveira Arguelhes. *A Conferência do Rio de Janeiro de 1942: o ponto decisivo da política externa Getulista*. Amado Luiz Cervo.
21. Elias dos Santos Bigio. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. História Política do Brasil. Adalgisa Maria Vieira do Rosário.
22. Elias Nazareno. *O ressurgimento do movimento sindical em Goiás na década de 80*. História Política do Brasil. Adalgisa Maria Vieira do Rosário.
23. Walter Marcos Birkner. *Segurança nacional e desenvolvimento global em Golbery do Couto e Silva*. História Política do Brasil. Elizabeth Cancelli.
24. Zenaide Guimarães de Azeredo Morgado. *A busca de um espaço político: mobilização dos militares no início da República (1889-1906)*. História Política do Brasil. Geralda Dias Aparecida.
25. Roberta Jenner Rosas. *Do paraíso ao grande hospital: dois olhares da ciência sobre o sertão (Goiás-1892-1912)*. História Política do Brasil. Janaína Amado.

26. Mariângela de Vasconcelos Nunes. *Maldição e bênção: algumas histórias do sisal na Paraíba (1930-1953)*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
27. Maurina Holanda Cavalcante. *Saber para viver: igreja, rádio e educação popular. Uma história do MEB, Limoeiro do Norte, Ceará (1962-1972)*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
28. Thereza Martha Borges Presotti Guimarães. *O novo descobrimento dos sertões e minas de Cuiabá: a mentalidade da conquista*. História Social e das Idéias. Emanuel Araújo.

Ano de defesa: 1997

29. Marcelo Vieira Walsh. *A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falklands (1982)*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam F. de Menezes.
30. Nildo Wilson Luzio. *Instituto Superior de Estudos Brasileiros - nacionalismo e modernização (1956-1960)*. História Social e das Idéias. Jaime de Almeida.
31. Ana Catarina Zema de Rezende. *A Justiça e os deveres senhoriais na obra de Philippe de Beaumanoir 'Costumes de Beauvaisis'*. História Social e das Idéias. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.
32. Mariana Gonçalves Madeira. *Dekassegui 1987/1997: a vertente nipo-brasileira das atuais migrações internacionais*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam F. de Menezes.

Ano de defesa: 1998

33. Guilherme Frazão Conduru. *A política externa de Rio Branco e os tratados do ABC*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam F. de Menezes.
34. Heloísa Conceição Machado das Silva. *O impacto da Segunda Guerra Mundial sobre a política de comércio exterior brasileira*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.
35. Adão Rodrigues de Oliveira. *Por sombras e reflexos. O lugar-instante mexicano representado nos códices de Oaxaca e nas gravuras de Fr. Diego Valadés - Sec. XVI*. História Social e das Idéias. Jaime de Almeida.
36. Evanildo da Rocha Carvalho. *A questão da brasilidade nos anos 1920*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.
37. Linda Joene Carvalho Granjense de Lima. *Laços de sangue, laços de fé, relações familiares e solidariedade no Catarismo do século XIII*. História Social e das Idéias. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.
38. Antônio Fávero Sobrinho. *Cidadania e ciência: a política de saúde pública republicana na virada do século XX*. História Política do Brasil. Geralda Dias Aparecida.
39. Virgílio Caixeta Arraes. *Brasil e Grã-Bretanha: A posse da Ilha da Trindade (1895-1896)*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.

Ano de defesa: 1999

40. Gustavo de Lemos Campos. *O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégias e soberania, 1979-1982*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam F. de Menezes.
41. José Renato de Barcellos Ferreira. *O Papel da democracia na integração Brasil-Argentina e o discurso parlamentar: 1974-1988*. História das Relações Internacionais. Albene Mirian Ferreira de Menezes.
42. Marcos Torres de Oliveira. *A Lei, os ídolos e o pastor: Estado e cidadania no Brasil entre 1890 e 1892*. História Social e das Idéias. Estevão Chaves de Rezende Martins.
43. Júlia Valéria Chindemi. *Tradiciones de fronteras internacionales em Rio Grande del Sur: um análisis em la larga duración*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam F. de Menezes.
44. José Oliver Faustino Barreira. *Mito, mimesis e condição humana na tragédia grega*. História Social e das Idéias. Emanuel de Oliveira Araújo.
45. Marcos de Camargo Von Zuben. *A idéia de História como processo necessário em Kant*. História Social e das Idéias. Estevão Chaves de Rezende Martins.
46. Joanisval Brito Gonçalves. *Tribunal Militar Internacional dos grandes criminosos de guerra, Nuremberg, 1945-1946*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam Ferreira de Menezes.

Ano de defesa: 2000

47. Paulo César Lage de Oliveira. *Mestre Eckhart Pregador: O nada e o verbo nos tratados e sermões*. História Social e das Idéias. Scott Randall Paine.
48. Paulo Roberto Soares de Deus. *Do Oriente vem o vento que os leva ao Ocidente. Representações Literárias e Iconográficas do espaço na baixa Idade Média*. História Social e das Idéias. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.
49. Cristiano Maurício das Silva. *A representação literária da sociedade urbana francesa na obra de Jean-Paul Sartre*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.
50. Rodrigo de Mello Falcão Rodrigues. *Heródoto e as musas ou Clio irmã de Calíope*. História Social e das Idéias. Emanuel de Oliveira Araújo.
51. José Miguel Vasconez Ribaneira. *Do protocolo do Rio de Janeiro à declaração presidencial de Brasília: 56 Anos de mediação brasileira em torno do conflito territorial equatorialiano – peruano (1942-1998)*. História das Relações Internacionais. Norma Breda dos Santos.
52. Frederico Lamego de Teixeira Soares. *A Alemanha e a economia do Brasil: perspectivas no âmbito das relações União Européia e Mercosul*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam F. de Menezes.
53. Lídia de Oliveira Xavier. *Conflitos e intercâmbios: a construção política e social das fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, às margens do Guaporé e o Paraguai de 1825 a 1867*. História das Relações Internacionais. Wolfgang A Dopcke.

54. Honorine Badji. *A política externa do Senegal e o Brasil: da independência aos anos 1980*. História das Relações Internacionais. Wolfgang A. Dopcke.
55. Daniel Barbosa Andrade de Faria. *O modernismo que se tornou romântico: literatura política e brasilidade*. História Social e das Idéias. Elizabeth Cancelli.
56. James Oliveira de Souza. *Religião, estudo e escravidão na Amazônia Colonial: a situação de Nossa Senhora das Mercês (1640-1795)*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
57. Israel de Farias Figueiredo. *A Política Pombalina na implantação das Capitânicas de Mato Grosso: Rolim de Moura (1751-1765)*. História das Relações Internacionais. Selma Alves Pantoja.

Ano de defesa: 2001

58. Roberto Baptista Junior. *Comunismo internacional, representação e intervencionismo nos governos Dutra e Vargas (1945-1954)*. História Social e das Idéias. Elizabeth Cancelli.
59. Rosa Helena de Santana Girão. *Medicina e sociedade no Brasil: a teoria microbiana em questão (1860-1890)*. História Social e das Idéias. Elizabeth Cancelli.
60. Carlos Eduardo Vidigal. *Integração Brasil – Argentina: o primeiro ensaio (1958-62)*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.
61. Ernesto Cerveira de Sena. *Confrontos do progresso: idéias e ações dos presidentes de províncias em Mato Grosso (1870-1889)*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
62. Carlos Henrique Romão de Carvalho. *Poética, política e poder: a emergência da etnografia Brasileira no Século XIX*. História Social e das Idéias. Elizabeth Cancelli.
63. Neuma Brilhante Rodrigues. *O amor da pátria, o amor das letras: as origens da nação na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
64. Fernanda Freitas Coura. *O Espelho das águas: a imprensa e a controvérsia do Brasil com a Argentina acerca de Itaipu (1969-1979)*. História das Relações Internacionais. Geralda Dias Aparecida.
65. Carlos Ricardo Caichiolo. *Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente*. História das Relações Internacionais. Norma Breda dos Santos.

Ano de pesquisa 2002

66. Gabriela Lafeté Borges. *Lei e virtude na História: o papel do legislador no pensamento de Rousseau*. História das Relações Internacionais. Estevão Chaves de Rezende Martins.
67. Fábio Santiago Santa Cruz. *Irmãs e rivais. Resistências paraibanas a influência do Recife (1870-1889)*. História Social e das Idéias. Estevão Chaves de Rezende Martins.
68. Isabela Fagundes Braga Ferreira. *Territorialidades de um Império: a Amazônia Colonial (1751-1759)*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.

69. Américo Alves de Lyra Júnior. *José de Alencar: Pensamento e Trajetória Política*. História Social e das Idéias. Geralda Dias Aparecida.
70. Regina da Cunha Rocha. *Entre o trono e o altar: a política pendular da Santa Sé no reconhecimento da independência hispano-americana*. História das Relações Internacionais. Dinair Andrade das Silva.
71. Rosa Helena Benedetti Zanini Antibas. *Flibusteiros, não. Brasileiros. Uma visão interna das questões do Acre*. História das Relações Internacionais. Dinair Andrade das Silva.
72. André Leme Lopes. *Como se deve escrever a História verdadeira: verdade, história e ficção. Segundo Luciano de Samóssatre*. História Social e das Idéias. Sônia Maria Siqueira Lacerda.
73. Anderson Ribeiro Oliva. *Visões da África: leituras e interpretações acerca da Religião dos Orixás na África Ocidental*. História Social e das Idéias. Selma Alves Pantoja.
74. Gabriela Murici Nepomuceno. *Crime e punição no antigo regime português: O degredo civil nas ordenações Filipinas*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.

Ano de defesa: 2003

75. Flávia Lemos Mota de Azevedo. *O anel de Polícrates e a loucura de Xerxes: o poder despótico na História de Heródoto*. História Social e das Idéias. Sônia Siqueira Lacerda.
76. Ana Beatriz Gaertner Marabuto Wang. *Os anos Geisel: dilema energético e Política Exterior*. História das Relações Exteriores. Wolfgang A. Döpcke.
77. Fabrícia Rúbia Guimarães de Sousa Noronha. *O Império dos indesejáveis: legislação brasileira sobre o degredo. 1822-1889*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
78. Paloma Siqueira Fonseca. *A Presiganga Real (1808-1831): punições da marinha, exclusão e distinção social*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
79. Cosme Luiz Vieira de Freitas. *Milagre Brasileiro: os ideários capitalistas no Brasil e o processo de financiamento externo no período 1968 – 1974*. História Social e das Idéias. Celso Silva Fonseca.
80. Edlene Oliveira Silva. *Pecado e clemência: a perseguição às barregãs de clérigos na baixa Idade Média portuguesa*. História Social e das Idéias. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.
81. Andréia Firmino Alves. *Reflexões sobre a escravidão no Brasil – 1810-1830*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.
82. Ricardo Avelar de Souza. *As relações Brasil-Portugal e a construção de um projeto identitário: comunidade dos países de língua Portuguesa*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.
83. Maria Luiza R. Lopes das Silva. *Assuntos alheios: a ingerência democrática no pós-Guerra Fria*. História das Relações Internacionais. Wolfgang A. Döpcke.
84. Thiago Gehre Galvão. *América do Sul: a construção de uma idéia*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.

Ano de defesa: 2004

85. Arthur Oliveira Alfaix Assis. *O que fazem os historiadores, quando fazem História? A teoria das Histórias de Jörn Rüsen e do Império à República de Sérgio Buarque de Holanda*. [História Social e das Idéias]. Estevão Chaves de Rezende Martins.
86. Cristiomário de Souza Medeiros. *Viver e resistir: luta por moradia na Vila Varjão 1961-1988*. [História Cultural]. Cléria Botelho das Costa.

Ano de defesa: 2005

87. Gustavo Rocha Santos. *O oceano dos Apóstatas, inquisição e práticas mágicas no Atlântico Sul (1591-1712)*. História Social. Selma Alves Pantoja.
88. Marcelo Góes Tavares. *Tempos do oiteiro, tempos da Raia: História, memória e patrimônio em São Bento – AL (1990-2004)*. História Cultural. Nancy Aléssio Magalhães.
89. Klênia Maria Reis dos Anjos. *A dimensão social de um conflito: negros livres e libertos na Guerra do Paraguai (1840-1870)*. História Social. Diva do Couto Gontijo Muniz.
90. Cleuber Castro de Souza. *O Abolicionismo de José do Patrocínio: A Ação Política na Imprensa (1880-1889)*. História Social. Vanessa Maria Brasil.
91. Tiago Gomes de Araújo. *Nas águas do Prata: o cotidiano naval e a identidade nacional na Guerra do Paraguai*. História Social. Vanessa Maria Brasil.
92. Cristina das Silva Brito. *Umbanda, ordem e progresso: representações das origens, construção Identitária e institucionalização da “Umbanda Pura” no Rio de Janeiro (1908-1961)*. História Cultural. Eleonora Zicari Costa de Brito.
93. Maria Marciária Martins Bezerra. *História e literatura: dialogismo na construção do conhecimento histórico em Os Subterrâneos da Liberdade de Jorge Amado*. História Social. Celso Silva Fonseca.
94. Marcelo José Domingos. *Muitos porteiros e pessoas normais: sobre as bandas de rock em Brasília em perspectiva identitária (1982-1990)*. História Cultural. Maria Therezinha Ferraz Negrão de Mello.
95. Emília Ulhoa Botelho. *Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997) – afinidade e autonomia*. História Cultural. Eleonora Zicari Costa de Brito.
96. Rosane Silva Macedo. *Para onde os ventos sopram: representações do Catolicismo no Brasil (60-80 do Século XX)*. História Cultural. Márcia de Melo Martins Kuyumjian.
97. Patrícia Nogueira Silva. *Enredos cariocas em palavras cantadas: o Rio de Janeiro do Séc. XX nas representações de Noel Rosa e Chico Buarque*. História Cultural. Maria Therezinha Ferraz Negrão de Melo.
98. Liliane Carneiro dos Santos. *Os ibéricos no paraíso: os ‘descobrimientos’ e o fim do mundo*. História Cultural. Jaime de Almeida.
99. Ronei Carlos Lima. *Tradição e território no fio da espada: os Bernardos de Santana do Tabuleiro – MG (1970/2005)*. História Cultural. Márcia de Melo Martins Kuyumjian.
100. Alexandre Utsch de Oliveira. *Usos e abusos das cachaças na capitania das Minas Gerais nos setecentos*. História Social. Selma Alves Pantoja.

Ano de defesa: 2006

101. Pedro Ivo Carneiro Teixeira. *O jogo das tradições: a idéia de Brasil nas páginas das revistas Nitheroy (1836)*. História Social. Geralda Dias Aparecida.
102. Natália Guerra Brayner. *No fluir do Paranoá: memórias e experiências de mulheres na história de Brasília (1960-1990)*. História Cultural. Nancy Alessio Magalhães.
103. Eduardo Fabbro. *A golpes de machado: as origens da monarquia franca*. História Social. Celso Silva Fonseca.
104. Renata Silva Almendra. *Entre apartes e quiproquós: a malandragem no império de Martins Pena (Rio de Janeiro 1833-1847)*. História Social. Sociedade, Instituições e Poder. Vanessa Maria Brasil.
105. Janine Pereira de Sousa Alarcão. *O saber e o fazer: república, federalismo e separatismo na confederação do Equador*. História Social. Vanessa Maria Brasil.
106. Maria Helenice Barroso. *Os cordelistas no D.F: dedilhando a viola, contando a história*. História Cultural. Identidade, tradições e processos. Cléria Botelho da Costa.
107. João Flávio de Castro. *Os telecursos da Rede Globo: a mídia televisiva no sistema de educação a distância (1978-1998)*. História Social. Sociedade, instituições e poder. Albene Miriam Ferreira Menezes.
108. Augusto Oliveira Mattos. *A proteção multifacetada: as ações da guarda negra da Redentora no ocaso do Império*. História Social. Sociedade, instituições e poder. Vanessa Maria Brasil.
109. Paulo Thiago Santos Gonçalves das Silva. *Entre a cor e o sentimento, um certo instinto de nacionalidade: identidade nacional e literária nas críticas e crônicas de Machado de Assis (Rio de Janeiro 1858-1908)*. História Social. Sociedade, Instituições e Poder. Vanessa Maria Brasil.
110. Christina Bezerra de Mello Jucá. *João Batista Vilanova Artigas, arquiteto. A gênese de uma obra (1934-1941)*. História Cultural. Jaime de Almeida.
111. Lucas Vieira Baeta Neves. *História e imagem: a sociedade escrita com a luz. Rio de Janeiro (1840-1889)*. História Social. Sociedade, Instituições e Poder. Diva do Couto Gontijo Muniz.
112. Elizângela Carrijo. *(A) Bordar memórias, tecer histórias: fazeres teatrais em Brasília (1970-1990)*. História Cultural. Identidades, Tradições e Processos. Nancy Alessio Magalhães.
113. Luiz Henrique de Azevedo Borges. *Do complexo de vira-latas ao homem genial: o futebol como elemento constitutivo da identidade brasileira nas crônicas de Nelson Rodrigues, João Saldanha e Armando Nogueira*. História Cultural. Identidade, Tradições e Processos. Eleonora Zicari Costa de Brito.
114. Magno Cirqueira Córdova. *Rompendo as entranhas do chão: cidade e identidade de migrantes do Ceará e do Piauí na MPB dos anos 70*. História Cultural. Identidades, tradições e processos. José Walter Nunes.
115. Luis Cláudio Rocha Henriques de Moura. *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. História Cultural. História e Historiografia das Idéias. Geralda Dias Aparecida.

116. Adínia Santana Ferreira. *A reclusão feminina no convento das soledades: as diversas faces de uma experiência (Salvador-Século XVIII)*. História Social Sociedade, Instituições e Poder. Diva do Couto Gontijo Muniz.
117. Edmilson Siqueira de Sá. *O mundo de ponta cabeça: negros em festa na capitania de Goiás e em Cuba*. História Cultural. Jaime de Almeida.
118. Fernanda das Silva Marinho Soares. *Mosaicos em procissão – a política de imagens de Justiniano em Ravena (527-565 a.D.)*. História Cultural. Eleonora Zicari Costa de Brito.
119. Darcy Dornelas de Farias. *Terra no Distrito Federal – Experiências com desapropriações em Goiás (1995- 1958)*. História Cultural. Nancy Alessio Magalhães.
120. Estevam Costa Thompson. *Negreiros nos mares do Sul: famílias traficantes nas rotas entre Angola e Brasil em fins do século XVIII*. História Social. Selma Alves Pantoja.
121. Clarisse Moreira Aló. *Angola: lugar de castigo ou jóia do Império. O degredo na historiografia e fontes (Séc. XIX)*. História Social. Selma Alves Pantoja.
122. Marinelma Costa Meireles. *Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão Setecentista*. História Social. Selma Alves Pantoja.
123. Tatiana Carvalho Motta. *Entre o Atlântico e o sertão: mulheres e vida urbana na Capitania de Goiás*. História Social. Sociedade, instituições e poder. Selma Alves Pantoja.
124. José Reynaldo de Sales Carvalho. *Tudo que é cânone desmancha no ar: a rizomática literatura comparada no tempo presente*. História Cultural. Jaime de Almeida.
125. Elias Manoel das Silva. *A palmatória Orleans já teve um tempo perigoso: revolta social em área de imigração no Sul de Santa Catarina na República Velha*. História Social. Celso Silva Fonseca.
126. Ana Flávia Magalhães Pinto. *De pele escura e tinta preta – a imprensa negra do século XIX (1833 – 1899)*. História Cultural. Identidades, tradições e processos. Eleonora Zicari Costa de Brito.

TESES DE DOUTORADO

Ano de defesa: 1997

127. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *As relações entre o Brasil e o Paraguai (1889-1930)*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.
128. Dinair Andrade das Silva. *José Martí e Domingo Sarmiente: duas idéias de construção das Hispano-América*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.

Ano de defesa: 1998

129. Mário Roberto Bonomo. *Ouro Preto: de relíquia mineira a glória nacional - 1867-1938*. História Social e das Idéias. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.
130. René Marc da Costa Silva. *Por onde o povo anda... A construção das identidades quilombola dos negros de Rios das Rãs*. História Social e das Idéias. Janaina Amado.

131. César Miguel Torres Del Rio. *Segurança coletiva e segurança nacional na Colômbia: 1950-1982*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.

Ano de defesa: 1999

132. Carmem Lícia Palazzo de Almeida. *Entre mitos, utopias e razão: os olhares franceses sobre o Brasil (Séculos XVI a XVIII)*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.

Ano de defesa: 2000

133. Gerson Galo Ledzema de Meneses. *Festas e forças profundas na comemoração do primeiro centenário da independência na América Latina (Estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina)*. História Social e das Idéias. Jaime de Almeida.
134. Antônio Carlos Morais Lessa. *A parceria bloqueada: as relações entre França e Brasil, 1945-2000*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.
135. Luiz Fernando Freitas Ligiero. *Políticas semelhantes em momentos diferentes: comparação entre a política externa independente (1961-1964)*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.
136. Rosana Ulhôa Botelho. *Sob o signo do perigo - o estatuto dos jovens no século da "criança e do Adolescente"*. História Social e das Idéias. Elizabeth Cancelli.
137. Getúlio Nascentes da Cunha. *As noites do Rio. Prazer e poder no Rio de Janeiro, 1890-1930*. História social e das idéias. Elizabeth Cancelli.
138. Eugênio Rezende de Carvalho. *América para a humanidade – o americanismo universalista de José Martí (1853-1895)*. História Social e das Idéias. Jaime de Almeida.
139. Adriano Sandri. *Dimensões culturais nas relações sindicais entre o Brasil e a Itália*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.
140. Tânia Maria Pechir Gomes Mansur. *Opinião pública e política exterior nos Governos de Jânio Quadros e João Goulart*. História Social e das Idéias. Amado Luiz Cervo.
141. Antônio José Barbosa. *O Parlamento Brasileiro e a Política Externa Independente (1961-1964)*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.

Ano de defesa: 2001

142. Cristina Angela Retta Von Römer. *Los Palestinos: historia de una guerra sin fin y de una paz ilusoria em el Cercano Oriente (1947-1995)*. História das Relações Internacionais. Estevão Chaves de Rezende Martins.
143. Sônia Maria Siqueira de Lacerda. *Metamorfoses de Homero: história e antropologia na crítica setecentista da poesia épica*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.

144. Pio Penna Filho. *As relações Brasil – África do Sul – comércio, “apartheid” e parceria estratégica de 1918 a nossos dias*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.
145. Eugênio Vargas Garcia. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.
146. Wilson de Jesus Bezerra de Almeida. *Integração assimétrica: efeitos do processo de integração do Mercosul nas áreas periféricas do Brasil e da Argentina (1985-2000)*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.
147. José Theodoro Mascarenhas Menck. *Brasil versus Inglaterra nos trópicos Amazônicos: a questão do Rio Pirara (1829-1904)*. História das Relações Internacionais. José Flávio Sombra Saraiva.

Ano de defesa: 2002

148. Luiz Cláudio V. Gomes Santos. *A invenção do Brasil: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. História das Relações Internacionais. Albene M. Ferreira de Menezes.
149. Jean Philippe Challandes. *A pátria dos vencidos: o crepúsculo de um projeto de nação Brasil 1839-1842*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.
150. Marcus Santos Motta. *A dramaturgia musical de Ésquilo: investigações sobre composição, realização e recepção de ficções audiovisuais*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.
151. Kelerson Semerene Costa. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: dimensões (1616-1920)*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.
152. Libertad Borges Bittencourt. *Mudança dirigida: as organizações indígenas na América Latina (México e Brasil)*. História Social e das Idéias. Jaime de Almeida.
153. José Luiz de Andrade Franco. *Proteção à natureza e identidade nacional: 1930-1940*. História Social e das Idéias. Tereza Cristina Kirschner.
154. José Ribeiro Machado Neto. *A economia de mineração brasileira no Sistema Comercial Atlântico e as relações Anglo-Lusas nos Anos 1700*. História das Relações Internacionais. Albene Miriam Ferreira de Menezes.

Ano de defesa: 2003

155. Teresa Cristina Novaes Marques. *Capital, cerveja e consumo de massa: a trajetória das Brahma, 1888-1933*. História social e das idéias. Elizabeth Cancelli.
156. Heloísa Conceição Machado da Silva. *Da substituição de importações a substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945-1979*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.
157. Carlos Frederico Domingues Ávila. *Opondo-se ao intervencionismo: o Brasil frente ao conflito regional na América Central (1979-1996)*. História das Relações Internacionais. Amado Luiz Cervo.

158. José Luiz Vilar Mella. *Contravenção e ascensão social – um estudo da repressão ao Jogo do bicho na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República*. História Social e das Idéias. Elizabeth Cancelli.
159. Maria Amélia Garcia de Alencar. *Viola que conta histórias: o sertão na música popular urbana*. História Social e das Idéias. Janaina Amado.

Ano de defesa: 2004

160. Leny Caseli Anzai. *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. História Social e das Idéias. Janaína Amado.
161. Luis Corrêa Lima. *Fernand Braudel e o Brasil – Vivência e Brazilianismo (1935-1945)*. História Social e das Idéias. Estevão Chaves de Rezende Martins.
162. Terezinha Maria Duarte Mendes. *Arautos da paz e bem – os Franciscanos em Portugal (1214 – 1336)*. Maria Eurydice de Barros Ribeiro. História Social e das Idéias.
163. Sergio Rizo Dutra. *A Geografia corporal do além. Os tempos da arte e contemporaneidade do inferno de Barlowe*. História Social e das Idéias. Maria Eurydice de Barros Ribeiro.
164. Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal. *A fenomenologia de uma barbárie: abjeção ao imigrante haitiano no Caribe*. História Social e das Idéias. Estevão Chaves de Rezende Martins.
165. Iracilda Pimentel Carvalho. *O mundo das mulheres das agroindústrias do DF: espaços identitários, lugares de poder (1995 – 2002)*. História Social e das Idéias. Diva do Couto Gontijo Muniz.

Ano de defesa: 2005

166. Eduardo Gusmão de Quadros. *Embaixadores de dois reinos: missionários e fronteiras na Região Amazônica-Caribenha (1750-1801)*. História Cultural. Jaime de Almeida.
167. Maria Cláudia Drummond Trindade. *A democracia desconstruída. O déficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração*. História Cultural. Estevão Chaves de Rezende Martins.
168. Letícia Borges Nedel. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folclore no RGS (1947-1965)*. História Cultural. Cléria Botelho das Costa.
169. Helen Ulhôa Pimentel. *O universo mágico colonial: feiticeiros e inquisidores nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil*. História Cultural. Identidades, tradições, processos. Eleonora Zicari Costa de Brito.
170. Virgílio Caixeta Arraes. *Relações Internacionais da Santa Sé: da fragilidade ao equilíbrio (1945-1978)*. História das Relações Internacionais. Relações Internacionais. Argemiro Procópio Filho.

Ano de defesa: 2006

171. Ernesto Cerveira de Sena. *Entre anarquistas e pessoas de costumes – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. História Social e das Idéias. Geralda Dias Aparecida.
172. Mariângela de Vasconcelos Nunes. *Entre o Capa Verde e a redenção: a cultura do trabalho no Agave nos cariris velhos (1937-1966, PB)*. História Cultural. Discurso Imaginário e Cotidiano. Maria T. Ferraz Negrão de Mello.
173. Kátia Cilene do Couto. *Os desafios da sociedade cubana frente à imigração antilhana (1902-1933)*. História Cultural. Identidade, tradição e processo. Olga Rosa Cabrera Garcia.
174. Danilo Rabelo. *Rastafari: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981*. História Cultural. Identidades, tradições e processos. Olga Rosa Cabrera Garcia.
175. Victor Hugo Veppo Burgardt. *Bravas gentes, cotidiano, identidade e representações. Terra indígena Raposa/Serra do Sol e Parque nacional Canaima. Ambiência de Boa Vista (Brasil) e Cidade Bolívar (Venezuela)*. História Cultural. Identidade, Tradição e Processo. Maria T. Ferraz Negrão de Mello.
176. Antônio Fernando de Araújo Sá. *Filigranas da memória: história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)*. História Cultural. Identidade, Tradição e Processo. Maria T. Ferraz Negrão de Mello.
177. Lídia de Oliveira Xavier. *Fronteira Oeste Brasileira – Entre o contraste e a integração*. Geralda Dias Aparecida. História das Relações Internacionais. Geralda Dias Aparecida.
178. David Renault das Silva. *Nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula? Nas representações da mídia impressa (1993-2002)*. História Cultural. Maria T. Ferraz Negrão de Mello.
179. Irineu Mário Colombo. *Adolescência infratora paranaense: história, perfil e prática*. História Social. Celso Silva Fonseca.

ANEXO A – Formulário utilizado pela COREG/AN para atendimento às pesquisas acadêmicas, culturais e comerciais

FORMULÁRIO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO		
Nome		
Data Nascimento	RG nº	Sexo () M () F
Profissão		
Instituição		
Endereço		
Cidade	Estado	CEP
Telefone	Fax	E-mail
Tema Pesquisado		
Finalidade da Pesquisa		
Documentos Solicitados		
Tipo de Serviço Fornecido () Reprodução em papel-quantidade: _____ () Outros _____ () Pesquisa no acervo-quantidade: _____		
Data	Assinatura do usuário: _____ Assinatura do atendente: _____	